

## DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

## Edital 43/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	RENATA DA SILVA MACIEL	04/02/2026 14:48 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25380.006199/2025-40

## 1. DO OBJETO



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Av. Brasil n.º 4365 Manguinhos - Prédio Sede, 1º Piso COGIC, sala 13 - Bairro Manguinhos,

Rio de Janeiro/RJ, CEP 21040-360 Telefone: (21) 2209-2004 - <http://www.fiocruz.br>

EDITAL Nº 90017/2025

Processo nº 25380.006199/2025-40

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2025

PREGÃO ELETRÔNICO

90017/2025

CONTRATANTE (UASG)

254462

**OBJETO**

Contratação de serviços contínuos de Atividades gerais, contemplando as tarefas de: (portaria, recepção, jardinagem limpeza, manutenção predial e bombeiro civil) Fiocruz Rondônia, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 2.794.553,93 (dois milhões setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 25/02/2026 às 11h (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:**

menor preço global

**Modo de disputa:**

aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

NÃO

## **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2025.**

(Processo Administrativo nº25380.006199/2025-40)

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi, sediada Avenida Brasil, 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é Contratação de serviços contínuos de Atividades gerais, contemplado as tarefas de ( portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

#### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**NÃO SE APLICA**

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006, e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7 Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 sociedades cooperativas;

3.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14 A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.4.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 e 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor total do item;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14 Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor totalitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$1.000,00 (mil reais).

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23.A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.25.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.25.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.25.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.25.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.25.4.1. A utilização do Programa de Integridade como critério de desempate ocorrerá nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.25.4.2 Para utilização do critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, no momento da apresentação da proposta, a licitante deverá declarar que desenvolve Programa de Integridade, conforme estabelece o art. 18 da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.26 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.26.1 empresas brasileiras;

7.26.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.27 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.29 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.30 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.32 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.33 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.34 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.5 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.5.1 Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 do Estado de Rondônia registro SINDASSEIO/RO e SINTELPES/RO registro MTE nº RO000003 /2025);

8.5.2 Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 – FEDERACAO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHO TEMPORARIO E TERCEIRIZADO - FENASERHTT;

8.6 Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.14 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.1 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.2 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17 No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.17.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.17.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.17.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.17.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.18 Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.19 O pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.20 O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.21 O pregoeiro de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.22 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por no portal [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme item 4.30 e subitens do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.2.1 A assinatura do Termo de Contrato se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI disponível no endereço eletrônico – [https://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&acao\\_origem=usuario\\_externo gerar\\_senha&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?%20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0)

10.2.2 O adjudicatário caso não seja cadastrado deverá preencher o formulário e registrar login e senha, devendo aguardar instruções que serão encaminhadas no email informado. Após a liberação o usuário estará apto a assinar o Termo de Contrato.

10.2.3 Eventuais dúvidas quanto à utilização de ferramenta, poderão ser dirimidas pelo email: [suportesei@fiocruz.br](mailto:suportesei@fiocruz.br).

10.2.4 Alternativamente à convocação para assinatura por meio do SEI, o adjudicatário poderá realizar a assinatura digital do Termo de Contrato disponibilizado em formato PDF.

10.5 O prazo do item 10.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8 Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.10 Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de 8%.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**NÃO SE APLICA**

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**NÃO SE APLICA**

## **13. DOS RECURSOS**

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:

[https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0)

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [gecom.cogic@fiocruz.br](mailto:gecom.cogic@fiocruz.br), ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, sala n.º21.

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>; no sítio da COGIC: [www.cogic.fiocruz.br](http://www.cogic.fiocruz.br), e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio sede da COGIC, sala 13, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min .
- 16.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1 Apêndice I do Anexo I – Instrumento de Medição de Resultados - IMR;
- 16.11.1.2 Apêndice II do Anexo I - Uniformes e EPI's;
- 16.11.1.3 Apêndice III do Anexo I - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;
- 16.11.1.4 Apêndice IV do Anexo I - Visita Técnica;
- 16.11.1.5 Apêndice V do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
16. 11.2 Anexo II – Proposta Proforma;
- 16.11.3 Anexo III – Portaria da COGEAD
- 16.11.4 Anexo IV – Portaria SE CGU 226/25;
- 16.11.5 Anexo V – Termo de Conciliação;
- 16.11.6 Anexo VI – Planilha Zerada;
- 16.11.7 Anexo VII - Minuta de Contrato

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUCIA MARIA ROCHA DA SILVA**

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 14:00:32.

**RAFAEL GARCIA DIAS DA SILVA**

Gestor de Compras



*Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 14:48:37.*

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Termo de Referência 56 56/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
56/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU	30/01/2026 09:58 (v 0.21)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25380.006199/2025-40

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de Atividades gerais, contemplado as tarefas de: ( portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

1.1.1 A demanda encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) da Fiocruz para o exercício de 2026, em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Instituição e com o Plano Diretor de Infraestrutura (PDI), atendendo ao disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.2 Composição dos custos unitários, mensais e anuais, utilizados para a formação do valor estimado da contratação, conforme especificações do objeto:

Atividades gerais, contemplado as tarefas de: (portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil) - Fiocruz/RO								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QT. DE POSTOS	QT. DE PROFISSIONAIS	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
1	Auxiliar de Serviços Gerais	24325	Serviço	08	08	R\$ 8.461,82	R\$ 67.694,60	R\$ 812.335,19
	Jardineiro			03	03	R\$ 8.407,99	R\$ 25.223,98	R\$ 302.687,71
	Porteiro			02	02	R\$ 7.756,51	R\$ 15.513, 03	R\$ 186.156,35
	Recepcionista			01	01	R\$ 8.318,54	R\$ 8.318,54	R\$ 99.822,49
	Técnico em Eletrotécnica			01	01	R\$ 15.122,23	R\$ 15.122,23	R\$ 181.466,82
	Artífice			04	04	R\$ 12.254,74	R\$ 49.018,96	R\$ 588.227,50
	Bombeiro Civil <i>Diurno</i>			01	02	R\$ 9.244,69	R\$ 18.489,37	R\$ 221.872,47
	Bombeiro Civil <i>Noturno</i>			01	02	R\$ 10.178,84	R\$ 20.357,68	R\$ 244.292,11
	Total:			21	23	-	R\$ 219.738,39	R\$ 2.636.860,64
	CUSTO DOS INSUMOS EXTRAS E ITENS NÃO LISTADOS							R\$ 76.759,12
	CUSTO DO MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL							R\$ 80.934,17
	VALOR TOTAL GLOBAL:							R\$ 2.794.553,93

## **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2 Os Serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3 O serviço é caracterizado como continuado, uma vez que atende às necessidades permanentes da Administração, sendo a vigência plurianual a opção mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

## **Prazo de vigência**

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

# **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.4. O objeto da contratação encontra-se incluído no Plano de Logística de Sustentabilidade (PLS) da Fiocruz, conforme registrado no Estudo Técnico Preliminar, atendendo ao disposto no art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes institucionais de sustentabilidade.

2.4.1. A elaboração deste Termo de Referência observou, ainda, as orientações constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela Consultoria-Geral da União (CGU), como referência complementar para a incorporação de práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica no âmbito da Administração Pública.

## **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2.4 A necessidade da contratação tem como base:**

- Assegurar a continuidade dos serviços contínuos de portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados a atender as demandas operacionais da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Rondônia, sediada em Porto Velho/RO. Esses serviços são essenciais para garantir o controle de acessos institucionais, a adequada conservação das áreas verdes, a higienização de ambientes laboratoriais, administrativos e assistenciais, bem como a execução de atividades de manutenção predial e de equipamentos de infraestrutura.
- A Fiocruz, vinculada ao Ministério da Saúde, desempenha atividades estratégicas de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, produção de insumos e medicamentos, formação de recursos humanos e serviços de vigilância em saúde. No âmbito regional, a Fiocruz Rondônia cumpre papel fundamental no fortalecimento da pesquisa biomédica e no apoio às políticas públicas de saúde na Amazônia Ocidental, dispondo de laboratórios, unidades administrativas e áreas de apoio que exigem serviços contínuos de limpeza, conservação, jardinagem, manutenção e portaria para pleno funcionamento.
- Nesse contexto, a Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC), em articulação com a gestão administrativa local da Fiocruz Rondônia, é responsável por prover soluções sustentáveis e eficientes de infraestrutura que garantam o adequado funcionamento das unidades. A ausência desses serviços comprometeria diretamente as atividades institucionais, trazendo riscos como: acúmulo de resíduos e sujidades em áreas críticas; deterioração de áreas verdes; paralisação de serviços de manutenção predial e corretiva; descumprimento de normas legais, ambientais e de segurança do trabalho, com impactos administrativos, sanitários e institucionais.

- A necessidade da contratação foi formalmente registrada no Plano Anual de Contratações (PCA 2025) da Fiocruz, encontra respaldo no Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e no Plano de Logística Sustentável (PLS) da instituição, além de estar contemplada no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2024-2027).
- O Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 e com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, evidenciando que a contratação de empresa especializada representa a solução mais vantajosa e custo-efetiva, considerando a essencialidade do objeto e os riscos de descontinuidade.
- A contratação observa o disposto no Decreto nº 11.890/2024, que disciplina a margem de preferência e a governança das contratações, e no Decreto nº 12.516/2025, que atualiza regras de planejamento com ênfase em sustentabilidade e racionalização de recursos.

## 3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil, com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo todas as dependências da Fiocruz Rondônia, em Porto Velho/RO. Esses serviços deverão atender às demandas institucionais relacionadas ao controle de acesso, à conservação de áreas verdes, à higienização de ambientes laboratoriais, administrativos e assistenciais, bem como à execução de manutenções prediais preventivas e corretivas.

3.3. O escopo envolve a disponibilização de mão de obra devidamente qualificada, uniforme e identificada, com fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos e utensílios necessários à adequada execução dos serviços. As atividades deverão observar as normas técnicas e regulatórias aplicáveis, garantindo segurança, eficiência operacional e conformidade ambiental.

3.4. O modelo de execução observará os princípios da eficiência operacional e da sustentabilidade, assegurando o uso racional de água, energia e insumos de limpeza, priorizando a utilização de produtos biodegradáveis, equipamentos de baixo consumo e técnicas de manutenção preventiva. Deverão ser seguidas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), das Resoluções do CONAMA e demais normas ambientais e de saúde aplicáveis.

3.4.1. A contratada deverá assegurar que todos os trabalhadores designados sejam devidamente capacitados e treinados para suas funções específicas (porteiros, jardineiros, auxiliares de limpeza e manutenção), devendo apresentar comprovação de qualificação, certificados de treinamentos obrigatórios em segurança do trabalho e fornecimento integral de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs).

3.5. A execução do contrato compreenderá:

- a prestação ininterrupta dos serviços de portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção em geral e bombeiro civil;
- o fornecimento e a reposição de materiais de consumo e insumos de limpeza;
- a disponibilização e manutenção dos equipamentos utilizados (aspiradores, lavadoras, ferramentas de jardinagem e manutenção, etc.);
- a execução de serviços programados e emergenciais de manutenção predial;
- a substituição imediata de empregados em casos de afastamentos, faltas ou desligamentos, de forma a não comprometer a continuidade operacional.

3.6. A solução considera todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo o planejamento, a execução programada, o controle técnico e administrativo, a rastreabilidade das operações, a emissão de relatórios mensais e a avaliação de resultados vinculados ao Instrumento de Medição de Resultados (IMR), em alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz.

3.7. O dimensionamento dos serviços, a estimativa de efetivo de pessoal, a periodicidade das atividades e a distribuição por áreas da Fiocruz Rondônia foram definidos com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Plano Anual de Contratações (PCA 2025), no Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e no Plano de Logística Sustentável (PLS) da instituição, assegurando proporcionalidade entre a demanda institucional e os recursos contratados, em conformidade com o art. 31 da Lei nº 14.133/2021.



## 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A execução contratual será acompanhada pela Administração por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que contemplará indicadores objetivos de sustentabilidade, eficiência no uso de insumos, controle de produtos de limpeza e qualidade da execução, permitindo a aferição periódica da conformidade dos serviços.

4.1.2. A contratada deverá adotar práticas ambientais sustentáveis, observando as seguintes ações, que serão fiscalizadas e monitoradas pela Administração:

- a) **Elaborar e manter atualizado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)**, responsabilizando-se pela segregação, coleta interna, armazenamento temporário e destinação final adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços. A contratante exigirá a apresentação do PGRS aprovado, bem como relatórios trimestrais de execução e comprovantes de destinação final emitidos por empresa licenciada.
- b) **Utilizar produtos de limpeza biodegradáveis e de baixo impacto ambiental**, devidamente regularizados junto à ANVISA e ABNT. A Administração verificará periodicamente as fichas técnicas e de segurança dos produtos (FISPQ), além de inspeções in loco para checagem do uso correto.
- c) **Assegurar a destinação ambientalmente adequada** de lâmpadas, pilhas, equipamentos elétricos e eletrônicos eventualmente substituídos em serviços de manutenção. A contratante acompanhará por meio de notas fiscais de destinação, certificados de recebimento emitidos por recicladores licenciados e conferência dos volumes informados.
- d) **Adotar técnicas de jardinagem sustentável**, priorizando o uso racional de água, a compostagem de resíduos orgânicos de poda e o manejo ambientalmente responsável das áreas verdes. A contratante realizará inspeções nas áreas verdes, verificará os registros de volume de resíduos encaminhados à compostagem e aplicará checklists de conformidade ambiental.
- e) **Implantar rotinas de uso eficiente de energia elétrica e de água** nos serviços prestados. A contratante verificará os registros de consumo dos equipamentos utilizados e fará auditorias periódicas de boas práticas de eficiência energética e hídrica.
- f) **Implementar campanhas de educação ambiental e conscientização** junto aos empregados lotados na execução dos serviços. A contratante acompanhará por meio de relatórios de atividades, registros fotográficos e listas de presença em treinamentos/capacitações.
- g) **Manter registros e apresentar relatórios periódicos de sustentabilidade**, contendo evidências das ações implementadas, resultados obtidos e tratamento de não conformidades. A contratante analisará os relatórios entregues, confrontando com os indicadores do IMR e com inspeções em campo.
- h) **Colaborar com o programa de coleta seletiva** solidária implantado na Fiocruz Rondônia, assegurando a correta segregação dos resíduos. A contratante verificará a conformidade durante vistorias presenciais e por meio de registros fotográficos periódicos das áreas atendidas.

4.1.3. A presente contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022 e a Portaria SEGES nº 8.678/2021, reforçando o compromisso institucional com práticas ambientalmente responsáveis, especialmente na gestão de resíduos sólidos, na redução de riscos sanitários e no incentivo a soluções de menor impacto ambiental.

### Subcontratação

4.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.3.1 Serviços Gerais;

4.3.2 Serviço de Jardinagem;

4.3.3 Serviços de Portaria;

4.3.4 Serviço de Recepção;

4.3.4 Serviço Técnico de Eletrônica

4.3.5 Artífice de Manutenção Predial.

4.4 Poderão ser subcontratadas a seguinte parcela do objeto:

4.4.1 O Serviços de Bombeiro Civil, observados os requisitos legais (Lei nº 11.901/2009 e ABNT NBR 14608/2007), mediante prévia aceitação da Administração.

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.9. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

#### **Para Assinatura do Contrato**

4.10. Para a assinatura do Contrato, a empresa **vencedora e/ou a subcontratada** deverá apresentar:

a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente - (CBM/RO); e

b) Ato de autorização para o exercício da atividade de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, expedido pela entidade competente, especificamente pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBM/RO).

#### **Garantia da contratação**

4.11 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro - garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.12 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.17.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.17.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.17.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.18. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.22.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.22.2. Caso se trate da modalidade seguro - garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.23. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.23.1. A extinção da garantia na modalidade seguro - garantia observará a regulamentação da Susep.

4.23.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.24.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.24.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.24.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.25. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.27. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.28. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 16h00.

4.29. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.30. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.30.1 Os interessados em realizar a vistoria deverão agendá-la com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, pelos telefones **(69) 3398 0173 e/ou 99243-6954**, (contato: **Jean Carlos**), até 2 (dois) dias antes da data do certame.

4.30.2 A vistoria poderá, também, ser agendada pelo e-mail: [jean.evangelista@fiocruz.br](mailto:jean.evangelista@fiocruz.br)

4.30.3 Para a Vistoria, o interessado em fazê-la deverá estar de posse do formulário disponibilizado, Anexo I, o qual será atestado pelo servidor designado para acompanhá-lo.

4.31. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu representante legal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.32. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **Instalação de escritório**

4.33. Não será necessário a instalação de escritório nas Adjacência do local da prestação dos serviços, entretanto é imprescindível, para a adequada execução dos serviços contratados, que fornecedor disponibilize um canal de contato direto para resolução das questões administrativas e/ou apuração e solução de possíveis fatos supervenientes.

### **Reserva de postos de trabalho para mulheres em situação de violência doméstica**

4.34. Em atendimento ao disposto no art. 25, §9º, da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto nº 11.430/2023, a contratada deverá assegurar a reserva mínima de 8% (oito por cento) dos postos de trabalho, equivalente a 2 (dois) postos dentre os 21 previstos neste contrato, destinados a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

### **Parcelamento**

4.35. Foi avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme o disposto no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Constatou-se que o fracionamento comprometeria a economia de escala, a eficiência da execução e a padronização dos serviços, razão pela qual a contratação será conduzida de forma integrada.

### **Padronização**

4.36. Foi considerada a observância do princípio da padronização, conforme o disposto no art. 40, §4º, da Lei nº 14.133/2021. Verificou-se que a uniformização das especificações e condições contratuais é indispensável para assegurar a qualidade, a continuidade e a economicidade da contratação, especialmente por se tratar de serviços contínuos que exigem procedimentos homogêneos e supervisão permanente.

## **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: em até 15 (quinze) dias corridos após reunião de partida, a qual será agendada após assinatura do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 A gestão será realizada por servidores designados pela unidade requisitante, com apoio técnico e administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2.2 O regime de execução adotado será empreitada por preço unitário, em razão da necessidade de medição periódica dos serviços conforme a utilização efetiva e a possibilidade de variações nas quantidades demandadas ao longo da execução contratual.

5.1.3 O cronograma de realização dos serviços será apresentado pela Contratante à empresa contratada durante a Reunião de Partida, ocasião em que também será entregue o Plano de Fiscalização, contendo as diretrizes e obrigações relativas ao cumprimento das etapas e prazos previstos.

5.1.4 A execução contratual seguirá as diretrizes operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com o planejamento definido e sob acompanhamento da fiscalização designada pela Administração, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.5 A contratada deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias do início da vigência contratual, um Plano de Manutenção Preventiva Predial e de Equipamentos de Apoio, contemplando rotinas de inspeção elétrica, hidráulica, mecânica e de infraestrutura, de modo a prevenir falhas e interrupções.

5.1.6 Será exigida a apresentação e aprovação, pela fiscalização técnica, de um Manual de Procedimentos Operacionais (POP), contemplando:

- Boas práticas ambientais em alinhamento ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz Rondônia;
- Procedimentos de contingência em caso de ausência de empregados, falta de insumos ou ocorrências emergenciais;
- Rotinas específicas de operação, limpeza, manutenção e jardinagem, conforme descrito nos anexos deste Termo de Referência.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- Sede da Fiocruz Rondônia, localizada na Rua da Beira, nº 7671, Bairro Lago (BR 364, km 3,6).
- (Novo Campus) Fiocruz Rondônia, BR-364 - Km 6,5 S/Nº - Porto Velho/RO.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário:

- de 08:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, 40 horas semanas;
- As atividades de Bombeiro Civil, a serem executados nas escalas de 12 X36 horas, a execução será ininterrupta nos horários: Diurno da 06:00 as 18:00 e Noturno das 18:00 as 06:00 horas.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

#### **Postos de Auxiliares de Serviços Gerais:**

5.3.1.1 Executar diariamente atividades de limpeza e conservação nas dependências internas e externas da Fiocruz Rondônia, incluindo utensílios, móveis e equipamentos, de modo a mantê-los em condições adequadas de uso; realizar serviços de copa; auxiliar na remoção de móveis e equipamentos quando solicitado; proceder à separação de materiais recicláveis, observando as exigências de biossegurança para resíduos especiais; reabastecer os banheiros com materiais de higiene; sugerir, por meio do preposto, a reposição de insumos de limpeza e conservação; e executar atividades de apoio operacional e correlatas, quando formalmente demandados pela fiscalização do contrato.

5.3.1.2 Servirá de referência para a rotina e periodicidade das ações de limpeza o Anexo VI-B da IN SEGES /MP nº 5/2017, adaptado às especificidades da Fiocruz Rondônia. A fiscalização poderá, mediante justificativa formal, ajustar rotinas, incluir ou excluir atividades, em busca de maior eficiência na prestação dos serviços.

5.3.1.3 A rotina dos serviços gerais será planejada pela equipe de infraestrutura da Fiocruz Rondônia, que estabelecerá prioridades e áreas de atendimento, observando o dimensionamento previsto no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

5.3.1.4 Os auxiliares deverão ser previamente capacitados para atuação em áreas laboratoriais e serão submetidos a treinamentos de reciclagem periódicos, mediante comprovação pela contratada, acompanhados pela fiscalização da Administração.

#### **5.3.2 Posto de Jardinagem**

5.3.2.1 Executar atividades de monda, roçada, capina, aparo de grama, podas, corte de árvores, execução e replantio de jardins, irrigação, adubação, limpeza e conservação das áreas verdes, mantendo-as em condições adequadas de apresentação e uso institucional.

5.3.2.2 A rotina da jardinagem será definida pela equipe de infraestrutura da Fiocruz Rondônia, que estabelecerá prioridades e áreas de atendimento, cabendo à contratada garantir a execução conforme as instruções recebidas.

### 5.3.3 Posto de Porteiro

5.3.3.1 Executar atividades de controle de fluxo de pessoas e veículos; identificar visitantes e encaminhá-los aos setores competentes; acompanhar a entrada de entregas; realizar registros em livros ou sistemas próprios; comunicar de imediato ao fiscal do contrato quaisquer anormalidades; exigir identificação de terceiros que pretendam acessar as dependências; fiscalizar entrada e saída de veículos, registrando condutor e placa; zelar pela manutenção dos portões fechados; e executar demais atividades correlatas relacionadas ao controle de acesso institucional.

### 5.3.4 Postos de Manutenção Predial (Artífices)

5.3.4.1 Executar, sob ordem da equipe de infraestrutura, serviços de manutenção elétrica, hidráulica, carpintaria, pintura, alvenaria e serralheria, incluindo substituição, reparo e instalação de peças e componentes.

5.3.4.2 A equipe de infraestrutura será responsável por centralizar as demandas em sistema próprio, organizando-as por grau de prioridade. Os artífices somente receberão ordens de serviço formalmente encaminhadas pela fiscalização, vedada a solicitação direta por usuários.

5.3.4.3 As manutenções preventivas seguirão planejamento estabelecido pela equipe de infraestrutura, enquanto as corretivas serão executadas conforme necessidade ou determinação da fiscalização.

5.3.4.4 O planejamento e execução das manutenções deverão ser acompanhados pelo preposto da contratada, que garantirá o suprimento de insumos, materiais e equipamentos necessários para a adequada execução.

### 5.3.5 Posto de Manutenção de Equipamentos

5.3.5.1 O técnico deverá, após avaliação inicial do parque de **equipamentos** da Fiocruz Rondônia, apresentar planejamento de manutenção preventiva, relatando equipamentos e periodicidade; realizar diagnóstico inicial de equipamentos com defeito; e avaliar periodicamente os equipamentos em funcionamento para identificar falhas potenciais.

5.3.5.2 A manutenção corretiva será executada em equipamentos laboratoriais e periféricos que apresentarem defeito ou forem formalmente demandados pela contratante, abrangendo, inclusive, equipamentos adquiridos durante a vigência contratual.

5.3.5.3 Após a análise do equipamento, o técnico deverá emitir relatório técnico indicando o defeito, serviços e peças necessárias, valores correspondentes e prazo de execução, submetendo-o à fiscalização, que decidirá quanto à autorização do reparo. Nenhuma intervenção poderá ser realizada sem aprovação prévia.

5.3.5.4 A manutenção corretiva consistirá na restauração do equipamento a padrão aceitável de funcionamento, abrangendo falhas decorrentes de danos, sobrecargas, problemas de instalação, deterioração, mau uso ou calibração vencida. Serão considerados não conformes os equipamentos que apresentem:

- danos estruturais ou funcionais;
- sobrecarga ou falhas de instalação;
- lacres violados;
- peças ou prazo de uso vencidos segundo fabricante;
- resultados de calibração inadequados;
- ausência prolongada de utilização que comprometa a confiabilidade;

- resultados suspeitos ou fora de especificação.

### **5.3.6. Posto de Recepção**

5.3.6.1 Atender com cordialidade e presteza o público interno e externo, prestando informações claras sobre eventos, setores, acessos e rotinas institucionais da Fiocruz Rondônia; Manter-se permanentemente no posto de serviço, não se ausentando sem prévia autorização da fiscalização ou do preposto da contratada; Zelar pela apresentação pessoal, utilizando corretamente o uniforme padronizado, devidamente limpo, conservado e passado; Apoiar o serviço de portaria em situações autorizadas pela fiscalização, sem prejuízo de suas funções principais; Encaminhar visitantes e prestadores de serviço aos porteiros, assegurando a correta identificação e controle de acesso; Manter postura profissional, atuando em conformidade com os protocolos definidos pela Administração.

5.3.6.2 A profissional de recepção deverá manter comunicação constante com a equipe de portaria, garantindo integração das atividades e fluxo adequado de informações sobre visitantes, eventos e acessos.

5.3.6.3 A contratada deverá comprovar que o recepcionista recebeu treinamento prévio em atendimento ao público, comunicação interpessoal e normas de segurança institucional, com reciclagens periódicas durante a vigência contratual.

### **5.3.7 Posto de Bombeiro Civil**

5.3.7.1 Executar atividades de prevenção e combate a incêndios em conformidade com a legislação vigente; Realizar rondas preventivas e inspeções periódicas em equipamentos de segurança contra incêndio (extintores, hidrantes, mangueiras, sistemas fixos, iluminação de emergência, portas corta-fogo, alarmes e sinalizações de saída); Efetuar vistorias em rotas de fuga e áreas de risco, garantindo acessibilidade e segurança; Atuar em situações emergenciais, incluindo combate a princípios de incêndio, evacuação de ambientes, primeiros socorros e atendimento a vítimas até a chegada de autoridade competente; Elaborar e manter atualizado o registro das ocorrências, inspeções e manutenções preventivas; Apoiar treinamentos internos e integração à Brigada de Incêndio da Fiocruz Rondônia; Colaborar com as autoridades públicas competentes, sempre que acionadas.

5.3.7.2 O bombeiro civil deverá possuir: Registro e certificação profissional, em conformidade com a Lei nº 11.901/2009; Treinamento e reciclagem em conformidade com a ABNT NBR 14608 e demais normas aplicáveis; Condições físicas e técnicas adequadas ao exercício da função.

5.3.7.3 A rotina de trabalho será definida pela fiscalização da Fiocruz Rondônia, podendo incluir acompanhamento de eventos institucionais, inspeções extraordinárias e atividades preventivas adicionais.

### **5.3.8 Qualificação Requerida:**

#### **5.3.8.1 Recepcionista:**

O profissional designado para a função de Recepcionista deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Idade mínima: 18 (dezoito) anos completos;
- Escolaridade: ensino médio completo;
- Conhecimentos básicos de informática, especialmente em aplicativos de edição de texto, planilhas e correio eletrônico;
- Experiência profissional prévia em atividades de recepção ou atendimento ao público;
- Boa dicção e fluência verbal, com clareza na comunicação;
- Apresentação pessoal adequada, com zelo pelo uniforme e postura compatível com a função;
- Senso de responsabilidade e conduta proativa no desempenho das atividades;
- Facilidade de relacionamento interpessoal e habilidade para lidar com diferentes perfis de público;
- Aptidão física compatível com o exercício da função.

#### **5.3.8.2 Porteiro:**

O profissional designado para a função de Porteiro deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Idade mínima: 18 (dezoito) anos completos;



- Escolaridade: ensino médio completo;
- Experiência profissional prévia em atividades de portaria, vigilância ou controle de acesso;
- Conhecimentos básicos de normas de segurança e rotinas de controle de fluxo de pessoas e veículos;
- Apresentação pessoal adequada, com uso correto do uniforme e postura condizente com a função;
- Boa capacidade de comunicação e facilidade de relacionamento interpessoal;
- Senso de responsabilidade e atenção constante, com conduta proativa no atendimento;
- Aptidão física e mental compatível com as atribuições do cargo;
- Disponibilidade para atuação em escalas de trabalho estabelecidas pela Administração.

#### 5.3.8.3 **Jardineiro**

O profissional designado para a função de Jardineiro deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Idade mínima: 18 (dezoito) anos completos;
- Escolaridade: ensino fundamental completo;
- Experiência profissional prévia em serviços de jardinagem e manutenção de áreas verdes;
- Conhecimentos básicos sobre técnicas de plantio, poda, adubação, irrigação e conservação de áreas ajardinadas;
- Noções de manuseio seguro de ferramentas, máquinas e equipamentos de jardinagem (roçadeiras, podadeiras, sopradores etc.);
- Apresentação pessoal adequada, com uso obrigatório de uniforme e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Aptidão física compatível com atividades de esforço contínuo, exposição ao tempo e uso de equipamentos manuais/motorizados;
- Senso de responsabilidade e zelo, cuidando da conservação das áreas verdes e do patrimônio público;
- Disponibilidade para atuação em escalas de trabalho definidas pela Administração.

#### 5.3.8.4 **Artífice de Manutenção Predial**

O profissional designado para a função de Artífice de Manutenção Predial deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Idade mínima: 18 (dezoito) anos completos;
- Escolaridade: ensino fundamental completo;
- Experiência profissional prévia em manutenção predial, abrangendo atividades de elétrica, hidráulica, pintura, carpintaria, alvenaria e serralheria;
- Conhecimentos básicos de leitura e interpretação de plantas, croquis e instruções técnicas;
- Capacidade de diagnóstico e reparo de falhas em instalações prediais;
- Habilidade no manuseio seguro de ferramentas manuais e elétricas;
- Uso obrigatório de uniforme e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), de acordo com a atividade desempenhada;
- Aptidão física compatível com a atividade desenvolvida;

- Senso de responsabilidade, organização e zelo na execução dos serviços, prezando pela segurança de todos os usuários da edificação;
- Disponibilidade para atendimento a chamados emergenciais e cumprimento de escalas de trabalho definidas pela Administração.

#### 5.3.8.5 Auxiliar de Serviços Gerais

O profissional designado para a função de Auxiliar de Serviços Gerais deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Idade mínima: 18 (dezoito) anos completos;
- Escolaridade: ensino fundamental completo;
- Experiência profissional prévia em serviços de limpeza, conservação e higienização de ambientes;
- Conhecimentos básicos de manuseio seguro de produtos de limpeza e noções de biossegurança para áreas administrativas e laboratoriais;
- Capacitação prévia e participação em treinamentos periódicos, a serem providenciados pela contratada e acompanhados pela fiscalização;
- Apresentação pessoal adequada, com uso correto do uniforme e dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Aptidão física compatível com atividades de esforço contínuo, postura dinâmica e movimentação constante;
- Senso de responsabilidade, organização e zelo, garantindo a adequada conservação dos ambientes;
- Facilidade de relacionamento interpessoal e postura colaborativa no ambiente de trabalho.

#### 5.3.8.6 Bombeiro Civil

O profissional designado para a função de Bombeiro Civil deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Idade mínima: 18 (dezoito) anos completos;
- Escolaridade: ensino médio completo;
- Formação específica de Bombeiro Civil, conforme a Lei nº 11.901/2009 e a ABNT NBR 14608, com certificado válido;
- Registro profissional atualizado, quando exigido pela legislação estadual ou pelo Corpo de Bombeiros Militar;
- Experiência profissional prévia em atividades de prevenção e combate a incêndio, inspeção de sistemas de proteção e primeiros socorros;
- Conhecimento técnico em inspeção e operação de equipamentos de combate a incêndio (extintores, hidrantes, mangueiras, sistemas fixos, iluminação de emergência, portas corta-fogo, alarmes e sinalizações);
- Capacitação em primeiros socorros, atendimento pré-hospitalar básico e evacuação de ambientes;
- Aptidão física compatível com o desempenho das atribuições da função;
- Uso obrigatório de uniforme padronizado e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante toda a jornada;
- Disponibilidade para participação em treinamentos periódicos, simulados e integração com a Brigada de Incêndio da Fiocruz Rondônia.

## Materiais a serem disponibilizados

5.4 Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição sempre que necessário.

5.4.1 Os materiais e insumos a serem utilizados encontram-se previstos na planilha de custos e composição de preços, devendo atender integralmente às especificações técnicas e às normas de saúde, segurança e meio ambiente aplicáveis.

5.4.1.1 Com vistas a assegurar a adequada execução contratual, estabelece-se o **percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor total global dos serviços contratados, que será destinado à cobertura de insumos não listados na planilha de custos e formação de preços**, uma vez que se revelem necessários durante a execução do objeto. A utilização desse percentual ficará condicionada a:

- a) registro formal pela fiscalização contratual da necessidade de utilização do insumo extra;
- b) comprovação da aquisição e uso pela contratada, mediante apresentação de notas fiscais e relatórios circunstanciados;

### 5.4.2 Serviços extras

5.4.2.1 Quando solicitado pela fiscalização do contrato, a contratada deverá, no prazo máximo de 4 (quatro) horas após a comunicação formal, fornecer os materiais e insumos extras e/ou executar os serviços complementares previamente listados no Termo de Referência, assegurando a continuidade e a qualidade das atividades.

## Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 Os quantitativos estimados e apresentados neste Termo de Referência foram obtidos a partir de levantamentos, consultas e vistorias realizadas na Fiocruz Rondônia, considerando as rotinas de Auxiliar de Serviços Gerais, Jardineiro, Porteiro, Recepcionista, Técnico em Eletrotécnica, manutenção predial e Bombeiro Civil. Esses quantitativos servem de referência para formulação das propostas, observando-se que a prestação dos serviços ocorrerá conforme necessidade e por demanda da Contratante.

5.5.2. A estimativa informada não obriga a Fiocruz Rondônia a utilizar a integralidade da quantidade prevista para cada posto de trabalho, em razão de variações operacionais, adequações administrativas ou demandas específicas.

5.5.3. Para fins de dimensionamento, deverão ser considerados os seguintes quantitativos de postos de trabalho em regime de 40 horas semanais e as escalas 12 x 36 h:

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	CBO	QTD. DE POSTOS	QTD. DE PROFISSIONAIS
Auxiliar de Serviços Gerais	40h semanais	5143-20	08	08 profissionais
Jardineiro	40h semanais	6220-20	03	03 profissionais
Porteiro	40h semanais	5174-05	02	02 profissionais
Recepcionista	40 h semanais	4221-05	01	01 profissional
Técnico em Eletrotécnica	40h semanais	3131-05	01	01 profissionais
Artífices de Manutenção Predial	40h semanais	5143-25	04	04 profissionais
Bombeiro Civil	Escala 12x36 - Diurno	5171-10	01	02 Profissionais
Bombeiro Civil	Escala 12x36 - Noturno	5171-10	01	02 Profissionais
<b>Total</b>			<b>21 postos</b>	<b>23 profissionais</b>

5.5.3.1 A previsão de 2 postos de Bombeiros Civis (profissionais - 2 diurnos e 2 noturnos) fundamenta-se na Lei nº 11.901/2009, que regulamenta a profissão, e na ABNT NBR 14608/2007, que estabelece requisitos mínimos de formação, capacitação e atuação. Além disso, foram consideradas as normas estaduais de segurança contra incêndio e pânico aplicáveis em Rondônia, as quais exigem a presença de bombeiros civis em edificações com grande circulação de pessoas e risco laboratorial, como é o caso do novo campus da Fiocruz Rondônia. Tais parâmetros justificam o dimensionamento adotado, assegurando conformidade legal e proteção adequada às instalações e usuários.

5.5.3.2 Os profissionais alocados deverão observar os mesmos padrões de uniformização, equipamentos e procedimentos aplicados ao efetivo residente.

5.5.3.3 A contratada deverá garantir a disponibilidade de pessoal qualificado e devidamente treinado para o desempenho das atividades de vigilância e supervisão.

5.5.3.4. O pagamento será realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados e atestados pela fiscalização do contrato, excluindo-se períodos de paralisação não imputáveis à Administração (como feriados, greves, força maior ou afastamentos legais).

## **Benefícios**

5.5.4 De acordo com a Lei Federal nº 7.418 de 16/12/1985, alterada pela Lei Federal nº 7.619, de 30/09/1987, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17/11/1987, todo trabalhador no território nacional tem direito ao custo de seu transporte coletivo para seu deslocamento de ida/volta ao trabalho.

5.5.5 A Contratada fornecerá até o último dia útil do mês anterior auxílio - transporte no real valor das despesas de deslocamento residência – trabalho – residência.

5.5.6 Para os postos de 5 x 2 (segunda à sexta) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 23 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

5.5.7 Para os postos de turnos de escala 12 x 36 (segunda à domingo) - (Bombeiro Civil) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 16 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

5.5.8.Fica a cargo da contratada definir junto aos seus funcionários as modalidades de transporte público para deslocamento até o local da execução dos serviços, considerando as seguintes variações para efeito de pagamento: ônibus municipais e intermunicipais.

5.5.9 O valor que será pago à contratada pelo auxílio - transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitado o limite do item anterior.

5.5.10 Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do trabalhador, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria Profissional.

5.5.11 A Contratada deverá fornecer, até o último dia útil do mês anterior, os auxílios - alimentação e refeição em conformidade e valor estabelecido pela Convenções Coletivas de Trabalho - CCT das categorias, de valores iguais aos especificados nas planilhas de custos e formação de preços, conforme determina o Art.5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

5.15.12 Para os postos de 5 x 2 (segunda à sexta) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 23 dias de execução dos serviços.

5.5.13 Para os postos de turnos de escala 12 x 36 (Bombeiro Civil) - (segunda à domingo) deverão ser cotados, obrigatoriamente, 16 dias de execução dos serviços.

5.5.13 A Contratada deverá incluir outros benefícios contemplados nas Convenções Coletivas de Trabalho das Categorias pois, caso existam, deverão estar previstos na proposta de preços e justificados.

5.5.14. O dimensionamento da proposta deverá abranger todos os custos relacionados à execução contratual, incluindo: remuneração dos empregados, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, insumos, materiais de limpeza e jardinagem, ferramentas, uniformes, EPI's, EPC's, treinamentos, reposição de pessoal ausente, adicionais de Insalubridade/Periculosidade, quando aplicável, além dos custos indiretos, tributos e benefícios previstos na legislação.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Uniformes**

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, atendendo às normas de segurança, higiene e saúde do trabalhador, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

5.7.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1 O uniforme deverá compreender as peças do vestuário que constam na Planilha de Custos e Formação de Preços.

5.7.1.2 conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

5.7.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos, conforme descritos no Apêndice III deste TR.

5.7.3 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1 A Contratada deverá assegurar a adequada transição contratual, contemplando a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas na execução dos serviços, de modo a evitar perda de informações e garantir a continuidade das atividades. Poderá ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da futura empresa que vier a sucedê-la na prestação dos serviços, visando assegurar a plena execução contratual.

### **Planejamento da Execução Contratual**

5.9 A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, o Plano de Trabalho, contendo:

- Escalas e cronograma de execução das rotinas de limpeza, jardinagem, manutenção e portaria;
- Procedimentos Operacionais Padrão (POP) aplicáveis a cada atividade prevista neste Termo de Referência;
- Procedimentos de contingência para situações de ausência de empregados, falhas operacionais, indisponibilidade de insumos ou riscos emergenciais, de forma a garantir a continuidade dos serviços.

5.9.1 O Plano de Trabalho deverá ser submetido à aprovação da fiscalização da contratante e servirá como referência para verificação da conformidade da execução contratual, em atendimento ao disposto nos arts. 6º, inciso XXIII, e 12, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

## **Monitoramento e Avaliação dos Serviços**

5.10 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), em consonância com a Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e o Decreto nº 10.947/2022.

5.10.1 O IMR contemplará indicadores objetivos relacionados a:

- Disponibilidade dos profissionais alocados por posto;
- Cumprimento das rotinas e horários de execução;
- Condições de higiene, conservação e manutenção dos ambientes;
- Atendimento às demandas corretivas e emergenciais;
- Entrega de relatórios de execução e checklists de vistoria;
- Cumprimento das práticas de sustentabilidade previstas no item 4 deste TR.

5.10.2 A contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução, contendo:

- Registro das atividades realizadas em cada posto de trabalho;
- Descrição dos serviços prestados (limpeza, manutenção, portaria, jardinagem);
- Histórico de manutenções preventivas e corretivas realizadas;
- Ocorrências, intercorrências e providências adotadas;
- Análise crítica dos resultados obtidos e eventuais medidas corretivas.

5.10.3 O não cumprimento das metas estabelecidas no IMR ensejará a aplicação das penalidades contratuais previstas, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1 A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas por servidores designados formalmente pela Administração, mediante portaria a ser emitida por ocasião da assinatura do contrato, nos termos dos artigos 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.2 A execução contratual será acompanhada e avaliada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme previsto no art. 67, §4º da Lei nº 14.133/2021, sendo o pagamento das faturas condicionado à aferição positiva dos indicadores de desempenho previamente definidos, de forma a assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada.

6.5.3 O descumprimento das obrigações será registrado no IMR e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.5.4 Poderão ser realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, em cronograma definido pela fiscalização, destinadas à avaliação dos resultados alcançados, à identificação de eventuais desvios e, se necessário, ao replanejamento das rotinas de execução contratual.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato.

6.7.1. A frequência do preposto ao local da execução do contrato deverá ser acordada previamente com a fiscalização sendo obrigatória nos locais da execução sempre que se fizer necessário.

6.7.2 O preposto deverá estar em permanente contato com a fiscalização do contrato visando o repasse diário das informações referentes à execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 Verificação das condições de alocação, presença, capacitação, apresentação e segurança dos profissionais disponibilizados, bem como da adequada utilização de insumos, equipamentos de proteção individual (EPIS), coletivos (EPCs) e materiais necessários à execução dos serviços.

6.16.2 Emissão de Ordens de Serviço ou solicitações formais de demanda, registradas em meio eletrônico ou documental, para direcionamento e acompanhamento das atividades de limpeza, portaria, manutenção, jardinagem, recepção e bombeiro civil.

6.16.3 Controle da execução contratual, conforme os parâmetros técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho aprovado, com verificação sistemática do cumprimento das rotinas e da qualidade dos serviços prestados.

6.16.4 Apuração e controle do atendimento às requisições emitidas pela Administração, verificando a tempestividade, a qualidade da execução e a conformidade com os indicadores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), inclusive quanto ao atendimento das práticas de sustentabilidade previstas no item 4 deste TR.

6.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.18 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19 Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20 O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21 O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22 Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23 O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24 Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25 Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26 O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27 O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28 Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.28.1 O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;



6.28.2 O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.28.3 O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.28.4 Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29 Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30 O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1 Verificação das condições de habilitação, mês a mês, da contratada.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações.

6.35.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1 no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. Documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.57.1. Diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
  - 6.57.2. Necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.58. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.58.1. À jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
  - 6.58.2. Ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1 até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2 em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

## **Gestor do Contrato**

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.68.9. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## **7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.1.1 O não atendimento satisfatório dos requisitos de desempenho, quando avaliados como “Ruim” ou “Péssimo” no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, ensejará a aplicação de glosa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal de serviços. Os requisitos avaliados como “Ótimo” ou “Bom” não ensejarão descontos. As glosas decorrentes do IMR não afastam a aplicação de penalidades contratuais adicionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Comprovação da execução dos serviços conforme os cronogramas estabelecidos, incluindo o registro das atividades realizadas, áreas tratadas, produtos aplicados e evidências de controle adotadas, devidamente validadas pela fiscalização técnica.

7.4.2. Cumprimento das exigências contratuais;

7.4.3. Avaliação via IMR (Instrumento de Medição de Resultados).

7.4.4 Regularidade da documentação exigida contratualmente, como relatórios mensais de execução, laudos técnicos de monitoramento e fichas de aplicação, conforme previsto nas normas da vigilância sanitária e ambientais vigentes.

7.4.5 Ausência de não conformidades graves e reincidentes, devidamente registradas em relatório de fiscalização.

## Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato sob os aspectos técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado o período **mensal** para fins de faturamento.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo correspondente ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.13.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à quantidade, qualidade ou dimensão, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, e comunicada à empresa a emissão da Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa para liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar;

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária.

7.33.1 A utilização do índice de correção monetária IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo justifica-se por ser o indicador oficial adotado pelo Banco Central do Brasil para aferição da variação da inflação e o mais adequado para atualização monetária de contratos administrativos que envolvem serviços sem vínculo com insumos específicos ou tarifas públicas. Além disso, trata-se de índice de ampla aceitação em contratações públicas, conforme recomendações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), por refletir de forma geral o comportamento dos preços ao consumidor na economia brasileira.

#### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em conta bancária indicada pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.38. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38.2 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

#### **Repactuação**



7.39 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.40 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.40.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.40.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.41 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação da mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.41.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.42. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de vantagens ou benefícios não previstos na proposta inicial, salvo se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio - alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento o Índice de *Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 (trinta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1 revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **Reajuste**

7.66. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado em 01 de outubro de 2025.

7.67. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de *Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.68. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.69. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

7.70. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.71. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.72. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.73. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **Cessão de crédito**

7.74. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.74.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.74.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.74.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente

sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.74.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.75. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Conta-Depósito Vinculada**

7.76. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.77. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.78. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.79. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.80. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.81. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 7.81.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 7.81.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 7.81.3. Multa sobre o FGTS;
- 7.81.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.82. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5 /2017.

7.83. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.84. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.85. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.86. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.87. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.88. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.88.1. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.4.2.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.4.2.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 0,5% (cinco decimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

### 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

#### Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.4.2. custos unitários relevantes: registros dos custos total por cada atividade, conforme as planilhas de formação dos custos.

9.5. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada utilizado(a) como paradigma: As Convenções Coletivas de Trabalho Vigentes:

- **Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 do Estado de Rondônia** (SINDASSEIO/RO e SINTELPES/RO, registro MTE nº RO000003/2025).

a) salários-base e adicionais, no valor de:

- Auxiliar de Serviços Gerais: R\$ 2.134,92;
- Jardineiro: R\$ 2.404,15;
- Porteiro: R\$ 2.256,22;
- Recepcionista: R\$ 2.492,52;
- Técnico em Eletrotécnica: R\$ 4.576,14;

- Artífice de Manutenção: R\$ 3.506,63.

b) auxílio - alimentação, no valor de R\$ 626,94; e

c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

- i) Auxílio Transporte, no valor de R\$ 3,00;
- ii) Seguro de Vida no valor de R\$ 13,00

• **Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 – FEDERACAO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHOTEMPORARIO E TERCEIRIZADO - FENASERHTT.**

- **"CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA: A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a (s) categoria(s), TRABALHADORES BOMBEIROS CIVIS, com abrangência territorial em AC, AL, AP, CE, GO, MA, MS, MT, PE, PI, RN, RO, RR, RS e TO".**

a.a) salário-base e adicionais, nos valores de:

- Bombeiro Civil: R\$ 2.262,50;

b.b) auxílio- refeição, no valor de R\$ 28,65 diário;

c.c) cesta básica: no valor de R\$ 192,73;

c.d) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

- Seguro de vida - "Cláusula Vigésima Oitava da CCT"
- Assistência Odontológica "Cláusula Trigésima da CCT"

**e) OBS.: Vale destacar que, uma vez publicado o Edital da licitação, mesmo que uma nova CCT's venha a ser homologada, o processo licitatório seguirá normalmente. O vencedor cuja proposta for homologada terá o direito à repactuação dos custos decorrentes da(a) nova(s) CCT'(s) após homologação.**

**Em sendo assim, uma vez publicado o Edital da licitação, eventuais homologações de novas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) não interromperão o andamento do processo licitatório. O licitante vencedor, cuja proposta for homologada, terá o direito à repactuação dos custos decorrentes de nova CCT a ser utilizada.**

**9.5.1.Compensação de Jornada dos Bombeiros Civis de Contingências:**

**9.5.1.1 Escala 12x36 – Escala 12x36 – Em conformidade com a Lei nº 11.901/2009, que regulamenta o exercício da profissão de Bombeiro Civil e estabelece jornada máxima de 36 (trinta e seis) horas semanais, correspondentes a 156 (cento e cinquenta e seis) horas mensais, verifica-se que, em razão das necessidades operacionais e do interesse público, os profissionais permanecem em seus postos por 180 (cento e oitenta) horas mensais, para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.**

9.5.1.2 Para atender o disposto no subitem 9.5.1.1, em consonância com as orientações previstas na **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) - FENASERHTT.-SRT00551/2025**, Paragrafo único da Cláusula Sexagésima Primeira, para os postos 12 X 36, será pago o complemento de **24 (vinte e quatro) horas mensais**, sendo as mesmas **remuneradas como horas extras**, assegurando o cumprimento da jornada legal e a justa compensação pela carga horária excedente, sem prejuízo das normas trabalhistas e do equilíbrio contratual.



9.5.1.3 Registra-se que o efetivo pagamento das horas complementares as jornadas definidas pela CCT serão controladas e pagas mediante a execução mensal do contrato.

9.5.2 Para efeito de isonomia das propostas, foram estimados os percentuais máximos de 40% para **insalubridade**, visando à sustentabilidade jurídico-financeira do contrato. Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus graus de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) grau(s) de risco apontado(s) em **Laudo Pericial**, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE **a ser emitidos pela Contratante num prazo de até 60 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual**. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres na totalidade dos postos ou se a insalubridade for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos por Apostilamento.

9.5.3. Para efeito de isonomia das propostas, foi considerado o percentual de 30% (trinta por cento) a título de adicional de **Periculosidade para as categorias de: Bombeiro Civil, Artífice e Técnico de Eletrotécnica**, calculado sobre o salário mensal do posto, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa (art. 6º, III). O pagamento efetivo desse adicional estará condicionado à comprovação em **Laudo Pericial**, pela Contratante, da correta aplicação da legislação trabalhista e deverá constar na folha de pagamento dos empregados designados para a execução dos serviços, cabendo à Fiscalização do Contrato verificar mensalmente a conformidade das planilhas de custos e encargos sociais. Em caso de alteração superveniente da base normativa aplicável ou entendimento administrativo/judicial que modifique os critérios de cálculo, a planilha de custos deverá ser ajustada por meio de apostilamento, assegurando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.4. A administração providenciará os laudos técnicos de Insalubridade/periculosidade para verificar a ocorrência de exposição de riscos dos postos contratados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do primeiro dia da vigência contratual.

9.5.5. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

9.5.6. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos.

9.5.7. Os valores orçados pela Administração constam das planilha Anexos.do Edital.

9.5.8. O orçamento estimado da Administração foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante aplicação da média sobre, no mínimo, três preços válidos. Para assegurar maior fidedignidade, procedeu-se ao saneamento da amostra, com a exclusão de valores inexequíveis e de valores manifestamente superiores à realidade de mercado, tecnicamente justificada.

9.5.9 As fontes utilizadas para a pesquisa (propostas formais, contratações similares, PNCP, ComprasGov e Painel de Preços), bem como a memória de cálculo, encontram-se devidamente juntadas ao processo administrativo. Nos termos do art. 18, VI, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa está acompanhada dos preços referenciais, memórias de cálculo e documentos de suporte, garantindo transparência, rastreabilidade e coerência com o ETP.

9.5.10 Em caso de prorrogação de vigência contratual, as seguintes prerrogativas de direitos deverão ser seguidas:

9.5.10.1 Amortização dos percentuais do Aviso Prévio Indenizado (API) de 0,42% para 0,042% e Aviso Prévio Trabalhado (APT) de 1,94% para 0,194%, em cumprimento as orientações dos órgãos de controle e determinação legal.

9.5.10.2 Apresentar o RAT Ajustado para atualização da planilha de custos e formação de preços.

9.5.10.3 Amortizar ou excluir as rubricas constantes dentro do módulo "Custo de Reposição do Profissional Ausente", alocada no módulo 4, da planilha de custos, caso seja identificado que não houve este gasto, conforme provisionado, ou ainda encaminhe novos dados estatísticos do período que justifique a manutenção ou alteração dos percentuais mencionados.

9.5.10.4 Em caso de renovação contratual, caso a Contratada seja optante pelo regime de tributação de incidência não cumulativa (Lucro Real) deverá apresentar o demonstrativo de apuração de contribuições sociais, demonstradas através da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) ou documentação equivalente, comprovando que os percentuais dos tributos adotados correspondem à média dos percentuais

## **Exigências de habilitação**

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, em razão da natureza do objeto e das exigências técnicas, operacionais e de responsabilidade contratual envolvidas na execução dos serviços.

9.16.1. **Justificativas:** Considerando a natureza do objeto da presente licitação, que consiste na execução continuada de serviços mediante a alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com necessidade de supervisão permanente, cumprimento das obrigações trabalhistas e legais, bem como garantia de padronização na prestação dos serviços, é imprescindível assegurar a existência de estrutura organizacional

com responsabilidade direta, clara e centralizada sobre a execução contratual. A participação de sociedades cooperativas, em virtude de sua forma de organização e da autonomia dos cooperados, pode comprometer a uniformidade, a rastreabilidade administrativa e o controle técnico-operacional, não atendendo, portanto, às exigências estabelecidas para a plena execução do objeto.

Ademais, o objeto exige qualificação técnica e responsabilidade formal pela gestão da equipe alocada, demandando que a contratada possua estrutura administrativa própria, registro nos órgãos competentes, capacidade de resposta imediata e padronização de condutas em todas as unidades atendidas. Tais requisitos não se compatibilizam com o modelo de gestão de sociedades cooperativas, cuja autonomia dos cooperados pode comprometer a uniformidade dos procedimentos, a rastreabilidade administrativa e o controle operacional. Dessa forma, justifica-se a sua exclusão, com fundamento no interesse público, na segurança da execução e no princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, sem prejuízo do disposto na legislação infraconstitucional aplicável..

9.17. Não será aceita a participação de consórcios, haja vista a natureza do objeto da licitação e as exigências técnicas e operacionais que envolvem a execução integral e contínua dos serviços.

9.17.1. **Justificativa:** Não será aceita a participação de consórcios, haja vista a natureza do objeto da licitação e as exigências técnicas e operacionais que envolvem a execução integral e contínua dos serviços.

9.17.2. A não participação de consórcios, se impõe dada a natureza específica e a complexidade da execução dos serviços de limpeza, jardinagem, recepção, portaria, manutenção predial, técnico em eletrotécnica e bombeiro civil — que exigem padronização de rotinas, supervisão permanente, cumprimento de obrigações trabalhistas e legais, além de resposta imediata às demandas da Administração —, a participação de consórcios não se mostra compatível com a gestão contratual desejada. Ademais, o valor estimado do contrato é considerado moderado, não justificando a formação de agrupamentos empresariais. A exigência de responsabilidade única e direta pela totalidade da execução do objeto impõe a necessidade de contratação de empresa individualmente habilitada, o que assegura maior controle, simplificação dos procedimentos administrativos e eficiência na fiscalização, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal.

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou das consolidações respectivas.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.27. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.28. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.29. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.30. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.30.1 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.30.2 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.30.3 Justificativa: A exigência de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos casos em que os índices de Liquidez Geral, Solvência Geral ou Liquidez Corrente sejam iguais ou inferiores a 1 (um), constitui medida de prudência administrativa para assegurar a capacidade econômico-financeira da futura contratada.

9.31. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.32. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.33. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.34. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.35. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do "Anexo V" deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e /ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos :

9.35.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.35.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.36. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.37. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.37.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.38. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.38.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.38.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação de serviços de portaria, recepção, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.38.1.1.1 **Justificativa:** A exigência de comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços ora contratados justifica-se em razão da complexidade e da natureza do objeto, que envolve a gestão integrada de equipes de limpeza, recepção, portaria, manutenção predial e bombeiro civil, demandando cumprimento rigoroso das obrigações trabalhistas e legais, capacidade de resposta imediata a ocorrências, padronização de procedimentos e supervisão contínua. Tal exigência visa assegurar a contratação de empresa com expertise comprovada, equipe qualificada e estrutura operacional consolidada, garantindo a continuidade, a eficiência e a segurança na execução dos serviços, em consonância com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

9.38.1.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados; que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente ao da contratação - 10 (dez) postos / 11 (onze) empregados;

9.38.1.2.1 Justificativa: A exigência justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante possua efetiva capacidade para a execução do objeto. A comprovação de experiência em contratos anteriores que abranjam, no mínimo, 50% da dimensão prevista nesta contratação é indispensável para demonstrar que a empresa dispõe de estrutura, recursos humanos e conhecimento técnico compatíveis com a complexidade dos serviços de limpeza, recepção,

portaria, manutenção predial e bombeiro civil. Tal medida está em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e contribui para mitigar riscos relacionados à continuidade, segurança e eficiência da execução contratual.

9.38.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.38.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.38.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.38.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizado pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o valor máximo aceitável pela Administração para fins de adjudicação, é de R\$ 2.794,553,93 (dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

## 11 ADQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Subunidade: ESCRITORIO TECNICO DE RONDONIA;
- Projeto: 0032.2000.565 .00007 - Proc: 6199/25-40 - Serviço Contínuo destinados ao Apoio Operacional nas áreas de Portaria, Jardinagem, Limpeza e Manutenção Predial, Suporte Técnico em Eletrotécnica e atividades de Artífice e Brigada de Incêndio (bombeiro civil).;
- Iniciativa/Programa Temático: 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- Ação Orçamentária: 2000 Administração da Unidade de Custeio;
- Finalidade: 565 Gestão Administrativa;
- Programa de Trabalho: 10122003220000033;
- Fonte de Recurso: 1002000000 - LOA Corrente;
- Natureza da Despesa: 339037 - Locação de Mão-de-Obra;
- Elemento de Despesa: 339037 - 01;
- Grupo: 851;
- Serviço: 24325;
- DFD: 3/2026;
- Contratação: 512/2026;
- **O PCA 2026** encontra-se publicado e disponível para consulta e coleta de dados no site Portal Nacional de Contratações Públicas.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12 DISPOSIÇÕES FINAIS

### 12.1 DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações constantes neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JANSEN FERNANDES DE MEDEIROS**

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 09:57:46.

**GILDAZIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 09:55:19.*

**FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU**

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 09:52:11.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo II - Instrumento de Medicao de Resultados - IMR.pdf (212.38 KB)
- Anexo II - Anexo III - UNIFORMES E EPIs.pdf (293.8 KB)
- Anexo III - Anexo V - Modelo de Declaracao de Contratos Firmados - IN 05 2027.pdf (141.76 KB)
- Anexo IV - Anexo Visita Tecnica - Rondonia.pdf (32.46 KB)
- Anexo V - ETP 255.2025 ATUALIZADO.pdf (205.5 KB)

INSTRUÇÃO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

Prestação de Serviços Contínuos de Atividades Gerais, contemplado as tarefas de: Portaria, Recepção, Jardinagem, Limpeza, Manutenção Predial e Bombeiro Civil) Fiocruz/RO

Parâmetros de Avaliação dos Serviços Prestados					Pontuação Aplicada				
INDICADOR DE DESEMPENHO	Marque sua resposta com um "X"								
	Frequência da execução dos serviços	1. Os serviços foram executados nos dias e horários previstos no contrato?							
		(Considere a conformidade com a quantidade, prazos e condições estabelecidas contratualmente.)				<b>pontos</b>			
		<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo
	Qualidade da limpeza e conservação	2- Os ambientes estão limpos, higienizados e em condições adequadas de uso?							
		(Considere a conformidade com os padrões de qualidade definidos no contrato)				<b>pontos</b>			
		<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo
	Controle de acesso (portaria/recepção)	3. O controle de entrada e saída de pessoas está sendo realizado corretamente?							
		(Considere a conformidade com os procedimentos de segurança e registros de acesso exigidos)				<b>pontos</b>			
		<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo
Atuação dos bombeiros civis	4. Os bombeiros civis cumprem a escala prevista e estão aptos para situações de emergência?								
	(Considere a conformidade com a legislação vigente (Lei nº 11.901/2009) e as normas estaduais de segurança contra incêndio)				<b>pontos</b>				
	<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo	
Apresentação e conduta dos trabalhadores	5. Os empregados utilizam uniforme e crachá de forma adequada e mantêm postura compatível com a função?								
	(Considere a conformidade com as exigências de uniformização, identificação e conduta contratual)				<b>pontos</b>				
	<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo	
Sustentabilidade e gestão de resíduos	6. Está sendo realizada a separação e destinação correta dos resíduos, conforme PNRS e PLS da Fiocruz?								
	(Considere a conformidade com as práticas de sustentabilidade e as diretrizes do Plano de Logística Sustentável)				<b>pontos</b>				
	<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo	
Comunicação e apoio à fiscalização	7. As informações e registros solicitados pela fiscalização foram entregues de forma clara e dentro do prazo estabelecido?								
	(Considere a tempestividade, clareza e qualidade das informações prestadas pela contratada.)				<b>pontos</b>				
	<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo	
Eficiência no uso de insumos	8. Os insumos fornecidos foram utilizados de forma racional, sem desperdício, em conformidade com as quantidades contratadas e dentro do prazo estabelecido?								
	(Considere o uso racional e o controle de desperdícios conforme a planilha de custos aprovada.)				<b>pontos</b>				
	<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo	
Entrega de relatórios e checklists	9. Os relatórios de execução e checklists de vistoria foram entregues de forma tempestiva e com informações completas?								
	(Considere a periodicidade e a conformidade dos documentos entregues com as exigências contratuais.)				<b>pontos</b>				
	<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo	
Satisfação do usuário interno	10.Os usuários internos demonstram satisfação com os serviços prestados, considerando qualidade, cordialidade e agilidade?								
	(Considere os registros de manifestação de usuários e avaliações periódicas da contratante.)				<b>pontos</b>				
	<input type="checkbox"/>	Ótimo	<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Ruim	<input type="checkbox"/>	Péssimo	

Pontuação Atingida:	0	Percentual de Glosa	5%	Valor da Fatura	R\$	-
---------------------	---	---------------------	----	-----------------	-----	---

Resultado % de Não Conformidade	0%
---------------------------------	----

% de Não Conformidade = (Qtd. de itens Ruim + Péssimo) ÷ (Qtd. total de perguntas)

GLOSA A SER APLICADA	R\$ 0,00
----------------------	----------

Observações, apontamentos e/ou outras situações identificadas:

Legenda			
ÓTIMO <i>Superou a Expectativa</i> 10 pontos	BOM Atendeu Totalmente 8 pontos	RUIM Atendeu Parcialmente 5 pontos	PÉSSIMO Não Atendeu 2 pontos

### Anexo III

#### UNIFORMES E EPIs – DESCRIÇÃO E QUANTIDADES

Conforme detalhado a seguir, apresentam-se as informações referentes aos uniformes e EPIs:

I) A descrição e o quantitativo de uniformes indicados pela Administração têm caráter **meramente exemplificativo**. A licitante poderá apresentar propostas com itens equivalentes ou diferenciados, desde que adequados às especificidades do serviço.

II) A descrição e o quantitativo dos EPIs também são **exemplificativos**, cabendo à licitante ofertar todos os equipamentos de proteção individual necessários para a execução das atividades, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis à categoria profissional.

Auxiliar de Serviços Gerais	
Uniformes	
Descrição	Total
Calça de brim azul royal de elástico com bolso	4
Camisa malha gola polo com bordado	4

EPIs	
Bota PVC cano longo	1
Luva latex com cano longo	1
Luva ranhurada	1
Touca descartável em TNT sanfonada	2



<b>Porteiro</b>	
<b>Uniformes</b>	
Descrição	Total
CAMISA de manga curta (tipo social), confeccionada em tecido poliéster com algodão, na cor padrão da empresa, com o logotipo da prestadora de serviço, bordado no bolso na altura do tórax esquerdo.	4
AGASALHO (tipo social) na cor padrão da empresa (podendo ser blazer ou casaco sem capuz) com o logotipo da prestadora de serviço, bordado na altura do tórax esquerdo.	1
CALÇA comprida (tipo social), confeccionada em tecido Oxford, na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4
CINTO (tipo social), em couro na cor preta e sem detalhes (liso) com fivela simples.	1
MEIA social na cor preta em tamanho compatível ao profissional.	4
SAPATO ocupacional (tipo social) confeccionado em couro. Biqueira True Line. Colarinho soft acolchoado. Fechamento em cadarço. Palmilha de montagem em poliéster resinado. Solado em PU bi densidade com injeção direta no cabedal, que possibilita amortecimento com absorção de impactos na entressola e no calcanhar.	2

<b>Técnico de Eletrotécnica</b>	
<b>Uniformes</b>	
Descrição	Total
Calça no padrão da contratada	4
Camisetas no padrão da contratada	4

<b>EPIs</b>	
Bota com segurança para eletricista (ca)	2
Óculos de proteção	1
Protetor facial incolor	1
Luvras cirúrgicas (Caixa com 100 unidades)	1
Máscara descartável (Caixa com 50 unidades)	1
Jaleco descartável (Pacote com 10 unidades - tamanho M)	12

<b>Artífice</b>	
<b>Uniformes</b>	
Descrição	Total
Camisa em brim pesado na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4
Calça em brim pesado na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4
Camiseta com proteção solar manga longa masculina	4

<b>EPIs</b>	
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	2
Capacete de obras	1
Óculos de Proteção	1
Luva de vaqueta	1
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3
Luva pigmentada de pano	15
Luvras multitalo	9

<b>Recepcionista</b>	
<b>Uniformes</b>	
Descrição	Total
Blaser em microfibras com elastano na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	1
Calça em microfibras com elastano na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4
Blusa ½ manga, com gola e botão, tecido em algodão com lycra na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4
Par de sapatos, social (confortável) na cor preta	2
rede com laço para o cabelo, na cor preta	2

<b>Bombeiro Civil</b>	
<b>Uniformes</b>	
Descrição	Total
CAMISETA em tecido de malha de algodão, de mangas, c/estampa na altura do peito p/NOME e TIPAGEM SANGUÍNEA.	4
GANDOLA em tecido de brim 100% algodão retardante de chamas, de mangas compridas, c/2 bolsos c/abas e 2 botões na parte frontal, c/sutache fixado a base de velcro, na altura do peito p/NOME e TIPAGEM SANGUÍNEA.	2
CALÇA em tecido de brim 100% algodão retardante de chamas c/2 bolsos nas laterais das pernas logo acima do joelho, c/abas e 2 botões na parte frontal.	4
CINTO em nylon c/fivela cromada.	1
Meia.	3
COTURNO em lona\couro c/solado de borracha nitrilica p/alta temperatura (mínimo 300°C) c/zipper lateral e cadarço na frente.	1
LUVAS DE VAQUETA com suporte para o cinto de segurança.	1
ABRIGO DE FRIO ("japona").	1
CINTO DE SEGURANÇA p/bombeiro, tipo ginástico, em fita de lona c/espessura de cerca de 3,5mm\largura em torno de 70mm, forrado com lona tipo "10", c/ponteiras de regulagem em couro e trava-guia\fivelas de latão.	1
bolsa c/suporte p/cinto, barreira de proteção p/respiração boca-a-boca, atadura, gaze, luva de procedimento cirúrgico.	1

<b>EPIs</b>	
CAPUZ p/bombeiro tipo "balaclava" em malha 100% meta-aramida, c/abas p/sobrepôr os ombros, c/abertura frontal (p/acoplamento de máscara respiratória) c/elastano embutido no cadarço de meta-aramida.	1
CAPACETE p/bombeiro c/casco em termoplástico, carneira em ABS c/interior em espuma de uretano, c/viseira em policarbonato, c/protetor de orelhas\pescoço\jugular c/ajuste rápido\testeira em 100% algodão retardante de chamas, c/argola de aço p/guardá-lo em suporte fixo.	1
BOTA DE PROTEÇÃO (c/Certificação\Laudo de Aprovação) p/bombeiro c/posterior vulcanização em autoclave, c/forro interno 100% acrílico c/tratamento de retardador antichama, c/palmilha e biqueira de aço, c/solado\salto de borracha prensada c/antiderrapante, c/tela em tecido de nylon anticorte p/proteção do peito\laterais dos pés, c/reforço de proteção p/canela, c/faixas reflexivas antichama de alta luminescência nas laterais externas do cano.	1
LUVA DE PROTEÇÃO (c/Certificação\Laudo de Aprovação) p/bombeiro em tecido de fibra 100% para-aramida (face palmar, tira de reforço entre os dedos polegar\indicador, punho de no mínimo 10cm, protetor de artéria), em tecido plano de fibra 100% meta-aramida (face dorsal s/emendas) e em tecido de feltro de manta agulhada em fibra 100% meta-aramida, estanqueidade de fora p/dentro, respiração de dentro p/fora, s/permitir passagem de vapores (forração interna)	1

**Observações:**

1. A Contratada poderá sugerir à Contratante conjunto de uniformes alternativo, desde que adequado às atividades desempenhadas, condicionado à aprovação prévia da Administração. Os uniformes deverão ser fornecidos no início da vigência contratual e substituídos sempre que houver necessidade, de modo a garantir condições adequadas de apresentação e segurança.
2. O quantitativo especificado corresponde ao fornecimento destinado a **um único profissional**, devendo ser observada a proporcionalidade em relação ao número total de empregados alocados para a execução dos serviços.

**Materiais e Equipamentos**

Conforme detalhado a seguir, apresentam-se as informações relativas aos materiais e equipamentos:

- I) Relação dos **equipamentos de fornecimento obrigatório mínimo**, indispensáveis à adequada execução dos serviços;
- II) Relação de **materiais de caráter meramente exemplificativo**, cabendo à licitante a proposição de outros itens equivalentes, desde que compatíveis com as exigências técnicas e normativas aplicáveis.

Auxiliar de Serviços Gerais		
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL
Aspirador de pó/água	unid.	1
Enceradeira industrial SCHUELER modelo S300, voltagem 110/220v monofásico	unid.	2
Escada de Alumínio 05 degraus	unid.	3
Escada de Alumínio de 10 degraus	unid.	3
Lavadora de alta pressão powerwash eco 1800 PSI 1450W – 110V	unid.	3



Jardinagem		
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL
Ancinho Curvo Leve 14 Dentes com Cabo 150 cm	unid.	3
Carrinho de Mão 55 Litros Caçamba Plástica Funda	unid.	4
Carrinho de mão com estrutura tubular bipartida com pneu	unid.	2
Cavadeira Articulada com Cabo de Madeira de 140cm	unid.	1
Colher de pedreiro média c/ 6 polegadas com cabo de madeira	unid.	2
Enxada Larga 2,5 Libras com Cabo	unid.	4
Enxada Estreito 2.0 com Cabo de Madeira 130 cm	unid.	3
Enxada Largo 2.5 com Cabo de Madeira 130 cm	unid.	1
Escada Extensiva 3 em 1 em Alumínio 12 x 2 Degraus	unid.	2
Facão para Mato em Aço Carbono 18 Pol. com Cabo de Madeira	unid.	3
Forcado para Terra 4 Dentes com Cabo de Madeira 74 cm	unid.	1
Kit para jardinagem composto por: 1 pá de mão pequena, 1 pá de mão média, 1 tesoura pequena para poda, 1 rastelo de mão, 1 espeto para poda de pequenos galhos, 1 rolo de fio, 1 tesoura média para poda e 1 maleta com banquinho.	unid.	3
Lima chata para enxada K com cabo	unid.	3
Mangueira para jardim antitorção 10M ½"	unid.	2
Pá de Bico com Cabo de Madeira 71cm	unid.	3
Pazinha Estreita com Cabo de Madeira	unid.	1
Picareta Ponta Pá com Cabo de Madeira de 94cm	unid.	2
Podador de Galhos com Serrote Cabo de Madeira de 150cm	unid.	1
Roçadeira Lateral 2T 52CC 2,6HP à Gasolina Semiprofissional	unid.	3
Sacho Tipo Coração com Cabo de Madeira 43cm	unid.	1
Serrote de podar curvo cabo 13	unid.	3
Serrote Profissional Fixo 12 Pol. com Cabo Plástico	unid.	1
Soprador de folhas elétrico	unid.	1
Tesoura de Poda com Lâmina Metálica e Cabo Plástico	unid.	3
Tesoura de Poda para Cerca Viva e Grama de 12 Pol.	unid.	3

Técnico Eletrotécnica		
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL
Alicate amperímetro digital, tensão 600Vcc, 600Vca, 200Aca, teste de diodo Ref: MINIPA ET-3100 ou similar.	unid.	2
Alicate de bico meia cana.	unid.	1
Alicate de corte, material aço cromo vanádio, tipo corte diagonal, material cabo aço cromo vanádio plastificado, tipo cabo isolado, uso elétrico, tipo profissional, comprimento 6.	unid.	1
Alicate de Pressão de 10" Unidade	unid.	1
Alicate descascador de fio	unid.	1
Alicate Desencapador Ref: TRAMONTINAPRO44051/108 ou similar.	unid.	1
Alicate universal, material forjado em aço cromo vanádio, tipo profissional, material cabo plástico, tipo cabo isolado, tipo corte temperado por indução, comprimento 215mm, peso 390g	unid.	2
Chave canhão de 1/8" a 9/16" Jogo	unid.	1
Chave Estria 6 a 22mm Jogo	unid.	1
Chave grifo 8".	unid.	1
Chave inglesa 6".	unid.	1
Detector de tensão.	unid.	1
Escada de alumínio com 8 degraus	unid.	1
Ferro de solda 60w ponta fina.	unid.	1
Jogo chave, material aço niquelado, tipo fixa, quantidade peças 7, aplicação manutenção equipamento mecânico, componentes chaves nas medidas de 8, 10, 11, 13, 15, 17 e 19mm, características adicionais modelo "I", tamanho longo, acabamento superficial cromado	unid.	1
Jogo chave, material aço, tipo allen, quantidade peças 25, tamanho 0,7 – 0,9 – 1,3 – 1,5 – 2 – 2,5 – 3 – 4 – 5 – 6 – 8 – 10 mm e 3/64"-1/16"-5/64"- 3/32"- 7/64"- 1/8"- 9/64"- 5/32"- 3/16"- 7/32"- 1/4"- 5/16"- 3/8".	unid.	1
Jogo chaves fenda, material haste metal, tipo ponta chata, bitola 1/8x3; 1/8x6; 3/16x8. 1/4x5 e 5/16x8, material cabo plástico resistente, tipo cabo isolado, tratamento superficial ponta fosfatizado.	unid.	5
Jogo chaves fenda, material haste metal, tipo ponta phillips, bitola 1/8x4; 3/16x4; 1/4x4; 3/16x6 e 1/4x6, material cabo polipropileno, tipo cabo isolado, tratamento superficial ponta fosfatizado.	unid.	5
Maleta para ferramentas profissional 455x330x152mm com divisórias e trava. Ref: VONDER MFV315 ou similar.	unid.	1
Paquímetro Universal Capacidade 150mm e Resolução 0,05mm.	unid.	1
Parafusadeira a bateria 12v com regulador de torque.	unid.	1

Artifice		
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL
CAIXA DE FERRAMENTA: Trena 3mx16mm; Martelo de Segurança; Fio de Solda; Fita Isolante 0.13mmx10mx16mm; Ferro de Solda; Pegador de Lata; Eixo flexível universal; Eixo flexível universal; Adaptador de Soquete; 9 Soquetes 6-13mm; Estilete 18mm; 2 Chave de Fenda: 6x100mm; PH2x100mm; Manivela de Bit; Alicates Cortador de Fio; Tesoura; Cinto de Matéria Prima; Alicates Suíço com 11 Funções; Nível; Caneta Testadora; Serra; 10 Bits; 2 Chave de Precisão; 8 Chaves Hexagonais: 1.5-6mm; 3 Broca de Alvenaria: 5,6,8mm; 3 Broca Helicoidal: 5,6,8mm; Broca de Madeira: 16mm; Alicates Bomba D'água; Multímetro; 2 Chaves Universais; Martelo 8oz; Alicates de Bico Longo 6Pol.; Alicates Combinado 6Pol.; Pistola de Cola Quente 80W - 220V; Furadeira sem fio: 12V 1300mAh; Furadeira de Impacto 500W - 220V; Esmerilhadeira 650W - 220V; 4 Serra Copo; 32 Chaves de Precisão; 1 Carregador Bivolt.	unid.	1
Chave de teste elétrico, material haste aço cromo vanádio, tipo haste isolada, comprimento 135, tipo ponta chata, material cabo plástico, cor cabo azul, características adicionais com lâmpada neon e clipe, aplicação identificação de fase em condutores	unid.	2
Chave Estria	Jogo	1
Cortador manual de Pisos e Azulejos 750mm	unid.	1
Enxada para pedreiro com cabo	unid.	2
Escada de abrir (tipo tesoura), de fibra, com sete degraus, com sapatas de borracha.	unid.	1
Lanterna Recarregável com 9 leds bivolt	unid.	1
Máquina de solda portátil	unid.	1
Martelo rompedor (5kg) 220V	unid.	1
Serra circular portátil, dupla isolamento, Diâmetro da lâmina: 185mm, Rotações por min.: 5.800, Dimensões (C x L x A): 317 x 240 x 265mm, Peso: 5kg, Potência: 1.800W, voltagem 127V	unid.	1
Serrote profissional, material lâmina aço alto carbono, tratamento superficial temperado e lixado, tipo travado, quantidade dentes 7 por polegada, material cabo madeira, tamanho 26" – 650mm	unid.	1
Soprador térmico 127 volts	unid.	1
Talhadeira, material aço, tipo plano, comprimento total 300mm, comprimento ponta 30mm, altura 26mm, espessura 13mm, peso 900g, características adicionais com apunhadura	unid.	1
Torquês, material corpo aço forjado e temperado, tipo armador, tipo acabamento oxidado, tamanho 12", peso 575g, características adicionais meio corte, mandíbulas lixadas	unid.	2

Bombeiro Civil		
Descrição	Unidade de Medida	Qtd. de Equipamentos / Ferramenta ANUAL
ERA-Equipamento de Respiração Autônoma (completo, sendo o cilindro em fibra de carbono).	unid.	2
ROUPA DE APROXIMAÇÃO, COMPOSTA POR GANDOLÃO E CALÇA DE APROXIMAÇÃO (c/Certificação\Laudo de Aprovação) p/bombeiro c/faixas reflexivas antichama de alta luminescência nas extremidades, no mínimo c/3 camadas (1ªExterna: em tecido de meta-aramida, 2ªIntermediária: barreira de umidade p/não permitir passagem de líquidos perigosos em membrana de poliuretano retardante de chama, 3ªInterna: barreira térmica em tecido duplo unido p/costuras	unid.	1

**ANEXO VII-E**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A**  
**INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº  
\_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui  
os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
-----------------------	----------------------	--------------------------

_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos	R\$ _____
---------------------------	-----------

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

**Nota 1:** Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

**Nota 2:** \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

## **Anexo**

### **ATESTADO DE VISTORIA**

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO para Contratação de serviços contínuos de Atividades que contemplam as tarefas de: (portaria, recepção, jardinagem limpeza, manutenção predial e bombeiro civil), para Fiocruz Rondônia, que a licitante \_\_\_\_\_ representada legalmente por (nome completo) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, instalada no endereço \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, compareceu nesta data, no Campus Fiocruz Rondônia RO, e tomou conhecimento das condições ambientais e técnicas que condicionam a prestação dos serviços alvo desta contratação.

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou o local a ser executado os serviços e o uso dos equipamentos a serem disponibilizados.

### **DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA**

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e declaramos capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e data:

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: A empresa deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante legal.

## FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ

## Estudo Técnico Preliminar 255/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 25380.006199/2025-40

## 2. Descrição da necessidade

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, produção de vacinas e medicamentos, ensino, inovação e prestação de serviços de referência em saúde. A Fiocruz Rondônia, inserida nesse contexto, desempenha um papel estratégico na pesquisa científica e na promoção da saúde pública, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional. Para garantir a continuidade dessas atividades com segurança e eficiência, a manutenção de serviços essenciais, como a vigilância patrimonial, é indispensável.

Nesse contexto, os serviços contínuos de atividades gerais, contemplando as tarefas de portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, busca atender as demandas operacionais da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Rondônia, sediada em Porto Velho/RO. Esses serviços são essenciais para garantir o controle de acessos institucionais, a adequada conservação das áreas verdes, a higienização de ambientes laboratoriais, administrativos e assistenciais, bem como a execução de atividades de manutenção predial e de equipamentos de infraestrutura.

A Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC), em articulação com a gestão administrativa local da Fiocruz Rondônia, é responsável por prover soluções sustentáveis e eficientes de infraestrutura que garantam o adequado funcionamento das unidades. A ausência desses serviços comprometeria diretamente as atividades institucionais, trazendo riscos como: acúmulo de resíduos e sujidades em áreas críticas; deterioração de áreas verdes; paralisação de serviços de manutenção predial e corretiva; descumprimento de normas legais, ambientais e de segurança do trabalho, com impactos administrativos, sanitários e institucionais.

Destaca-se que o novo campus ampliará o potencial da instituição como polo de inovação científica e tecnológica na Amazônia Legal, reforçando seu protagonismo no enfrentamento de doenças tropicais negligenciadas e nas ações de vigilância e resposta a emergências sanitárias. A estrutura física adequada e moderna contribuirá diretamente para a formação de recursos humanos qualificados, para a produção de conhecimento científico de excelência e para o desenvolvimento de soluções em saúde que beneficiem a população da região Norte e do país como um todo. Por isso, é imprescindível assegurar condições adequadas para o pleno funcionamento das atividades institucionais, por meio da implantação de uma infraestrutura de suporte compatível com as exigências operacionais.

Por fim, cabe destacar, que a ausência desses serviços prejudicaria diretamente o funcionamento das atividades de pesquisa, ensino e saúde pública, conforme as demandas detalhadas anteriormente.

A necessidade da contratação foi formalmente registrada no Plano Anual de Contratações (PCA 2025) da Fiocruz, encontra respaldo no Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e no Plano de Logística Sustentável (PLS) da instituição, além de estar contemplada no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2024-2027).

A contratação observa o disposto no Decreto nº 11.890/2024, que disciplina a margem de preferência e a governança das contratações, e no Decreto nº 12.516/2025, que atualiza regras de planejamento com ênfase em sustentabilidade e racionalização de recursos.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Fiocruz Rondônia	Jansen Fernandes Medeiros

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A fim de dar uma visão inicial do objeto a ser contratado, elencam-se os principais requisitos da contratação, que poderão ser ajustados e amadurecidos pela Equipe de Planejamento da Contratação durante a elaboração do Termo de Referência, conforme o disposto no art. 18 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 que tratam do planejamento das contratações públicas.

### Requisitos mínimos da contratação

**Duração e continuidade:** O contrato deverá ter duração mínima de 12 (doze) meses, com caráter continuado, em consonância com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado o limite legal vigente, desde que mantida a vantajosidade.

**Prorrogação contratual:** A vigência poderá estender-se por mais de um exercício financeiro, nos termos do art. 107, §1º, da Lei nº 14.133/2021, assegurando a continuidade da prestação dos serviços essenciais.

**Continuidade dos serviços:** A solução adotada deve garantir a execução ininterrupta das atividades, de modo a não haver descontinuidade entre o término da vigência do contrato atual e a entrada em operação do novo contrato, em observância ao princípio da continuidade do serviço público (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

**Adequação às necessidades institucionais:** A empresa contratada deverá atender às especificidades da unidade contratante, contemplando as características descritas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme o art. 40, §2º, II, da Lei nº 14.133/2021.

**Abrangência das atividades:** A solução deve garantir condições plenas para execução das atividades nos dois endereços da Fiocruz Rondônia, sendo na **sede atual: Fiocruz Rondônia, Rua da Beira, 7671, Bairro Lagoa, Porto Velho / RO. CEP: 76812-245** ou no **novo campus: Fiocruz Rondônia, BR-364 – km 6,5 s/n – Porto Velho/RO. CEP: 78.914-751** e em todas as dependências da Fiocruz Rondônia, incluindo ambientes laboratoriais, administrativos e assistenciais.

**Escopo temporal:** A prestação dos serviços deve contemplar a execução diária das atividades, incluindo finais de semana e feriados, quando houver necessidade devidamente justificada, em observância ao princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

**Capacitação de pessoal:** A contratada deverá promover capacitações iniciais e periódicas para todos os empregados alocados, de acordo com a natureza das atividades desempenhadas. Os treinamentos deverão abranger, no mínimo: boas práticas operacionais, atendimento ao público, normas de biossegurança aplicáveis aos ambientes laboratoriais, primeiros socorros e procedimentos de segurança do trabalho, conforme as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

**Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental:** A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, consoante o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, aplicando práticas que visem à redução de impactos ambientais e ao uso racional de recursos.

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua dos serviços de:

- **Portaria** - controle de acesso físico de pessoas, objetos, bens e veículos, para auxiliar na prevenção de furtos, roubos ou danos ao patrimônio. Além disso, exerce funções básicas de orientações e registros e realiza atividades relacionadas à Portaria;
- **Recepção** - Atender com cordialidade e presteza o público interno e externo, prestando informações claras sobre eventos, setores, acessos e rotinas institucionais da Fiocruz Rondônia; Manter-se permanentemente no posto de serviço, não se ausentando sem prévia autorização da fiscalização ou do preposto da contratada; zelar pela apresentação pessoal, utilizando corretamente o uniforme padronizado, devidamente limpo, conservado e passado; apoiar o serviço de portaria em situações autorizadas pela fiscalização, sem prejuízo de suas funções principais; encaminhar visitantes e prestadores de serviço aos porteiros, assegurando a correta identificação e controle de acesso; manter postura profissional, atuando em conformidade com os protocolos definidos pela Administração.
- **Jardinagem e conservação de áreas verdes** - Executar atividades de monda, roçada, capina, aparo de grama, podas, corte de árvores, execução e replantio de jardins, irrigação, adubação, limpeza e conservação das áreas verdes, mantendo-as em condições adequadas de apresentação e uso institucional;
- **Limpeza e higienização de ambientes laboratoriais, administrativos e assistenciais** - Executar diariamente atividades de limpeza e conservação nas dependências internas e externas da Fiocruz Rondônia, incluindo utensílios, móveis e equipamentos, de modo a mantê-los em condições adequadas de uso; realizar serviços de copa; auxiliar na remoção de móveis e equipamentos quando solicitado; proceder à separação de materiais recicláveis, observando as exigências de biossegurança para resíduos especiais; reabastecer os banheiros com materiais de higiene; sugerir, por meio do preposto, a reposição de insumos de limpeza e conservação; e executar atividades de apoio operacional e correlatas, quando formalmente demandados pela fiscalização do contrato.
- **Manutenção predial** - executar serviços de manutenção preventiva e corretiva de rede elétrica, hidráulica, hidrossanitária, de pintura, carpintaria, marcenaria, serralheria, alvenaria e refrigeração; preparar infraestrutura para máquinas e equipamentos, quando necessário; realizar, de acordo com sua qualificação, atividades de manutenção predial, em geral, realizar reparos e cuidar da conservação e manutenção das dependências instituídas; realizar testes para identificar e localizar defeitos na



instalação e no funcionamento dos equipamentos; desmontar, montar e fazer os ajustes necessários em ferramentas de trabalho; comunicar ao seu superior hierárquico quaisquer fatos que possam interferir na boa execução dos seus serviços; zelar pela guarda do material de trabalho sob sua responsabilidade; executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo.

- **Eletrotécnica** - faz a manutenção eletroeletrônica de máquinas, equipamentos, placas, circuitos, comandos e instalações atendendo a uma programação conforme solicitação de serviço utilizando-se de material e aparelhos portáteis (chaves, alicates, instrumentos de medição ou equipamento de solda oxiacetilênica, ou elétrica); desmonta o equipamento, revisa ou repara o defeito, substitui peças, torna a montar e testa o serviço realizado, liberando sua utilização; Interpreta desenhos e esquemas eletrônicos para localização das falhas e orientações;
- **Bombeiro civil**, em conformidade com a Lei nº 11.901/2009 e normas técnicas aplicáveis em escalas 12 X 36, diurnas e noturnas.

Os serviços deverão ser prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, atendendo ao disposto no art. 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/2021 e garantindo condições adequadas de execução das atividades da Fiocruz Rondônia.

A execução dos serviços deverá observar parâmetros mínimos de desempenho, que serão detalhados no Termo de Referência e monitorados por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), nos termos do art. 67, §4º, da Lei nº 14.133/2021. Entre os indicadores, destacam-se:

- Tempo médio de resposta a chamados de manutenção corretiva;
- Percentual de áreas verdes mantidas em condições adequadas;
- Índice de conformidade da limpeza em ambientes críticos (laboratoriais e administrativos); e
- Cumprimento das rotinas de portaria, jardinagem, recepção, manutenção em geral e Bombeiro Civil conforme protocolos institucionais.

## 5. Levantamento de Mercado

Para subsidiar a estimativa de preços da Contratação de serviços contínuos de atividades gerais, contemplando as tarefas de portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Fiocruz Rondônia, foi utilizada a metodologia da estimativa de preços.

O orçamento estimado da Administração foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante aplicação da média sobre, no mínimo, três preços válidos. Para assegurar maior fidedignidade, procedeu-se ao saneamento da amostra, com a exclusão de valores inexequíveis e de valores manifestamente superiores à realidade de mercado, tecnicamente justificada.

As fontes utilizadas para a pesquisa foram as listadas abaixo, bem como a memória de cálculo, encontram-se devidamente juntadas ao processo administrativo. Nos termos do art. 18, VI, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa está acompanhada dos preços referenciais, memórias de cálculo e documentos de suporte, garantindo transparência, rastreabilidade e coerência com o ETP.

- Divulgação de processos licitatórios de outros órgãos públicos;
- Consulta ao portal <http://comprasnet.gov.br>;
- Consulta realizada diretamente com empresas prestadoras dos serviços do ramo;
- Consultas aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.
- Consultas aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares realizadas pela Administração Pública, cujas fontes consultadas incluem: Portal Comprasnet, Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e Portal da Transparência - Nota Fiscal Danfe.

Outrossim, a obtenção do preço estimado deu-se com base nas médias dos valores obtidos na pesquisa de preços, conforme se comprova no mapa comparativo de preços anexo aos autos.

Em razão da média representar um dado estatístico calculado de maneira específica e simples, que possui objetivo de definir um "meio termo" sobre um conjunto de dados numéricos.

Com relação à pesquisa de preços, foram considerados os registros, sendo observadas as especificações compatíveis com os itens do pedido, condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, formas de pagamento e garantias exigidas para a cotação.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução considerada mais adequada consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de apoio operacional, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, com quantitativo de postos dimensionado de acordo com as categoria e as necessidades da unidade.



Esse modelo assegura a continuidade dos serviços essenciais, facilita a gestão e fiscalização do contrato em um único instrumento e garante a pronta execução das atividades rotineiras, evitando descontinuidade entre a sede atual e o novo campus.

A remuneração será realizada mediante pagamento mensal, condicionado à aferição dos resultados pela Administração, com base em relatórios de fiscalização e no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

Para fins de planejamento, foram identificados indicadores preliminares que servirão de referência no Termo de Referência, tais como:

- Conformidade da limpeza em ambientes laboratoriais, Serviços de Portaria, Recepção, Jardinagem, Manutenções em Geral e Assistência a Prevenção e Combate a Incêndio, no âmbito administrativos e assistenciais;
- Tempo de resposta a chamados em geral e de manutenção corretiva;
- Disponibilidade efetiva dos postos de portaria, recepção, limpeza, jardinagem, manutenções em geral e Bombeiro Civil.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para que a solução seja posta em prática e executada com qualidade, eficiência e segurança, deve se dar pela quantidade de postos de trabalhos diurnos e noturnos com aplicação dos materiais e equipamentos detectados neste estudo, nos quantitativos abaixo elencados:

Item	Descrição de Profissionais	Atual Sede (Qt. Postos)	Novo Campus (Qt. Postos)	Qnt. Total de Postos	Qnt. Total de Profissionais
1	Aux. Serviços Gerais	4	4	-	8
	Jardineiro	1	2	-	3
	Porteiro	1	1	-	2
	Recepcionista	0	1	-	1
	Téc. em Eletrotécnica	1	0	-	1
	Artífice	2	2	-	4
	Bombeiro Civil (diurno)	0	1	1	2
	Bombeiro Civil (noturno)	0	1	1	2

O dimensionamento dos quantitativos levou em conta as características físicas e funcionais da Fiocruz Rondônia. Para os serviços de limpeza, foram adotados parâmetros de higienização compatíveis com a área construída da sede e do novo campus. Quanto à portaria e recepção, considerou-se a necessidade de garantir o controle de acessos em todos os pontos de entrada da instituição. No caso da brigada de incêndio, observou-se o disposto na Lei nº 11.901/2009 e nas normas de segurança contra incêndio do Estado de Rondônia, que exigem a presença de bombeiros civis em edificações de grande circulação de pessoas e de risco laboratorial.

Esse incremento de postos de trabalho se justifica pela expansão da infraestrutura física, pelo aumento do fluxo de usuários e pela maior complexidade operacional do novo campus, em especial nas áreas de recepção e de segurança contra incêndios.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.794.553,93

Após análise técnica e de mercado, verificou-se que o preço médio estimado da Administração para a nova contratação é de **R\$ 2.794.553,93 (dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos)**. Destaca-se que o atual contrato de prestação de serviços contínuos de atividades gerais, firmado por meio do Contrato nº 39/2023-COGIC e posteriormente aditado pelo 3º Termo Aditivo (id 5126448), possui valor global de **R\$ 1.835.641,84 (um milhão, oitocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos)**.

O aumento do valor justifica-se pelas seguintes razões:

1. **Acréscimo no dimensionamento da mão de obra** – o novo contrato contempla dois novos Auxiliares de Serviços Gerais, um novo Porteiro, um novo Artífice, bem como a inclusão de postos inéditos, sendo um Recepcionista e quatro Bombeiros Civis (dois em regime diurno e dois em regime noturno). Esse redimensionamento atende às demandas atuais da Fiocruz Rondônia, refletindo a necessidade de reforço operacional para a adequada execução das atividades.

2. **Inclusão de provisão para materiais não listados** – com vistas a assegurar a adequada execução contratual, estabelece-se que o percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor total global dos serviços contratados será destinado à cobertura de insumos não listados na planilha de custos e formação de preços, mas que se revelem necessários durante a execução do objeto. A utilização desse percentual ficará condicionada a:

- registro formal pela fiscalização contratual da necessidade de utilização do insumo extra;
- comprovação da aquisição e uso pela contratada, mediante apresentação de notas fiscais e relatórios circunstanciados.

Os parâmetros para estimativa para **Custos Indiretos** e **Lucro** Preços foram baseados no recomendado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, como boas práticas de preenchimento da planilha de custos e formação de preços, quais sejam, os percentuais de **lucro de 5% e custo indireto de 10%**.

A empresa elaborará a proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato. O percentual do ISS na alíquota correspondente ao local da prestação dos serviços, conforme destacado na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços.

Para efeito de estimativa de preços da Administração foram consideradas as **alíquotas máximas do Lucro Real** de: PIS 1,65%; COFINS 7,60%; ISS 5,00%.

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as metodologias de pesquisa abaixo descritas:

Preço baseado no estabelecido no Termo Aditivo da Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 – CCT do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA PÚBLICA E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO ESTADO DE RONDÔNIA, das categorias profissionais, sob registro CNPJ nº 63.762.496/0001-50 nº RO 000003/2023, com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos no CCT, conforme abaixo descrito:

Categoria Profissional	Piso Salarial da Categoria	Auxílio-Refeição /Alimentação	Auxílio Transporte - Custo Unitário	Seguro de Vida
Aux. de Serviços Gerais	R\$ 2.134,92	R\$ 626,94	R\$ 3,00	R\$ 13,00
Jardineiro	R\$ 2.404,15	R\$ 626,94	R\$ 3,00	R\$ 13,00
Artífice	R\$ 3.506,63	R\$ 626,94	R\$ 3,00	R\$ 13,00
Porteiro	R\$ 2.256,22	R\$ 626,94	R\$ 3,00	R\$ 13,00
Recepcionista	R\$ 2.492,52	R\$ 626,94	R\$ 3,00	R\$ 13,00
Técnico de Eletrotécnica	R\$ 4.576,14	R\$ 626,94	R\$ 3,00	R\$ 13,00

Ressalta-se que foram realizadas pesquisas em busca da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) específica para a categoria de Bombeiro Civil na região de Rondônia, não se tendo êxito, razão pela qual foi adotado o piso salarial definido por instrumento normativo próprio da classe determinado pela FEDERACAO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHO TEMPORARIO E TERCEIRIZADO - FENASERHTT, CNPJ n. 07.179.649/0001-60 .

Ademais, a Administração não recebeu propostas comerciais durante a fase de pesquisa de mercado, o que reforçou a necessidade de utilizar parâmetros externos para a composição do valor estimado.

Diante desse cenário, a Administração adotou como referência a Convenção Coletiva da FEDERACAO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHO TEMPORARIO E TERCEIRIZADO - FENASERHTT, CNPJ n. 07.179.649/0001-60, aplicável à categoria de Bombeiro Civil em Rondônia, a qual foi utilizada como parâmetro para o preenchimento da planilha de custos e formação de preços. Essa medida visa assegurar maior fidedignidade aos valores estimados, alinhando-os a práticas já consolidadas em mercado regional, diante da ausência de instrumentos normativos e referências local.

Com base na utilização da CCT supracitada como parâmetro, foi estabelecido os valores referências compatível com a realidade de contratação, assegurando equilíbrio econômico-financeiro, conformidade com os princípios da economicidade e observância da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021).

Custos baseado na CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SRT00551/2025 DATA DE REGISTRO NO MTE: 31/12/2025 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR074740/2025 NÚMERO DO PROCESSO: 10264.211210/2025-41 DATA DO PROTOCOLO: 16/12/2025 - FEDERACAO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHO TEMPORARIO E TERCEIRIZADO - FENASERHTT, CNPJ n. 07.179.649/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VANDER MORALES; que conforme dispõe a CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA, a presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria

(s) TRABALHADORES BOMBEIROS CIVIS, com abrangência territorial em AC, AL, AP, CE, GO, MA, MS, MT, PE, PI, RN, **RO**, RR, RS e TO. com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos na CCT, conforme abaixo descrito:

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Piso Salarial da Categoria</b>	<b>Auxílio-alimentação</b>	<b>Cesta Básica</b>	<b>Seguro de Vida</b>	<b>Assistência Odontológica</b>	<b>Auxílio Transporte - Custo Unitário</b>
Bombeiro Civil (diurno)	R\$ 2.262,50	R\$ 366,72	192,73	13,00	18,26	R\$ 3,00
Bombeiro Civil (noturno)	R\$ 2.262,50	R\$ 366,72	192,73	13,00	18,26	R\$ 3,00

**Observação 1:** Para efeito de isonomia das propostas, foram estimados os percentuais máximos de 40% para insalubridade, visando à sustentabilidade jurídico-financeira do contrato. Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus grau de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) grau(s) de risco apontado(s) em **Laudo Pericial**, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE **a ser emitidos pela Contratante num prazo de até 60 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual**. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres na totalidade dos postos ou se a insalubridade for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos por Apostilamento.

**Observação 2:** Para efeito de isonomia das propostas, foi considerado o percentual de 30% (trinta por cento) a título de adicional de Periculosidade para as categorias de: Bombeiro Civil, Artífice e Técnico de Eletrotécnica, calculado sobre o salário mensal do posto, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa (art. 6º, III). O pagamento efetivo desse adicional estará condicionado à comprovação em **Laudo Pericial**, pela Contratante, da correta aplicação da legislação trabalhista e deverá constar na folha de pagamento dos empregados designados para a execução dos serviços, cabendo à Fiscalização do Contrato verificar mensalmente a conformidade das planilhas de custos e encargos sociais. Em caso de alteração superveniente da base normativa aplicável ou entendimento administrativo/judicial que modifique os critérios de cálculo, a planilha de custos deverá ser ajustada por meio de apostilamento, assegurando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Os parâmetros para estimativa dos preços referenciais de **uniformes, materiais e equipamentos** foram baseados na estimativa de preços, como em pesquisa de mídia especializada e pregões eletrônicos do ramo da prestação de serviços. Seguem abaixo as estimativas mensais por categoriais profissionais:

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Uniforme e EPI (valor mensal)</b>	<b>Materiais (valor mensal)</b>	<b>Equipamentos e Ferramentas (valor mensal)</b>
Aux. de Serviços Gerais	R\$ 44,89	R\$ 713,43	R\$ 33,39
Jardineiro	R\$ 116,97	R\$ 95,85	R\$ 79,98
Artífice	R\$ 115,30	R\$ 387,80	R\$ 22,92
Porteiro	R\$ 64,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recepcionista	R\$ 72,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Técnico de Eletrotécnica	R\$ 120,80	R\$ 39,09	R\$ 73,84
Bombeiro Cível (Diurno)	R\$ 274,28	R\$ 0,00	R\$ 38,40
Bombeiro Cível (Noturno)	R\$ 274,28	R\$ 0,00	R\$ 38,40

**Observação 01:** O valor total mensal dos materiais e equipamentos é dividido pela quantidade total de postos do contrato.

**Observação 02:** Os custos unitários de Uniformes e EPIS; equipamentos e ferramentas, conforme disposto neste estudo, estão previstos na planilha de custos e formação de preços.

**Observação 03:** Para estimar os preços referenciais de uniformes, materiais e equipamentos do posto de Técnico em Eletrotécnica, foi tomado por base insumos das medições do atual serviço prestado na Fiocruz Rondônia.

Preço baseado no estabelecido em **Legislação trabalhista e Previdenciária** e aqueles previstos na **Legislação Própria**, conforme abaixo descrito:

<b>MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>		<b>Memória de Cálculo</b>	<b>Fundamento</b>
<b>Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>%</b>		

A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	$[(1/12) \times 100]$	Art.7º, VIII, CF /88. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	$\{[(1+1/3)/12] \times 100\}$	Art.7º, VIII, CF /88. % Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	7,16%	Incidência da alíquota total do submódulo 2.2 x (custo de décimo terceiro + custo de férias e adicional de férias)	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,60%		
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%		
A	INSS	20,00%	20%	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91
B	Salário Educação	2,50%	2,50%	Art.3º, Inciso I, Decreto 87.043/82
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP: 0,5 a 2%	RATxFAT – Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas 'b' e 'c', da Lei nº 8.212/91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta – Para estimativa, considerado o maior valor possível.

D	SESC ou SESI	1,50%	1,50%	Art.3º, da lei 8036/90
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00%	Decreto 2.318/86
F	SEBRAE	0,60%	0,60%	Art.8º, Lei 8029/90 e Lei 8154/90
G	INCRA	0,20%	0,20%	Lei 7787/89 e DL 1146/70
H	FGTS	8,00%	8,00%	Art.15, da Lei 8036/90 e Art.7º III, CF
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%		

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			Memória de Cálculo	Fundamento
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%		
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss CLT Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do termino do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2009 do TCU
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	% Aviso Prévio Indenizado x % FGTS = 0,03%	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.
			= 0,8*0,4*0,9*(1+(1	

C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	$\frac{1}{12} + \frac{1}{12} + \frac{1}{3} \times \frac{1}{12}$ )	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$\frac{(7/30)}{12} \times 100 = 1,94\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss da CLT. Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	% Aviso Prévio trabalhado x % total submodulo 2.2	Súmula nº 305/TST
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	$= 0,8 \times 0,4 \times 0,1 \times \left( \frac{1}{12} + \frac{1}{12} + \frac{1}{3} \times \frac{1}{12} \right)$	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001 - Art. 1º, caput, e parágrafo único da Lei nº 12.506/2011
TOTAL DO MÓDULO 3		7,10%		

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			Memória de Cálculo	Fundamento
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%		
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	% submódulo 2.2 alínea b - férias e adicional 11,11 + % submódulo 2.1 alínea a - 13 salário 8,33% / 12 meses = 1,62%	Previsão de pagamento mensal proporcional a cobertura de férias, para um período de 30 dias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF. Deverá ser levado em consideração 1/12 avos das férias do profissional que está cobrindo este período. O provisionamento do profissional efetivo do posto de trabalho já possui sua retenção no Submódulo 2.1 Alínea B.
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	$((1 / 30) / 12) \times 100 = 0,28\%$	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse título.
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	$((5 / 30) / 12) \times$	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado como art. 10, §1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT - , concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no

			$0,015 \times 100 = 0,02\%$	período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	$((15 / 30) / 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	$0,0144 \times 0,1 \times 0,4509 \times 6 / 12 = 0,03\%$	De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 45,09% da remuneração (CPP 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença-maternidade dure 6 meses, a provisão para este item corresponde ao cálculo:
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	5,96/30/12	Art. 476 da CLT; art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei 605/49 c /c art. 12, alínea "f", do Decreto 27.048/49 e Acórdão TCU nº 1.753/2008 Plenário. Dados estatísticos: 5,96 dias/ano IBGE. $(5,96 \text{ dias} / 30 \text{ dias}) \times (1 / 12 \text{ meses}) = 0,0166 = 1,66\%$ . Custo dos dias em que o empregado fica
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%		
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>		<b>3,64%</b>		
<b>Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada</b>		<b>%</b>		
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%		Não há previsão de forma ininterrupta de execução, portanto, este custo ficará zerado

**Observação:** Para o percentual referente ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho), a licitante deverá preencher o FAP ajustado da empresa, devendo comprovar através de apresentação da GFIP para a comissão de licitação. Caso a empresa apresente alíquotas

diferenciadas das expostas pela Administração, deverá apresentar justificativa, memorial de cálculo e devida fundamentação legal para que a comissão de licitação possa apurar a legalidade, razoabilidade dos fatores apresentados.

Diante do exposto, conclui-se que o aumento do valor do novo contrato decorre de fatores técnicos, quantitativos e legais, não configurando mero reajuste, mas sim redimensionamento da força de trabalho contratada, atualização de valores de mercado e inclusão de provisão para materiais necessários à execução contratual.

Assim, a nova contratação mostra-se viável, regular e vantajosa, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Nos termos do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve promover, sempre que possível, o parcelamento do objeto licitado, como forma de ampliar a competitividade. Todavia, o §2º do mesmo dispositivo autoriza a adoção de solução unificada quando demonstrada a inviabilidade ou a ausência de ganhos de escala.

No caso em análise, trata-se de serviços contínuos de atividades gerais, contemplando as tarefas de portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil, executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Esses serviços são intrinsecamente correlacionados, compondo um conjunto único de apoio às atividades institucionais.

A fragmentação do objeto, além de não gerar vantagem econômica, aumentaria os custos de fiscalização, criaria riscos de descontinuidade e comprometeria a padronização das rotinas. Em contrapartida, a contratação em modelo unificado permite diluição de custos indiretos, racionaliza o uso de insumos e possibilita gestão integrada da mão de obra, com ganhos de escala e maior eficiência.

Cabe registrar que a equipe de planejamento analisou a alternativa do parcelamento e concluiu que não haveria redução significativa de preços em cenários simulados, ao passo que os riscos de falhas de gestão e de sobreposição de responsabilidades seriam ampliados. Assim, a opção pela contratação unificada mostra-se mais vantajosa, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se verificam contratações correlatas e/ou interdependentes que inviabilizasse a contratação desta demanda.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A previsão para a contratação de empresa especializada, conforme descrição da necessidade, está alinhada aos planos instituídos pela Fiocruz e consta no Planejamento e Gerenciamento de Contratações Anual da Fiocruz Rondônia, associado ao da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), além de constar no Planejamento Orçamentário Anual da Fiocruz Rondônia:

Subunidade: ESCRITORIO TECNICO DE RONDONIA

Projeto: 0032.2000.565 .00007 - Proc: 6199/25-40 - Serviço Contínuo destinados ao Apoio Operacional nas áreas de Portaria, Jardinagem, Limpeza e Manutenção Predial, Suporte Técnico em Eletrotécnica e atividades de Artífice e Brigada de Incêndio (bombeiro civil).

Iniciativa/Programa Temático: 0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

Ação Orçamentária: 2000 Administração da Unidade de Custeio

Finalidade: 565 Gestão Administrativa

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1002000000 - LOA Corrente

Natureza da Despesa: 339037 - Locação de Mão-de-Obra

Elemento de Despesa: 339037 - 01

Grupo: 851

Serviço: 24325

DFD: 3/2026

Contratação: 512/2026



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Oferecer condições adequadas de controle de acesso, manutenção e conservação predial das instalações e equipamentos, para salvaguarda do patrimônio público federal e das pessoas.
2. Produzir condições necessárias ao atendimento dos objetivos da missão e da política da Instituição.
3. Estar alinhado às práticas ambientais sustentáveis visando à otimização de recursos, redução de desperdício e redução dos índices de poluição.
4. Manter em pleno funcionamento os Serviços Gerais, Jardinagem, Portaria, Eletrotécnica, Artífice e Bombeiro Civil, tendo em vista que a Fiocruz não dispõe de recursos humanos para o atendimento desses serviços em seu quadro de pessoal, especificamente para a finalidade pretendida.
5. Em relação à eficácia, dar atendimento a todas as demandas com suporte à atividade, meio e fim da Fiocruz Rondônia inerentes aos serviços de limpeza, portaria, recepção, conservação, manutenção e bombeiro civil.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando que impactos ambientais correspondem às alterações no meio ambiente decorrentes da ação humana — podendo ser positivos ou negativos — e que os impactos negativos ocorrem quando tais alterações representam risco ao ser humano ou aos recursos naturais, impõe-se à Contratada a adoção de medidas que promovam a minimização dos impactos ambientais durante a execução dos serviços nas dependências da Fiocruz Rondônia.

Nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que determina a observância de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, bem como em consonância com o Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecida pela Lei nº 12.305/2010 e demais normas pertinentes, a Contratada deverá:

1. Adotar práticas de consumo consciente de água e energia elétrica durante a execução dos serviços, promovendo sua racionalização e uso eficiente.
2. Observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental, com especial atenção à:
  - Racionalização e economia no consumo de energia elétrica e água;
  - Realização da separação dos resíduos recicláveis, em parceria com a Contratante, de acordo com o Decreto nº 10.936 /2022 e IN nº 16, de 2020;
  - Utilização de materiais biodegradáveis e de baixo impacto ambiental, sempre que possível;
  - Capacitação e treinamento periódicos dos empregados sobre boas práticas ambientais, redução de desperdício e prevenção da poluição.
3. Garantir condições adequadas de segurança e saúde no trabalho, fornecendo todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à execução das atividades, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) editadas pela Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia.
4. Cumprir as normas técnicas de higiene, saúde e segurança ocupacional, assegurando um ambiente de trabalho seguro e em conformidade com a legislação vigente.

Além disso, as medidas de sustentabilidade adotadas deverão estar alinhadas ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz e serão objeto de monitoramento periódico pela fiscalização contratual, por meio de relatórios e registros que assegurem a rastreabilidade e a efetividade das ações implementadas.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se viável e necessária para garantir a continuidade dos serviços essenciais de apoio administrativo e operacional nas dependências da Fiocruz Rondônia, abrangendo as atividades de limpeza, conservação de áreas verdes, portaria, recepção, manutenção predial e segurança contra incêndios.

O dimensionamento do quantitativo de postos — 6 Auxiliares de Serviços Gerais, 3 Jardineiros, 1 Porteiro, 1 Recepcionista, 1 Técnico em Eletrotécnica, 4 Artífices e 4 Bombeiros Civis — foi realizado com base nas demandas efetivas da unidade, em conformidade com a IN SEGES/ME nº 5/2017 (planejamento das contratações) e com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige a adequada identificação da necessidade da contratação.

Ademais, a contratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), sendo imprescindível para assegurar a plena execução das atividades finalísticas da Fiocruz Rondônia.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### JANSEN FERNANDES DE MEDEIROS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 09:31:35.

### JEAN CARLOS FEITOZA EVANGELISTA

Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente



JEAN CARLOS FEITOZA EVANGELISTA

Data: 30/01/2026 09:39:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

### FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 09:24:25.

### GILDAZIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 09:32:37.

**MAIRLAM DE SOUZA MELO**

Equipe de apoio



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Diretoria de Administração do Campus

**Proposta Pró-Forma**

Emitida em: 02/02/2026

Documento: **PR00017/2025-COGIC** Processo: **25380.006199/25-40**  
Data da Licitação: // Hora da Licitação: :  
Proponente: Telefone:  
Endereço: Fax:  
Bairro: Cidade:  
UF: CEP:  
CNPJ/MF Insc. Estadual:  
Banco: Agência: Conta Bancária:  
Inscrição no SIMPLES: ☐ SIM ☐ NÃO  
Validade da Proposta:  
Prazo de Entrega:

---

**ITENS****Item 1**

Contratação de Serviços contínuos destinados ao apoio operacional nas áreas de portaria, jardinagem, limpeza, manutenção predial, suporte técnico em eletrotécnica, atividades de artefice e brigada de incêndio (bombeiro civil). - **Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ \_\_\_\_\_ Marca/Procedência: \_\_\_\_\_

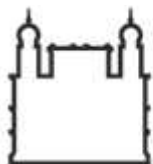
Valor Total: R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

---

---

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

**COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

**RESOLVE:****1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

## 2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

**Flávia Silva**  
**Coordenadora Geral de Administração**  
**FIOCRUZ**



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/09/2025 | Edição: 173 | Seção: 1 | Página: 118  
Órgão: Controladoria-Geral da União/Gabinete do Ministro

## PORTARIA NORMATIVA SE/CGU Nº 226, DE 9 DE SETEMBRO DE 2025

Estabelece os procedimentos e a metodologia de avaliação de programas de integridade de que trata o Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023, tendo em vista o art. 25, § 4º, o art. 60, caput, inciso IV, e o art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o art. 3º, § 2º, o art. 6º, § 1º, o art. 8º, § 2º, o art. 12, parágrafo único, e o art. 23, inciso II, do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e o que consta do Processo Administrativo nº 00190.108110/2025-95, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece o procedimento e a metodologia de avaliação de programas de integridade de que trata do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, nas seguintes hipóteses:

- I - contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto;
- II - desempate entre duas ou mais propostas; e
- III - reabilitação de licitante ou contratado.

Parágrafo único. No âmbito da Controladoria-Geral da União, o procedimento de avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas previsto nesta Portaria Normativa será Secretaria de Integridade Privada, por meio da Diretoria de Promoção e Avaliação de Integridade Privada.



### CAPÍTULO I DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 2º O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua implantação, ao seu desenvolvimento ou ao seu aperfeiçoamento, de acordo com os seguintes parâmetros:

- I - comprometimento da alta direção e instâncias de governança da pessoa jurídica, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa e pela destinação de recursos adequados;
- II - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados, conselheiros, controladores e administradores, independentemente do cargo ou da função exercida;
- III - padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- IV - treinamentos e ações de comunicação periódicos sobre o programa de integridade;
- V - gestão de riscos de integridade, incluindo a reavaliação periódica dos principais riscos, com vistas à melhoria contínua do programa de integridade e à alocação eficiente de recursos;
- VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
- VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e a confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da pessoa jurídica;
- VIII - procedimentos específicos para prevenir, detectar e remediar fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

IX - mecanismos específicos para assegurar o respeito aos direitos humanos e trabalhistas e a preservação do meio ambiente;

X - independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e pela fiscalização de seu cumprimento;

XI - canais de denúncia, abertos e amplamente divulgados a empregados e terceiros, e mecanismos destinados ao tratamento de denúncias e à proteção de denunciantes de boa-fé;

XII - medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

XIII - procedimentos que assegurem a pronta apuração e interrupção de irregularidades ou de infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XIV - diligências apropriadas, baseadas em risco, para:

a) contratação e, conforme o caso, supervisão de terceiros, como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários, despachantes, consultores, representantes comerciais e associados;

b) contratação e, conforme o caso, supervisão de pessoas expostas politicamente e de seus familiares, colaboradores e pessoas jurídicas de que participem; e

c) realização e supervisão de patrocínios e doações.

XV - verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de riscos para a integridade;

XVI - transparência e responsabilidade socioambiental da pessoa jurídica; e

XVII - monitoramento contínuo do programa de integridade com vistas ao seu aperfeiçoamento na prevenção, na detecção e no combate à ocorrência de fraudes, de irregularidades, de atos lesivos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e de condutas que atentem contra os direitos humanos e trabalhistas e o meio ambiente.

§ 1º Na avaliação do programa de integridade, serão considerados o porte e as especificidades da pessoa jurídica, por meio de aspectos como:



I - a quantidade de empregados e colaboradores;

II - o faturamento;

III - a estrutura de governança corporativa e a complexidade de unidades internas, como departamentos, diretorias ou setores, considerada eventual estruturação de grupo econômico;

IV - a utilização de agentes intermediários, como consultores ou representantes comerciais;

V - o setor do mercado em que atua;

VI - os países em que atua, direta ou indiretamente;

VII - o grau de interação com o setor público e a importância de contratações, investimentos e subsídios públicos, autorizações, licenças e permissões governamentais em suas operações; e

VIII - a quantidade e a localização das pessoas jurídicas que integram o grupo econômico.

§ 2º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, podem ser consideradas na verificação dos parâmetros de que trata o caput as características do contrato administrativo que possam impactar nos riscos para a integridade, tais como objeto, possibilidade de subcontratação e prazo de vigência.

§ 3º Nos processos de reabilitação, serão consideradas na verificação dos parâmetros de que trata o caput as medidas de remediação adotadas pela pessoa jurídica em resposta aos fatos que ensejaram a aplicação da sanção.

## CAPÍTULO II

### DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS, SERVIÇOS E FORNECIMENTOS DE GRANDE VULTO

#### Seção I

##### Da metodologia de avaliação

Art. 3º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, a avaliação tem por objetivo verificar se a pessoa jurídica contratada possui um Programa de Integridade implantado, com base nos parâmetros estabelecidos no art. 2º desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Para que seja considerado implantado, o Programa de Integridade deve estar estruturado, atualizado e sendo aplicado de acordo com as características e os riscos relevantes das atividades da pessoa jurídica, incluindo os riscos decorrentes da contratação de grande vulto.

Art. 4º O Programa de Integridade será avaliado a partir da análise de um conjunto de questões, agrupadas em onze áreas de avaliação, formuladas conforme os parâmetros estabelecidos no art. 2º desta Portaria Normativa.

§ 1º O detalhamento da metodologia de avaliação, incluindo informações relativas às áreas, dos elementos mínimos e fundamentais de cumprimento obrigatório e da tipologia das questões de avaliação está especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

§ 2º O detalhamento das questões de avaliação e sua respectiva pontuação está especificado no Anexo II - Requisitos de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

Art. 5º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, para que o Programa de Integridade seja considerado implantado, o resultado da avaliação deve indicar a existência dos elementos mínimos e fundamentais e alcançar as notas mínimas exigidas por área e total, conforme especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

## Seção II

### Da comprovação da implantação do Programa de Integridade

Art. 6º A pessoa jurídica contratada deverá submeter para avaliação as informações e os documentos que comprovem a implantação do Programa de Integridade no prazo de até trinta dias, contado do término do prazo de seis meses da assinatura do contrato ou do termo aditivo, com o valor previsto no art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto.

§ 1º As informações e documentos deverão ser submetidos por meio do Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas de Integridade - SAMPI, com o preenchimento dos formulários de perfil e de conformidade, assim considerados:

I - o formulário de perfil consiste em um conjunto de questões relacionadas ao contexto e às especificidades da pessoa jurídica contratada que podem influenciar a avaliação de seu Programa de Integridade, tais como áreas de atuação, porte, estrutura organizacional e grau de interação com a administração pública; e

II - o formulário de conformidade é o documento pelo qual a pessoa jurídica apresenta a estrutura do seu Programa de Integridade e sua implantação, de acordo com o art. 2º, caput, incisos I a XVII, desta Portaria Normativa.

§ 2º A forma e os requisitos de acesso ao SAMPI serão publicados em manual específico do sistema.

§ 3º O responsável pelo preenchimento dos formulários deverá ter poderes de representação da pessoa jurídica e zelar pela completude, clareza e organização das informações e dos documentos inseridos no sistema, atestando sua veracidade.

§ 4º A Controladoria-Geral da União poderá rejeitar a submissão de Programa de Integridade que não demonstre atendimento aos elementos mínimos e fundamentais de cumprimento obrigatório, nos termos previstos nesta Portaria Normativa.

Art. 7º Não será exigida a submissão do Programa de Integridade pela pessoa jurídica nas seguintes hipóteses:

I - a pessoa jurídica contratada constar na lista de empresas reconhecidas na edição vigente do Programa Empresa Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União;



II - existência de uma avaliação em curso pela Controladoria-Geral da União para a mesma pessoa jurídica no contexto de outro contrato; e

III - caso o Programa de Integridade da pessoa jurídica tenha sido avaliado e considerado implantado pela Controladoria-Geral da União ou por outro órgão ou entidade pública federal, estadual ou municipal nos últimos vinte e quatro meses, contados da data de assinatura do contrato, desde que tenha sido observada metodologia de avaliação compatível com a estabelecida nesta Portaria Normativa.

Parágrafo único. A Controladoria-Geral da União divulgará, em seu sítio eletrônico, a relação de órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais cujas metodologias de avaliação são consideradas compatíveis com a estabelecida nesta Portaria Normativa, bem como as formas e os requisitos para comprovação da situação prevista no inciso III do caput.

Art. 8º A submissão do Plano de Integridade pela pessoa jurídica contratada, nos termos do art. 6º desta Portaria Normativa, atenderá à obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo cumprimento estará condicionado à conclusão do processo de avaliação pela Controladoria-Geral da União.

### Seção III

#### Do processo de avaliação

Art. 9º Compete à Controladoria-Geral da União recepcionar e avaliar o Programa de Integridade da pessoa jurídica contratada nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto realizadas por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º Os procedimentos de avaliação poderão incluir análises automatizadas e avaliações técnicas por auditores sobre a conformidade e a completude das informações apresentadas pela pessoa jurídica contratada, a critério da Controladoria-Geral da União, considerados, entre outros, os seguintes fatores de priorização:

I - valor e prazo de vigência do contrato;

II - relação do objeto do contrato com a manutenção de serviços públicos essenciais



III - existência de denúncias, informações ou notícias desabonadoras relacionadas à prática de irregularidades pela pessoa jurídica contratada ou por seus sócios e dirigentes, que possam configurar atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, aos direitos humanos e trabalhistas e à preservação do meio ambiente;

IV - histórico de sanções de impedimento e de inidoneidade para licitar ou contratar aplicadas à pessoa jurídica contratada;

V - histórico da pessoa jurídica e de seu grupo econômico, relacionado à prática de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, bem como desrespeito aos direitos humanos, trabalhistas e à preservação do meio ambiente;

VI - histórico dos sócios e membros da alta direção da pessoa jurídica, relacionados à prática de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas e à preservação do meio ambiente; e

VII - envolvimento da pessoa jurídica em situações de grande repercussão pública ou que envolvam relevante interesse nacional, especialmente aquelas relacionadas a possíveis impactos na execução de serviços essenciais ou que possam provocar dúvidas ou questionamentos sobre o comprometimento da pessoa jurídica contratada com a ética, a integridade, a prevenção e o combate a atos de fraude e corrupção, bem como com a transparência e a responsabilidade na proteção dos direitos humanos, trabalhistas e na preservação do meio ambiente.

§ 2º As avaliações dos Programas de Integridade poderão ainda ocorrer de ofício, em decorrência de ações periódicas ou de forma coordenada com órgãos e entidades públicas, por seleção baseada em critérios de conveniência e oportunidade, nos termos do art. 13 do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

Art. 10. A Controladoria-Geral da União poderá adotar todas as medidas necessárias para a avaliação da implantação do Programa de Integridade, tais como:



I - promover diligências relacionadas à pessoa jurídica contratada e aos seus sócios e dirigentes, por meio de pesquisas e consultas a sistemas governamentais e páginas eletrônicas disponíveis na internet;

II - emitir solicitação de informações ou de regularização para a pessoa jurídica contratada, nas situações que demandem encaminhamento, complemento ou atualização de informações necessárias para a avaliação do Programa de Integridade; e

III - realizar visitas técnicas e entrevistas com dirigentes e empregados da pessoa jurídica contratada.

§ 1º A pessoa jurídica contratada terá o prazo de dez dias corridos para atender à solicitação de informe ou regularização prevista no inciso I, do caput, admitida a prorrogação, mediante solicitação formal e justificada da contratada.

§ 2º As visitas técnicas e entrevistas, quando necessárias, serão previamente agendadas com a pessoa jurídica contratada.

#### Seção IV

##### Do resultado da avaliação

Art. 11. O resultado da avaliação será comunicado à pessoa jurídica contratada e à unidade de gestão de contratos ou área equivalente do órgão ou entidade contratante, por meio do relatório de avaliação do Programa de Integridade disponibilizado no SAMPI.

Parágrafo único. O relatório de avaliação indicará um dos seguintes resultados:

I - Programa de Integridade implantado: quando a avaliação indicar a existência dos elementos mínimos e fundamentais e alcançar as notas mínimas exigidas por área e total, conforme especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa; ou

II - Programa de Integridade não implantado:

a) por insuficiência de pontuação, quando da inexistência dos elementos mínimos e fundamentais ou a avaliação não indicar o alcance das notas mínimas exigidas por área e total, conforme especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa; ou

b) por impossibilidade de avaliação, quando não for possível realizar a avaliação em razão da não apresentação ou da apresentação precária de informações e documentos relativos aos elementos mínimos e fundamentais para a adoção de um programa de integridade pela pessoa jurídica contratada.

Art. 12. A avaliação cujo resultado indicar Programa de Integridade implantado, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso I, desta Portaria Normativa, atestará o cumprimento da obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela pessoa jurídica contratada.

Art. 13. Na hipótese em que o resultado da avaliação indicar Programa de Integridade não implantado por insuficiência de pontuação, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso II, alínea "a", desta Portaria Normativa, poderá ser proposto um plano de conformidade a partir do qual a pessoa jurídica contratada se compromete a adotar medidas para o aperfeiçoamento do Programa de Integridade com base na avaliação realizada pela Controladoria-Geral da União.

§ 1º No plano de conformidade, a pessoa jurídica deverá indicar as medidas que serão adotadas para aprimorar o Programa de Integridade, assim como o prazo previsto, os responsáveis e o orçamento destinado para sua implementação.

§ 2º O plano de conformidade proposto pela pessoa jurídica deverá ser submetido à aprovação da Controladoria-Geral da União, que poderá estabelecer em contrapartida o objeto, os prazos e as medidas a serem adotadas pela proponente.

§ 3º O período para execução do plano de conformidade não poderá ser superior a seis meses, contados da data de sua aprovação.

§ 4º A pessoa jurídica deverá submeter para reavaliação as informações e os documentos que comprovem a implantação das medidas pactuadas no plano de conformidade em até trinta dias após decorrido o prazo previsto no § 3º.



Art. 14. Após o recebimento das informações e documentos referidos no art. 13, § 4º, desta Portaria Normativa, a Controladoria-Geral da União procederá à reavaliação do Programa de Integridade.

§ 1º A reavaliação cujo resultado indicar Programa de Integridade implantado, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso I, desta Portaria Normativa, atestará o cumprimento da obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela pessoa jurídica contratada.

§ 2º A reavaliação cujo resultado indicar Programa de Integridade não implantado por insuficiência de pontuação, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso II, alínea "a", implicará o descumprimento da obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 15. Na hipótese de reavaliação do Programa de Integridade como não implantado, nos termos do § 2º do art. 14 desta Portaria Normativa, a pessoa jurídica contratada terá o prazo de até trinta dias para submeter novo plano de conformidade, indicando as medidas para aprimorar o Programa de Integridade, os responsáveis, o orçamento destinado para sua implementação, assim como o prazo para o seu cumprimento, que não poderá ser superior a noventa dias da data de aprovação do novo plano.

Parágrafo único. Os procedimentos de aprovação do novo plano de conformidade e de reavaliação do Programa de Integridade serão realizados nos termos previstos nos art. 13 e no art. 14 desta Portaria Normativa.

Art. 16. Na hipótese em que o Programa de Integridade for considerado não implantado por impossibilidade de avaliação, nos termos do art. 11, parágrafo único, inciso II, alínea "b", considera-se descumprida a obrigação prevista no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela pessoa jurídica contratada.

Art. 17. A Controladoria-Geral da União poderá requerer a reavaliação do Programa de Integridade considerado implantado na hipótese de ser identificada, a qualquer tempo, situação ou informação que possa suscitar dúvida ou questionamento sobre o comprometimento da pessoa jurídica contratada com a ética, a integridade e a prevenção e o combate a atos de fraude e corrupção.

### CAPÍTULO III

#### DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE NAS HIPÓTESES DE DESLIGAMENTO DE PROPOSTAS



Art. 18. Para utilização como critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será considerada a declaração apresentada pelo licitante de que desenvolve Programa de Integridade, no momento da apresentação da proposta no processo licitatório.

Parágrafo único. A declaração a que se refere o caput deverá ser obtida por meio de:

I - resultado da autoavaliação do licitante no Pacto Brasil pela Integridade Empresarial - Pacto Brasil, instituído pela Controladoria-Geral da União, realizada nos últimos vinte e quatro meses, com a indicação de que a pessoa jurídica possui as medidas mínimas para adoção de um programa de integridade e autorizou a divulgação do relatório da autoavaliação em transparência ativa, na página eletrônica do Pacto Brasil;

II - lista de empresas reconhecidas na edição vigente do Programa Empresa Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União; ou

III - certidão ou documento de avaliação de Programa de Integridade ocorrida nos últimos vinte e quatro meses pela Controladoria-Geral da União ou por outro órgão ou entidade pública federal, estadual, distrital ou municipal, desde que realizada com base em metodologia de avaliação compatível com a estabelecida nesta Portaria Normativa.

Art. 19. A Controladoria-Geral da União poderá convocar o licitante que usufruiu do critério de desempate com base no art. 18, parágrafo único, inciso I, desta Portaria Normativa, para comprovar a veracidade das informações indicadas na autoavaliação sobre o desenvolvimento do Programa de Integridade.

Parágrafo único. Caso o licitante não consiga comprovar a veracidade das informações declaradas na autoavaliação, restará caracterizada a infração prevista no art. 17, inciso VI, do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e no art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### CAPÍTULO IV

## DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE NOS PROCESSOS DE REABILITAÇÃO

### Seção I

#### Da metodologia de avaliação

Art. 20. Nos processos de reabilitação em razão de sanção aplicada pela prática das infrações previstas no art. 155, caput, incisos VIII e XII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a avaliação tem por objetivo verificar se a pessoa jurídica sancionada implantou ou aperfeiçoou seu Programa de Integridade, com base nos parâmetros estabelecidos no art. 2º desta Portaria Normativa, no período em que esteve impedida de licitar ou contratar.

Art. 21. A avaliação quanto à implantação ou aperfeiçoamento do Programa de Integridade será realizada pela Controladoria-Geral da União, mediante solicitação da autoridade responsável pela aplicação da penalidade, após cumpridas as demais medidas de reabilitação previstas no art. 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quais sejam:

I - reparação integral do dano causado à administração pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; e

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos para a reabilitação do licitante ou contratado.

§ 1º A avaliação do Programa de Integridade deverá considerar necessariamente a comprovação da adoção das medidas de remediação pela pessoa jurídica impedida de licitar ou contratar em resposta aos fatos que ensejaram a aplicação da sanção, o que pode incluir a comprovação das ações adotadas pela pessoa jurídica em relação:

I - aos empregados e aos administradores envolvidos na prática do ilícito;

II - aos terceiros contratados envolvidos na prática do ilícito; e

III - às melhorias específicas realizadas em políticas, procedimentos, sistemas e controles para mitigar o risco de repetição do ilícito que ensejou a aplicação da sanção.

§ 2º Para que seja considerado implantado ou aperfeiçoado, o Programa de Integridade deve estar estruturado, atualizado e sendo aplicado de acordo com as características e os riscos relevantes das atividades da pessoa jurídica, considerando o momento em que o pedido de reabilitação for realizado, e deve demonstrar a adoção de medidas de remediação proporcionais aos fatos que ensejaram a aplicação da sanção.

Art. 22. Nos processos de reabilitação, a avaliação observará a metodologia prevista no art. 4º, acrescida de quesitos específicos para avaliação das medidas de remediação adotadas pela pessoa jurídica, conforme previsão constante do Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade e do Anexo II - Requisitos de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Nos processos de reabilitação, para que o Programa de Integridade seja considerado implantado ou aperfeiçoado, o resultado da avaliação deverá indicar a existência dos elementos mínimos e fundamentais e alcançar as notas mínimas exigidas por área e total, conforme especificado no Anexo I - Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade, desta Portaria Normativa.

### Seção II

#### Do processo de avaliação

Art. 23. Nos processos de reabilitação, a pessoa jurídica sancionada deverá submeter para avaliação as informações e os documentos que comprovam a implantação ou aperfeiçoamento do Programa de Integridade.



Parágrafo único. As informações e documentos deverão ser submetidos por meio do SAMPI, com o preenchimento dos formulários de perfil e de conformidade, seguindo as mesmas orientações previstas no art. 6º, §§ 1º ao 4º, desta Portaria Normativa.

Art. 24. A Controladoria-Geral da União poderá adotar as medidas previstas no art. 10 desta Portaria Normativa para a avaliação da implantação ou aperfeiçoamento do Programa de Integridade.

Parágrafo único. Os processos de reabilitação serão avaliados pela Controladoria-Geral da União em até noventa dias, contados da submissão, pela pessoa jurídica sancionada, das informações e documentos que comprovam a implantação ou aperfeiçoamento do Programa de Integridade.

### Seção III

#### Do resultado da avaliação

Art. 25. Nos processos de reabilitação, o relatório de avaliação indicará um dos seguintes resultados:

I - Programa de Integridade implantado ou aperfeiçoado, quando o Programa de Integridade avaliado alcançar as pontuações estabelecidas no art. 22, parágrafo único, desta Portaria Normativa; ou

II - Programa de Integridade não implantado ou não aperfeiçoado, quando o Programa de Integridade avaliado não alcançar as pontuações estabelecidas no art. 22, parágrafo único, desta Portaria Normativa, ou quando não for possível realizar a avaliação em razão da não apresentação ou apresentação precária de informações e documentos que comprovem a existência de elementos mínimos e fundamentais para a adoção ou aperfeiçoamento de um programa de integridade pela pessoa jurídica sancionada.

Art. 26. A avaliação cujo resultado indicar Programa de Integridade implantado ou aperfeiçoado, nos termos do art. 25, inciso I, desta Portaria Normativa, atestará o cumprimento da exigência prevista no art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 27. A pessoa jurídica sancionada cujo Programa de Integridade tenha sido avaliado como não implantado ou não aperfeiçoado, nos termos do art. 25, inciso II, desta Portaria Normativa, deverá ser reabilitada e deverá observar o prazo mínimo de seis meses para submeter nova documentação para reavaliação do Programa de Integridade, contados da data de conclusão da avaliação.

Parágrafo único. Nos processos de reabilitação, não se aplica a proposição do plano de conformidade previsto no art. 15, inciso IV, do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

## CAPÍTULO V

### DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

#### Seção I

##### Do pedido de reconsideração

Art. 28. É cabível pedido de reconsideração do resultado da avaliação que indicar Programa de Integridade não implantado ou não aperfeiçoado.

§ 1º O pedido de reconsideração deve ser direcionado à autoridade responsável pela avaliação.

§ 2º O pedido de reconsideração deverá ser interposto no prazo de quinze dias corridos, contados do recebimento do relatório de avaliação.

§ 3º O pedido de reconsideração deverá ser decidido pela Controladoria-Geral da União no prazo de vinte dias corridos, contados do recebimento do pedido de reconsideração.

§ 4º A autoridade responsável pela avaliação poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao pedido de reconsideração em caso de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

#### Seção II

##### Das sanções





**Art. 29.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, nos termos do disposto no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 20 do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, pela prática das seguintes infrações:

- I - deixar de entregar a documentação referente ao programa de integridade;
- II - entregar fora do prazo, injustificadamente, a documentação referente ao programa de integridade;
- III - omitir ou se recusar a prestar, injustificadamente, informações ou documentos necessários à comprovação da implantação, do desenvolvimento ou do aperfeiçoamento do programa de integridade;
- IV - descumprir, injustificadamente, os prazos e as medidas estabelecidos em plano de conformidade;
- V - dificultar a atuação da Controladoria-Geral da União, nos termos do disposto no art. 13, parágrafo único, do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024;
- VI - atuar de forma fraudulenta quanto aos documentos e às informações que comprovem a implantação, o desenvolvimento ou o aperfeiçoamento do programa de integridade; ou
- VII - apresentar declaração falsa para fazer jus ao critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. A apuração das infrações previstas nos incisos V a VII do caput observará o disposto no art. 159 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 30.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações previstas nesta Portaria Normativa as sanções de:

- I - advertência;
- II - multa, de, no mínimo, 1% (um por cento) a, no máximo, 5% (cinco por cento) do valor da licitação ou do contrato;
- III - impedimento de licitar e contratar; ou
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Art. 31.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Art. 32.** A advertência será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 29, inciso I, quando não cumprido o prazo estabelecido pelo art. 6º, e no art. 29, inciso III, todos desta Portaria Normativa.

**Art. 33.** A multa será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 29, incisos I a IV, desta Portaria Normativa, calculada sobre o valor total da licitação ou do contrato, incluídos eventuais aditivos, e será:

- I - de 5% (cinco por cento), quando deixar de entregar a documentação referente ao programa de integridade, após noventa dias do prazo definido pelo art. 6º desta Portaria Normativa;
- II - de 1% (um por cento) a 3% (três por cento), quando a documentação referente ao programa de integridade for apresentada, injustificadamente, entre trinta e noventa dias após o prazo definido pelo art. 6º desta Portaria Normativa;
- III - de 1% (um por cento) a 3% (três por cento), quando reincidente na conduta prevista no art. 29, inciso III, desta Portaria Normativa; e



IV - de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), quando descumprir, injustificadamente, os prazos e as medidas estabelecidas em plano de conformidade, que caracterizarem a não implantação do programa de integridade nos termos do art. 14, § 2º, desta Portaria Normativa.

§ 1º Quando aplicáveis cumulativamente, as multas previstas nos incisos I a IV do caput ficarão limitadas a um valor máximo total de 5% (cinco por cento).

§ 2º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas nesta Seção.

Art. 34. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações previstas:

I - no art. 29, inciso I, quando a pessoa jurídica deixar de entregar a documentação referente ao programa de integridade após cento e oitenta dias do prazo definido pelo art. 6º desta Portaria Normativa; e

II - no art. 29, inciso IV, desta Portaria Normativa, quando a não apresentação ou o descumprimento de prazos e medidas do plano de conformidade previsto no art. 15 desta Portaria Normativa caracterizarem a não implantação do programa de integridade.

Art. 35. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas no art. 34, incisos I e II, no caso de ocorrência em mais de um contrato, no período de cinco anos.

### Seção III

#### Da orientação e supervisão das avaliações

Art. 36. Compete à Controladoria-Geral da União, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, orientar e supervisionar as avaliações de Programa de Integridade para fins de aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

§ 1º As disposições desta Portaria Normativa e demais diretrizes de avaliação de integridade expedidos pela Controladoria-Geral da União serão obrigatoriamente observadas por todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nas situações em que realizarem avaliação de Programas de Integridade de pessoas jurídicas, para as finalidades previstas no Decreto 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

§ 2º A Controladoria-Geral da União poderá requisitar, a qualquer tempo, informações sobre o andamento ou o resultado de uma avaliação de Programa de Integridade realizada por órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 3º A Controladoria-Geral da União publicará, em transparência ativa, informações e dados sobre as avaliações dos Programas de Integridade, incluindo:

I - os contratos de grande vulto celebrados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as respectivas informações sobre a apresentação e o resultado da avaliação do Programa de Integridade; e

II - as solicitações de reabilitação recebidas e o resultado da avaliação do Programa de Integridade.

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão:

I - fazer constar no edital de licitação que a comprovação da implantação de Programa de Integridade pelo licitante vencedor, nos casos previstos no art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será feita nos termos desta Portaria Normativa, nas contratações de obras, serviços e fornecimentos que se caracterizarem como de grande vulto, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais;



II - fazer constar nos termos aditivos das contratações de obras, serviços e fornecimentos que atinjam o valor de contratações de grande vulto a obrigatoriedade de implantação de Programa de Integridade pelo contratante, cuja comprovação será feita nos termos desta Portaria Normativa;

III - fazer constar no edital de licitação que a utilização do Programa de Integridade como critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá nos termos desta Portaria Normativa;

IV - comunicar à Controladoria-Geral da União os licitantes que efetivamente usufruíram do critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

V - encaminhar à Controladoria-Geral da União, nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, sempre que solicitados, a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, bem como a matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, nos termos do art. 18, inciso X, e do art. 22 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

VI - nos processos de reabilitação, orientar a pessoa jurídica sancionada que o encaminhamento e a avaliação do Programa de Integridade serão realizados nos termos desta Portaria Normativa.

**Art. 38. Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão informar à Controladoria-Geral da União os contratos de grande vulto celebrados, em até trinta dias contados da assinatura do contrato.**

Art. 39. Ato do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União disciplinará a designação e as competências dos representantes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal responsáveis por:

I - prestar informações sobre contratos, processos licitatórios ou processos de reabilitação relacionados às avaliações previstas nesta Portaria Normativa;

II - notificar as pessoas jurídicas sobre a necessidade e a forma de apresentação das informações necessárias para a realização das avaliações previstas nesta Portaria Normativa; e

III - encaminhar os resultados das avaliações realizadas pela Controladoria-Geral da União responsáveis pela adoção das medidas administrativas cabíveis, no âmbito da gestão contratual, dos processos licitatórios e de responsabilização de pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Os representantes deverão, preferencialmente, atuar na Unidade Setorial do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituído pelo Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023.

Art. 40. Aplica-se o disposto nesta Portaria Normativa às concessões e às permissões de serviços públicos, na forma do disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e às parcerias público-privadas, na forma do disposto na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e a outros processos de licitação e contratação pública regidos, subsidiariamente, pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exceto previsão específica em contrário.

Art. 41. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Integridade Privada da Controladoria-Geral da União.

Art. 42. Esta Portaria Normativa entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

**VINICIUS MARQUES DE CARVALHO**

## ANEXO I METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE

### 1. Do objeto

1.1 Este Anexo estabelece a metodologia de avaliação dos Programas de Integridade de que trata o Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, cuja realização ocorrerá por meio do Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas de Integridade - SAMPI, mediante Formulário de Avaliação específico.

### 2. Da estrutura e do instrumento da metodologia



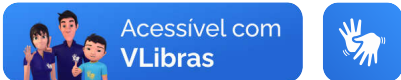
2.1 O Formulário de Avaliação, instrumento técnico estruturado com a finalidade de avaliar, de forma objetiva e baseada em evidências, o grau de conformidade e implementação dos mecanismos de integridade submetidos pelas pessoas jurídicas, será composto pelos:

I - Formulário de Perfil, que compreende um conjunto de questões sobre especificidades da pessoa jurídica que influenciam na avaliação de seu programa de integridade, composto pelos seguintes grupos:

- a) Dados Básicos;
- b) Estrutura e Atividade Econômica;
- c) Interação com o Poder Público;
- d) Doações e Patrocínios;
- e) Práticas socioambientais; e
- f) Programa de Integridade.

II - Formulário de Conformidade, que compreende um conjunto de 105 (cento e cinco) questões sobre a existência e a aplicação de medidas relacionadas ao programa de integridade da pessoa jurídica, composto pelas seguintes áreas de avaliação:

- a) Área I - Comprometimento da Alta Direção da Pessoa jurídica;
- b) Área II - Instância Interna Responsável pela Aplicação do Programa de Integridade;
- c) Área III - Gestão de Riscos para Integridade;
- d) Área IV - Código de Ética e Conduta
- e) Área V - Políticas e Procedimentos de Integridade e de Prevenção de Ilícitos em Licitações e Contratos Administrativos;
- f) Área VI - Treinamentos e Ações de Comunicação sobre o Programa de Integridade;
- g) Área VII - Controles Contábeis, Financeiros e Auditoria Interna;
- h) Área VIII - Diligências para Contratação e Supervisão de Terceiros e para Fusões e Aquisições Societárias;
- i) Área IX - Canais de Denúncia, Remediação e Medidas Disciplinares;
- j) Área X - Monitoramento do Programa de Integridade; e
- k) Área XI - Responsabilidade Socioambiental e Transparência.



2.1.1 O Formulário de Perfil terá caráter declaratório e subsidiará a etapa de avaliação do Formulário de Conformidade, sem atribuição direta de pontuação.

2.1.2 O Formulário de Conformidade, nas avaliações de programa de integridade para fins de reabilitação de licitante ou contratado, na hipótese do parágrafo único do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021, será acrescido da Área XII - Medidas de Remediação Adotadas em Face dos Atos que Ensejaram a Aplicação da Sanção.

2.1.3 O Formulário de Conformidade será composto por blocos temáticos e questões objetivas, estruturadas com base nos níveis de existência e aplicação dos mecanismos de integridade, com pontuações escalonadas de acordo com a seguinte estrutura:

NÍVEL	DESCRIÇÃO	VALOR
QN1	Existência de elementos mínimos e fundamentais para a implantação de um programa de integridade	20
QN2	Existência formal de políticas ou procedimentos específicos/complementares	15
QN3	Aspectos característicos dos elementos mínimos ou dos específicos/complementares	5
QN4	Aplicação de políticas e procedimentos fundamentais	25
QN5	Aplicação ou produtos das políticas e procedimentos específicos/complementares	18



2.1.3.1 As questões de nível QN1 avaliarão a existência de elementos mínimos e fundamentais de cumprimento obrigatório, que representam medidas essenciais à estruturação de um programa de integridade.

2.1.3.2 As questões de nível QN2 avaliarão a existência de instrumentos específicos ou complementares, que, embora não sejam considerados como requisitos mínimos obrigatórios, reforçam ou ampliam a estrutura do programa de integridade da organização.

2.1.3.3 As questões de nível QN3 avaliarão os aspectos característicos dos elementos mínimos ou complementares, tais como o conteúdo, a abrangência, a periodicidade e outros níveis de detalhamento, além de requisitos relacionados aos temas de responsabilidade socioambiental e direitos humanos.

2.1.3.4 As questões de nível QN4 avaliarão a efetiva aplicação dos instrumentos e medidas fundamentais do programa de integridade, refletindo o grau de implementação prática desses mecanismos no âmbito da pessoa jurídica.

2.1.3.5 As questões de nível QN5 avaliarão a efetiva aplicação ou os produtos decorrentes dos requisitos complementares.

2.1.4 A atribuição de pontuação observará os seguintes critérios:

2.1.4.1 será atribuída a totalidade da pontuação do item quando apresentadas evidências e informações inequívocas e integrais, aptas a demonstrar o atendimento de todos os critérios de avaliação do quesito.

2.1.4.2 Será atribuída pontuação zero quando não forem apresentadas evidências ou informações suficientes ao atendimento dos critérios de avaliação do quesito;

2.1.4.3 Será atribuída 50% (cinquenta por cento) da pontuação prevista para o item quando forem apresentadas apenas evidências ou informações que demonstrem atendimento parcial dos critérios do quesito, aplicável somente às questões indicadas como passíveis dessa avaliação.

2.1.4.4 O Formulário de Conformidade poderá conter questões com a opção automática "Não se Aplica", a ser habilitada conforme as características da pessoa jurídica informadas no Formulário de Perfil, hipótese em que o valor de pontuação correspondente será redistribuído proporcionalmente entre as demais questões da mesma área.

2.1.4.5 O Formulário de Conformidade poderá incluir questões destinadas exclusivamente aos avaliadores, que não estarão disponíveis para preenchimento pela pessoa jurídica.

2.1.5 As questões integrantes do Formulário de Conformidade, e sua respectiva pontuação, são listadas no Anexo II - Requisitos de Avaliação de Programas de Integridade.

3. Da avaliação de programas de integridade em contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto

3.1 No âmbito de contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto será considerado implantado o programa de integridade submetido pela pessoa jurídica, quando, após a avaliação, atender cumulativamente aos seguintes critérios:

I - obtenção da pontuação integral nas questões classificadas como nível QN1;

II - alcance de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) da pontuação de cada área de avaliação; e

III - alcance de, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação total.

4. Da avaliação de programas de integridade no caso de sua utilização como critério de desempate entre licitantes

4.1 No caso de convocação, pela Controladoria-Geral da União, do licitante que usufruiu do critério de desempate previsto no inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, para comprovar a veracidade das informações indicadas na autoavaliação sobre o desenvolvimento do Programa de Integridade, será considerado desenvolvido o programa de integridade quando, após a avaliação, atender cumulativamente aos seguintes critérios:



- I - obtenção da pontuação integral nas questões classificadas como nível QN1;
- II - alcance da pontuação mínima por área, de acordo com a faixa de valor do contrato assinado;
- III - alcance da pontuação total mínima, de acordo com a faixa de valor do contrato assinado.

4.1.1 Para fins dos dispostos nos incisos II e III, consideram-se as seguintes faixas de valor do contrato e respectivas pontuações mínimas:

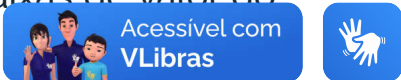
Faixa de Valor do Contrato		Pontuação Mínima por Área	Pontuação Mínima Total
1	até R\$ 25 milhões	30%	45%
2	de R\$ 25 milhões a R\$ 100 milhões	35%	50%
3	de R\$ 100 milhões a R\$ 250 milhões	40%	60%
4	acima de R\$ 250 milhões	45%	70%

5. Da avaliação de programas de integridade em reabilitação de licitante ou contratado

5.1 No âmbito da avaliação de programas de integridade para fins de reabilitação de licitante ou contratado, será considerado implantado ou aperfeiçoado o programa de integridade submetido pela pessoa jurídica, quando, após a avaliação, atender cumulativamente aos seguintes critérios:

- I - obtenção da pontuação integral nas questões classificadas como nível QN1;
- II - obtenção da pontuação integral nas questões classificadas como nível QN4;
- III - alcance da pontuação mínima por área, de acordo com a faixa de faturamento da pessoa jurídica;
- IV - alcance da pontuação mínima de 70% na área XII; e
- V - alcance da pontuação total mínima, de acordo com a faixa de faturamento da pessoa jurídica.

5.1.1 Para fins dos dispostos nos incisos III, IV e V, consideram-se as seguintes faixas de valor do faturamento e respectivas pontuações mínimas:



Faixa de Valor do FATURAMENTO		Pontuação Mínima por Área	Pontuação Mínima - Área XII	Pontuação Mínima Total
1	até R\$ 25 milhões	30%	70%	45%
2	de R\$ 25 milhões a R\$ 100 milhões	35%	70%	50%
3	de R\$ 100 milhões a R\$ 250 milhões	40%	70%	60%
4	acima de R\$ 250 milhões	45%	70%	70%

5.1.2 O enquadramento da pessoa jurídica será obtido a partir do valor do auferido pela entidade no ano anterior ao da submissão do programa de integridade para avaliação.

6. Dos requisitos para preenchimento e apresentação de evidências pela pessoa jurídica

6.1 As avaliações conduzidas pela CGU são condicionadas ao preenchimento completo e adequado do Formulário de Conformidade pela pessoa jurídica, bem como à apresentação de evidências válidas, consistentes e tempestivas, em conformidade com os critérios estabelecidos nesta metodologia.

6.1.1 O não atendimento a essas condições poderá comprometer a análise das informações declaradas e, conseqüentemente, a validação das práticas reportadas pela pessoa jurídica.


6.2 As respostas apresentadas pela pessoa jurídica deverão ser comprovadas por meio de documentos formais, identificáveis, datados, assinados ou com nível de formalização equivalente, acompanhados de comentários objetivos e explicações complementares, quando necessário à adequada compreensão das informações prestadas.


6.3 Não serão aceitos como válidos documentos não finalizados, rascunhos, versões preliminares ou pendentes de aprovação.

6.4 Documentos digitais como planilhas, apresentações e documentos de texto somente serão considerados como evidência se forem corroborados por documentos de caráter oficial, tais como atas de reunião, relatórios e e-mails institucionais.

ANEXO II REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE

ÁREA I - COMPROMETIMENTO DA ALTA DIREÇÃO DA PESSOA JURÍDICA			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
1. Adoção de critérios de integridade para seleção e remuneração de candidatos a cargos da alta direção			
1.1 A pessoa jurídica possui critérios de integridade formalizados para seleção dos candidatos aos cargos da alta direção? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência dos critérios de integridade para seleção e informar os cargos a que são aplicados, a forma como os critérios são considerados e os responsáveis por sua avaliação.	Sim Não	QN2	15
1.2 A pessoa jurídica aplicou critérios de integridade para seleção dos ocupantes de cargos da alta direção contratados nos últimos 24 meses? <sup>[1]</sup> Se sim, anexar documentos que comprovem a aplicação dos critérios de integridade para seleção.	Sim Não Não se Aplica	QN5	18
1.3 A pessoa jurídica possui política de remuneração variável para os membros da alta direção condicionada ao atingimento de metas de desempenho relacionadas aos indicadores de aplicação ao programa de integridade? <sup>[1]</sup> Se sim, anexar a política de remuneração que comprova a existência dessa regra e descrever como ela é aplicada.	Sim Não Não se Aplica	QN2	15
2. Envolvimento da alta direção na implementação e supervisão do programa de integridade			
2.1 A aprovação das principais políticas relacionadas ao programa de integridade é feita pelas mais elevadas instâncias decisórias da pessoa jurídica? Se sim, anexar documentos que comprovem a aprovação das principais políticas relacionadas ao programa de integridade pela alta direção.	Sim Não	QN1	20
2.2 A pessoa jurídica possui em sua estrutura de governança órgão colegiado (como comitê ou conselho de ética) para deliberar sobre temas de ética e integridade, que contam com a participação de membros da alta direção? <sup>[1]</sup> Se sim, anexar documentos que comprovem a existência do órgão colegiado e a participação dos membros da alta direção em sua composição.	Sim Não Não se Aplica	QN2	15
2.3 A alta direção da pessoa jurídica supervisiona, diretamente ou por intermédio de órgão colegiado do qual ela participe, a implantação e a aplicação do programa de integridade, por meio do recebimento e avaliação de relatórios periódicos de acompanhamento das atividades relacionadas ao programa de integridade? Se sim, anexar documentos que comprovem a supervisão do programa de integridade pela alta direção e indicar a forma e a periodicidade com que a alta direção participa da supervisão do programa de integridade.	Sim Não Parcialmente	QN5	18
3. Apoio visível e inequívoco da alta direção ao programa de integridade, incluindo a destinação de recursos adequados			
3.1 Os membros da alta direção, individualmente, manifestam publicamente apoio ao programa de integridade? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, link em que seja possível visualizar as manifestações de apoio ao programa de integridade por membros da alta direção.	Sim Não	QN1	20
3.2 As manifestações de apoio ao programa de integridade por membros da alta direção:			
3.2.1 são feitas de forma periódica e divulgadas por diferentes meios para alcançar o público interno e externo da pessoa jurídica em toda sua diversidade? Se sim, demonstrar a medida em que as manifestações de apoio ao programa de integridade ocorreram de forma periódica e direcionadas aos diferentes públicos da entidade.	Sim Não Parcialmente	QN3	5

Acessível com  
VLibras





3.2.2 expressam uma mensagem de incentivo à adoção de uma conduta ética, seguindo os ditames do programa de integridade? Se sim, demonstrar a medida em que as manifestações de apoio ao programa de integridade expressaram o compromisso com os temas.	Sim Não	QN3	5
3.2.3 expressam o compromisso da alta direção com o combate ao preconceito, à discriminação e ao assédio de qualquer natureza? Se sim, demonstrar a medida em que as manifestações de apoio ao programa de integridade expressaram o compromisso com os temas.	Sim Não	QN3	5
3.3 A pessoa jurídica destina recursos em seu orçamento para a manutenção das atividades relacionadas ao programa de integridade? Se sim, anexar documentos que comprovem a destinação de recursos para o programa de integridade.	Sim Não	QN5	18

ÁREA II - INSTÂNCIA INTERNA RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
4. Existência e estrutura da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade			
4.1 A pessoa jurídica possui área ou pessoa responsável pela aplicação do programa de integridade? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência da área específica ou pessoa responsável, informando a data em que a área foi instituída ou em que a pessoa responsável foi contratada/designada para a função e o currículo do atual responsável pelo programa de integridade.	Sim Não	QN1	20
4.2 A instância interna responsável pelo programa de integridade está formalmente constituída, tendo suas atribuições expressamente previstas em documento aprovado pela alta direção da pessoa jurídica? Se sim, anexar documentos que comprovem a constituição formal da área responsável pelo programa de integridade, com suas atribuições e responsabilidades definidas.	Sim Não Parcialmente	QN2	15
4.3 A instância interna responsável pelo programa possui estrutura independente, não estando subordinada a outro departamento da pessoa jurídica - jurídico, auditoria, RH etc.? <sup>[1]</sup> Se sim, anexar organograma que demonstre a estrutura atual da instância interna e suas linhas de reporte ou política/procedimento que formalize tal estrutura e linhas de reporte.	Sim Não Não se Aplica	QN2	15
4.4 A instância interna responsável pelo programa de integridade conta com quantitativo de funcionários proporcional às atribuições conferidas à área? Se sim, anexar documentos que demonstrem de forma expressa a estrutura de colaboradores alocados à área responsável pelo programa de integridade.	Sim Não	QN5	18
5. Garantias atribuídas ao responsável pela instância interna para o exercício de suas atividades com autoridade e independência			
5.1 O responsável pela instância interna de integridade possui garantias expressas que possibilitam o exercício das suas atribuições com independência e autoridade? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência das garantias, a exemplo de mandato, nível de reporte, remuneração compatível com outras funções de mesmo nível hierárquico, livre acesso a documentos, pessoas e ativos da organização.	Sim Não Parcialmente	QN2	15
5.2 O responsável pela instância interna de integridade atua (diretamente ou como instância supervisora) na investigação e apuração de situações que configurem violações éticas ou legais? Se sim, anexar documentos que comprovem, no fluxo de tratamento de investigações e apurações de violações éticas e legais, que a instância interna atua diretamente ou mediante supervisão.	Sim Não	QN4	25

ÁREA III - GESTÃO DE RISCOS PARA INTEGRIDADE			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
6. Gestão de riscos para integridade			



6.1 Existe na pessoa jurídica política ou planejamento que trate da gestão de riscos e que defina a metodologia para a realização da análise de riscos? Se sim, anexar a política, metodologia ou outros documentos que formalizam a atividade de gestão de riscos.	Sim Não Parcialmente	QN2	15
6.2 A política ou planejamento que trata da gestão de riscos:			
6.2.1 institui a periodicidade mínima para atualização/revisão do processo de análise de riscos? Se sim, informar o item ou página da política, metodologia ou outro documento que comprove a existência do requisito.	Sim Não	QN3	5
6.2.2 determina a área ou pessoa responsável pela gestão de riscos? Se sim, informar o item ou página da política, metodologia ou outro documento que comprove a existência do requisito.	Sim Não	QN3	5
6.2.3 inclui sua revisão e aprovação pela alta direção? Se sim, informar o item ou página da política, metodologia ou outro documento que comprove a existência do requisito.	Sim Não	QN3	5
6.3 A pessoa jurídica realizou, nos últimos 24 meses, uma análise de riscos que contempla expressamente riscos para integridade, isto é, aqueles relacionados a corrupção e fraude? Se sim, anexar a matriz de riscos ou documento equivalente, incluindo comprovação de que foi aprovado pela alta direção da entidade, no período indicado.	Sim Não	QN1	20
6.3.1 A análise de riscos contempla o mapeamento dos riscos para integridade relacionados à sua participação em licitações e na execução de contratos administrativos? Se sim, anexar a matriz de riscos ou documento equivalente que contenha os riscos mapeados relacionados à participação da entidade em licitações e contratos administrativos.	Sim Não	QN3	5
6.3.2 A análise de riscos realizada contempla a classificação dos riscos com base em sua probabilidade e impacto? Se sim, anexar a matriz de riscos ou documento equivalente que contenha a análise e avaliação dos riscos com base em seu impacto e probabilidade.	Sim Não	QN3	5
6.3.3 A pessoa jurídica estabeleceu medidas voltadas para a mitigação dos riscos identificados, com a definição de prazos para implementação dessas medidas e dos responsáveis por sua implementação? Se sim, anexar documentos que demonstrem a definição das medidas de mitigação dos riscos identificados.	Sim Não Parcialmente	QN5	18



ÁREA IV - CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
7. Código de Ética e Conduta			
7.1 A pessoa jurídica possui código de ética e conduta, ou documento equivalente, disponível em português[2]? Se sim, anexar o código ou documento equivalente.	Sim Não	QN1	20
7.2 O código de ética e conduta ou documento equivalente:			
7.2.1 foi formalmente aprovado pela alta direção da pessoa jurídica? Se sim, anexar documento ou registro que comprove a aprovação do código pela alta direção da entidade.	Sim Não	QN3	5
7.2.2 inclui expressamente a ética e/ou a integridade entre os princípios ou valores da pessoa jurídica? Se sim, indicar o dispositivo do código que atenda ao requisito.	Sim Não	QN3	5
7.2.3 está alinhado com a legislação anticorrupção brasileira, contendo vedações expressas à prática de atos de corrupção e fraude e prevenção de conflito de interesses? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) do código que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
7.2.4 expressa o compromisso da pessoa jurídica em combater o preconceito, a discriminação e o assédio de qualquer natureza em suas relações internas e externas? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) do código que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5

7.2.5 estabelece as condutas permitidas e proibidas na pessoa jurídica? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) do código que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
7.2.6 menciona a possibilidade de aplicação de sanções para aqueles que cometerem violações éticas/legais, inclusive para os membros da alta direção da pessoa jurídica? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) do código que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
7.3 O código de ética e conduta, ou documento equivalente, encontra-se disponível na página institucional da pessoa jurídica na internet? Se sim, informar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, para acesso ao documento.	Sim Não	QN5	18
7.4 A pessoa jurídica possui código de ética e conduta, ou documento equivalente, aplicável a terceiros e disponível em português? Se sim, informar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade para acesso ao documento.	Sim Não	QN3	5
7.5 A pessoa jurídica solicita aos terceiros que declarem expressamente que estão cientes da existência e do conteúdo do código, e que se comprometem a observar os termos e condições nele previstos? Se sim, anexar documentos que comprovem o comprometimento de terceiros e informar como e em que momento isso ocorre.	Sim Não	QN5	18

ÁREA V - POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE INTEGRIDADE E DE PREVENÇÃO DE ILÍCITOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
8. Políticas e procedimentos de integridade			
8.1 A pessoa jurídica possui políticas e procedimentos de integridade que:			
8.1.1 vedam expressamente a concessão de vantagens indevidas, econômicas ou não, a agentes públicos? Se sim, anexar a política ou procedimento e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN1	
8.1.2 tratam do oferecimento de presentes, brindes e hospitalidades (refeições, entretenimento, viagem e hospedagem) a agentes públicos? Se sim, anexar a política ou procedimento e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
8.1.3 tratam da prevenção de conflito de interesses nas relações com a Administração Pública, incluindo contratações de agentes públicos e seus familiares? Se sim, anexar a política ou procedimento e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
8.1.4 estabelecem orientações e controles sobre temas como realização de reuniões, encontros e outros tipos de interações entre administradores e empregados da pessoa jurídica com agentes públicos? Se sim, anexar a política ou procedimento e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
8.1.5 tratam da realização de doação e patrocínio, ou informam claramente que a pessoa jurídica não realiza essas atividades? Se sim, anexar política/procedimento de integridade. Indicar, no campo correspondente, o artigo, item e/ou página em que há essa previsão.	Sim Não	QN3	5
8.2 As políticas e procedimentos de integridade relacionados às interações com a Administração Pública foram aplicadas periodicamente pela pessoa jurídica nos últimos 12 meses? Se sim, descrever as ocasiões e a forma como as políticas e procedimentos foram aplicados, anexando a documentação comprobatória pertinente.	Sim Não Parcialmente	QN4	25
9. Políticas e procedimentos específicos para prevenção de ilícitos em licitações e contratos administrativos			



9.1. A pessoa jurídica possui políticas ou procedimentos específicos para prevenção de ilícitos em licitações e contratos administrativos? Se sim, anexar a política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN1	20
9.2 As política ou procedimentos:			
9.2.1 estabelecem orientações sobre a conduta esperada (o que é permitido/proibido) para seus empregados e para terceiros que atuam em seu nome? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) da política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
9.2.2 indicam expressamente os responsáveis por autorizar a adoção de medidas relacionadas à participação em licitações, bem como pela interação com os agentes públicos para tratar de questões relacionadas à gestão do contrato, como pagamento, alterações contratuais, aditivos e prorrogações? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) da política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
9.2.3 definem a necessidade de rotação periódica dos responsáveis por interagir com os agentes públicos em licitações e contratos administrativos? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) da política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
9.2.4 orientam a relação da pessoa jurídica com seus concorrentes, a fim de evitar práticas anticoncorrenciais que possibilitem fraude em processos licitatórios? Se sim, indicar o(s) dispositivo(s) da política ou procedimentos que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
9.3 A pessoa jurídica aplicou, nos últimos 12 meses, as orientações e controles específicos para prevenção de fraudes e ilícitos em licitações e contratos administrativos? Se sim, descrever as ocasiões e a forma como as orientações e controles foram aplicados.	Sim Não Parcialmente	QN4	25

ÁREA VI - TREINAMENTOS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE INTEGRIDADE			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso Questão	Questão
10. Treinamentos sobre o Programa de Integridade			
10.1 A pessoa jurídica possui um planejamento para a realização de treinamentos sobre integridade com definição do cronograma, temas, públicos-alvo, responsáveis e forma de execução? Se sim, anexar o documento ou informações que demonstrem o planejamento vigente.	Sim Não	QN1	20
10.2 A pessoa jurídica realizou, nos últimos 12 meses, treinamento(s) direcionado(s) a todos os seus colaboradores, abordando conteúdo de integridade, como aqueles relacionados ao código de ética, canais de denúncia ou políticas anticorrupção? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, link em que seja possível visualizar os treinamentos realizados e descrever as ocasiões, temas, carga horária e público alcançado.	Sim Não Parcialmente	QN4	25
10.3 A pessoa jurídica realizou, nos últimos 12 meses, treinamento(s) direcionado(s) a públicos específicos, abordando conteúdo alinhado aos principais riscos daqueles públicos, como prevenção de fraudes e ilícitos em licitações e contratos administrativos, controles contábeis e financeiros, realização de diligências para contratação e supervisão de terceiros? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, link em que seja possível visualizar os treinamentos realizados e descrever as ocasiões, temas, carga horária e público alcançado.	Sim Não Parcialmente	QN5	18
10.4 Os treinamentos relacionados ao programa de integridade realizados pela pessoa jurídica nos últimos 12 meses atingiram, em média, 70% de cada um dos públicos-alvo? Se sim, anexar documentos ou informações que demonstrem o cumprimento do requisito.	Sim Não	QN3	5
11. Comunicações sobre o Programa de Integridade			
11.1 A pessoa jurídica possui um planejamento para a realização de ações recorrentes de comunicação sobre integridade, com definição do cronograma, temas, responsáveis, públicos-alvo e meios de divulgação? Se sim, anexar o documento ou informações que demonstrem o planejamento vigente.	Sim Não Parcialmente	QN1	20



11.2 A pessoa jurídica promoveu, nos últimos 12 meses, ações de comunicação voltadas à divulgação dos aspectos gerais do programa de integridade, como código de ética e de conduta, política anticorrupção e canais de denúncia? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, link em que seja possível visualizar as comunicações realizadas no período.	Sim Não Parcialmente	QN4	25
11.2.1 As ações de comunicação realizadas pela empresa no período avaliado foram feitas de forma periódica e contínua? Se sim, anexar documentos e/ou indicar, no campo correspondente, informações que demonstrem a realização de comunicações de forma periódica e contínua sobre integridade.	Sim Não	QN3	5

ÁREA VII - CONTROLES CONTÁBEIS, FINANCEIROS E AUDITORIA INTERNA			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
12. Controles Contábeis e Financeiros			
12.1 A pessoa jurídica possui procedimentos definidos para a realização dos lançamentos contábeis e financeiros? Se sim, anexar os documentos ou informações que estabeleçam os procedimentos existentes.	Sim Não	QN1	20
12.2 A pessoa jurídica possui regras que estabelecem a segregação de funções e a definição de níveis de aprovação (alçadas) de receitas e despesas? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência das regras. Indicar, no campo correspondente, o artigo, item e/ou página em que há essa previsão.	Sim Não	QN3	5
12.3 A pessoa jurídica possui mecanismos e/ou "red flags" para detectar receitas e despesas fora do padrão durante o registro de lançamentos contábeis? Se sim, anexar os documentos ou informações que estabeleçam os procedimentos existentes.	Sim Não	QN3	5
12.4 A pessoa jurídica possui regras que exigem a verificação do cumprimento do objeto do contrato para realização do pagamento? Se sim, anexar documentos ou informações que estabeleçam os procedimentos existentes.	Sim Não	QN2	15
13. Auditoria Interna			
13.1 A pessoa jurídica possui função de auditoria interna formalmente estabelecida, seja de forma direta ou terceirizada? <sup>[1]</sup> Se sim, anexar oi estatuto ou documento que demonstre o estabelecimento da função de auditoria interna.	Sim Não Não se Aplica	QN2	15
13.2 A função de auditoria interna reporta-se diretamente à alta direção ou instância de governança da pessoa jurídica? <sup>[1]</sup> Se sim, anexar o estatuto ou outro documento que demonstre o nível de reporte da função de auditoria interna.	Sim Não Não se Aplica	QN3	5
13.3 A função de auditoria interna dispõe de estrutura, recursos e nível de acesso adequados ao cumprimento de suas atribuições? <sup>[1]</sup> Se sim, anexar o estatuto e demais documentos que demonstrem a adequação da estrutura, recursos e nível de acesso da função de auditoria interna.	Sim Não Parcialmente Não se Aplica	QN3	5
13.4 São produzidos relatórios periódicos de auditoria interna? <sup>[1]</sup> Se sim, anexar o último relatório anual de atividades da unidade de auditoria interna.	Sim Não Não se Aplica	QN5	18
13.5 As recomendações ou apontamentos emitidos pela função de auditoria interna são adequada e tempestivamente implementadas pela pessoa jurídica? <sup>[1]</sup> Se sim, anexar documentos que demonstrem a adequada e tempestiva implementação das recomendações emitidas pela função de auditoria interna.	Sim Não Parcialmente Não se Aplica	QN5	18

ÁREA VIII - DILIGÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO E SUPERVISÃO DE TERCEIROS E PARA FUSÕES E AQUISIÇÕES SOCIETÁRIAS			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
14. Diligências para contratação e supervisão de terceiros			

14.1 A pessoa jurídica possui políticas e procedimentos baseadas em risco para a realização de diligências, contratação e supervisão de terceiros, que:			
14.1.1 determinam a verificação de possível envolvimento do terceiro em casos de corrupção e práticas de fraude contra a Administração Pública? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN1	20
14.1.2 determinam a verificação da existência de registro do terceiro em "listas sujas" de trabalho escravo ou em condições análogas às de escravo? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN3	5
14.1.3 determinam a verificação de possível envolvimento do terceiro em crimes ambientais ou em práticas nocivas ao meio ambiente? [3]Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não Não se Aplica	QN3	5
14.1.4 estabelecem a necessidade de adoção de medidas para minimizar o risco da contratação de terceiro, caso o resultado das diligências realizadas indique alto risco de integridade na contratação? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN3	5
14.2 A pessoa jurídica realizou diligências de integridade em relação aos terceiros com os quais estabeleceu relações negociais nos últimos 12 meses? Se sim, anexar documentos que comprovem a realização das diligências e as deliberações realizadas com base nos resultados das diligências.	Sim Não	QN5	18
15. Cláusulas contratuais			
15.1 As políticas e procedimentos sobre contratação de terceiros estabeleçam a inclusão de cláusulas, nos contratos relevantes celebrados com terceiros, que:			
15.1.1 estabelecem a vedação de práticas de fraude e corrupção e exigem a observância do cumprimento de normas éticas, trabalhistas e sociais? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN3	5
15.1.2 preveem a aplicação de penalidades e/ou de rescisão contratual em caso de descumprimento de normas éticas e prática de fraude e corrupção? Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não	QN3	
15.2 A pessoa jurídica incluiu cláusulas, nos contratos relevantes celebrados com terceiros nos últimos 12 meses, que contemplem as medidas estabelecidas nas políticas e procedimentos anteriormente descritos? Se sim, anexar cópias de contratos celebrados nos últimos 12 meses, referenciando as cláusulas que contenham as previsões definidas nas políticas ou procedimentos.	Sim Não Parcialmente	QN5	18
16. Diligências prévias a fusões, aquisições e outras operações societárias			
16.1 A pessoa jurídica possui políticas e procedimentos específicos para a realização de fusões, aquisições ou outras operações societárias que preveem a realização de diligências para verificar o histórico de prática de atos de corrupção, fraude ou violação de direitos humanos ou trabalhistas das empresas envolvidas nas operações?[4] Se sim, anexar as políticas e/ou procedimentos, indicando o artigo, item e/ou página onde consta essa previsão.	Sim Não Parcialmente Não se Aplica	QN2	15
16.2 A pessoa jurídica realizou diligências prévias a fusões, aquisições e outras operações societárias nos últimos 24 meses? [4] Se sim, anexar documentos que comprovem a aplicação das políticas/procedimentos.	Sim Não Parcialmente Não se Aplica	QN5	18

ÁREA IX - CANAIS DE DENÚNCIA, REMEDIAÇÃO E MEDIDAS DISCIPLINARES			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
17. Canais disponíveis para realização de denúncias			
17.1 A pessoa jurídica possui canal para realização de denúncias, disponível em português e informado na página institucional da empresa na internet? Se sim, informar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da empresa, e eventuais outras formas de acesso ao canal.	Sim Não	QN1	20
17.2 O canal de denúncias da pessoa jurídica:			

17.2.1 é operacionalizado por meio de formulário eletrônico a partir da página institucional da pessoa jurídica na internet? Se sim, informar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da empresa, para acesso ao canal.	Sim Não	QN3	5
17.2.2 oferece expressamente garantias de proteção aos denunciantes de boa-fé, como anonimato e não retaliação? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação.	Sim Não	QN3	5
17.2.3 permite o acompanhamento da apuração da denúncia pelo denunciante? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação.	Sim Não	QN3	5
17.3 O canal de denúncias funcionou quando testado pelo avaliador?[5]	Sim Não	QN4	25
18. Tratamento e apuração de denúncias			
18.1 A pessoa jurídica possui políticas e procedimentos que estabelecem o fluxo e as responsabilidades quanto ao tratamento, apuração e remediação de casos de fraudes, corrupção ou violação de direitos humanos e trabalhistas? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN2	15
18.2 As políticas e procedimentos definem:			
18.2.1 salvaguardas e prerrogativas de acesso a documentos, sistemas e pessoas por parte dos responsáveis pela apuração? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
18.2.2 fluxo específico para apuração de denúncias envolvendo membros da alta direção? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
18.3 A pessoa jurídica realizou o tratamento das denúncias recebidas nos últimos 24 meses?[6] Se sim, anexar documentos que demonstrem o tratamento do universo de denúncias recebidas no período.	Sim Não Não se aplica	QN5	18
19. Procedimentos para interrupção de irregularidades, remediação e aplicação de medidas disciplinares			
19.1 As políticas e procedimentos relacionadas ao tratamento, apuração e remediação de casos de fraudes, corrupção ou violação de direitos humanos e trabalhistas definem:			
19.1.1 as medidas disciplinares aplicáveis aos casos de infrações relacionadas a fraudes, corrupção ou violação de direitos humanos e trabalhistas? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
19.1.2 a correlação entre as medidas disciplinares e os tipos de infração cometidas e as alçadas para sua aplicação? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
19.1.3 a pronta interrupção de irregularidades, inclusive com a possibilidade de afastamento cautelar de membros da alta direção suspeitos de envolvimento em atos de corrupção e fraude? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
19.1.4 os procedimentos aplicáveis para encaminhamento de denúncias às autoridades competentes? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
19.2 A pessoa jurídica aplicou procedimentos para interrupção de irregularidades, remediação e aplicação de medidas disciplinares nos últimos 24 meses? [6] Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Não se aplica	QN5	18
ÁREA X - MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
20. Monitoramento contínuo do Programa de Integridade			

Acessível com  
VLibras





20.1 A pessoa jurídica possui política ou procedimentos que estabelecem o monitoramento contínuo do programa de integridade? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN1	20
20.2 A política ou procedimentos que estabelecem o monitoramento contínuo do programa de integridade definem:			
20.2.1 os responsáveis pelo monitoramento? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
20.2.2 a periodicidade para realização do monitoramento? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
20.2.3 as instâncias para as quais serão submetidos os dados e as informações apurados no monitoramento? Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não	QN3	5
20.3 A pessoa jurídica realiza um monitoramento contínuo do programa de integridade por meio de:			
20.3.1 utilização de indicadores e estabelecimento de metas de desempenho sobre o programa de integridade, visando avaliar sua efetividade e cumprimento? Se sim, anexar documentos que comprovem a existência das metas e a utilização dos indicadores.	Sim Não	QN2	15
20.3.2 relatórios periódicos com dados e estatísticas sobre aplicação das principais políticas e procedimentos de integridade? Se sim, informar os tipos de relatórios produzidos, o conteúdo neles abordado e os sistemas/softwares eventualmente utilizados.	Sim Não	QN2	15
20.4 A pessoa jurídica utiliza as informações obtidas a partir do monitoramento para aprimorar seu programa de integridade e demais políticas, procedimentos e controles? <sup>[7]</sup> Se sim, anexar documentos que comprovem a adoção de medidas de aprimoramento que sejam baseadas nas informações obtidas no monitoramento.	Sim Não Não se aplica	QN5	18

Acessível com  
VLibras



ÁREA XI - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E TRANSPARÊNCIA			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
21. Responsabilidade Ambiental			
21.1 A pessoa jurídica possui política ou procedimentos formais sobre questões ambientais, como gestão de resíduos, consumo de recursos naturais, emissão de poluentes e medidas de mitigação de impactos? <sup>[3]</sup> Se sim, anexar a política ou procedimentos e indicar o(s) dispositivo(s) do documento que atenda(m) ao requisito.	Sim Não Parcialmente Não se aplica	QN3	5
21.2 A pessoa jurídica observa a legislação ambiental e mantém atualizadas as licenças ambientais exigidas para o exercício de suas atividades? <sup>[3]</sup> Se sim, anexar documentos que comprovem o atendimento ao requisito.	Sim Não Parcialmente Não se aplica	QN3	5
22. Responsabilidade Social			
22.1 A pessoa jurídica possui políticas, procedimentos e atividades voltadas à proteção e à promoção dos direitos humanos em suas atividades e relações internas de trabalho? Se sim, anexar a política ou procedimentos e relacionar as principais atividades realizadas nesse sentido.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
22.2 A pessoa jurídica possui políticas, procedimentos e atividades voltadas à proteção e à promoção dos direitos humanos no ambiente externo à organização? Se sim, anexar a política ou procedimentos e relacionar as principais atividades realizadas nesse sentido.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
23. Transparência			
23.1 Há manifestação institucional clara do compromisso da pessoa jurídica com a ética e a integridade em sua página institucional na internet ou em suas redes sociais? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN1	20

23.2 A pessoa jurídica disponibiliza em seu site institucional, em português, informações completas e atualizadas sobre:			
23.2.1 principais atividades exercidas? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.2.2 identificação de seus proprietários ou principais acionistas? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.2.3 identificação e função de seus principais executivos e dirigentes? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.2.4 os patrocínios e doações realizados ou a informação explícita de que não realiza tais ações? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.2.5 as participações em licitações públicas e contratos firmados com a Administração Pública? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN3	5
23.3 Existe uma seção específica no site da pessoa jurídica que reúna as informações sobre o programa de integridade? Se sim, indicar o link e descrever o caminho, desde a página inicial da entidade, em que tal informação é disponibilizada.	Sim Não	QN5	18

ÁREA XII - MEDIDAS DE REMEDIAÇÃO ADOTADAS EM FACE DOS ATOS QUE ENSEJARAM A APLICAÇÃO DA SANÇÃO[8]			
MEDIDAS DE INTEGRIDADE AVALIADAS	Tipos de Resposta	Peso da Questão	Valor da Questão
24. Ações adotadas em relação aos envolvidos no ilícito			
24.1 A pessoa jurídica aplicou as medidas disciplinares cabíveis em face dos ilícitos que ocasionaram sua inabilitação? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e descrever que medidas foram aplicadas e os profissionais ou entidades alcançados.	Sim Não	QN4	25
24.2 As medidas disciplinares:			
24.2.1 foram proporcionais à gravidade do ilícito praticado? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e relacionar os atos praticados e as medidas disciplinares aplicadas.	Sim Não	QN3	5
24.2.2 foram aplicadas a todos os envolvidos no ilícito, incluindo conforme o caso, empregados, administradores e terceiros? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e relacionar os atos praticados e as medidas disciplinares aplicadas a cada envolvido, incluindo empregados, administradores e terceiros.	Sim Não	QN3	5
25. Ações adotadas para o aprimorar os instrumentos de prevenção de novas irregularidades			
25.1 A pessoa jurídica aprimorou ou estabeleceu novos procedimentos, normativos e/ou controles internos para evitar a recorrência dos ilícitos que ocasionaram a sua inabilitação? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e descrever os principais aprimoramentos realizados no ambiente de controle da entidade.	Sim Não	QN1	20
25.2 Os procedimentos, normativos e controles internos implementados/aprimorados:			
25.2.1 atacam as causas da ocorrência dos ilícitos? Se sim, anexar documentos e/ou descrever a medida em que os procedimentos, normativos e controles implementados/aprimorados atacam as causas dos ilícitos.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
25.2.2 abrangem todos os ilícitos que ocasionaram a inabilitação? Se sim, anexar documentos e/ou relacionar os procedimentos, normativos e controles implementados/aprimorados com os ilícitos que geraram a inabilitação da entidade.	Sim Não Parcialmente	QN3	5
25.2.3 são adequados e suficientes para evitar a recorrência dos ilícitos que ocasionaram a inabilitação? Se sim, anexar documentos e/ou descrever a medida em que os procedimentos, normativos e controles implementados/aprimorados mitigam a possibilidade de recorrência dos ilícitos que geraram a inabilitação.	Sim Não Parcialmente	QN3	5

Acessível com  
VLibras





25.3 A pessoa jurídica efetivamente aplicou os procedimentos, normativos e/ou controles internos que foram estabelecidos ou aprimorados com vistas a evitar a recorrência dos ilícitos que ocasionaram a sua inabilitação? Se sim, anexar documentos que comprovem essa informação e descrever as situações em que os procedimentos, normativos ou controles são aplicados.	Sim Não Parcialmente	QN4	25
---	----------------------------	-----	----

<sup>[1]</sup> Questão condicionada ao porte da empresa (não se aplica a empresas de micro e pequeno porte)

<sup>[2]</sup> No caso de empresas estrangeiras, sem representação no Brasil, será admitida a apresentação do documento no idioma oficial da entidade

<sup>[3]</sup> Questão condicionada à atuação da pessoa jurídica em atividade com potencial de dano ao meio ambiente

<sup>[4]</sup> Questão condicionada à realização de operações societárias pela pessoa jurídica nos últimos 24 meses

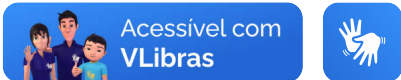
<sup>[5]</sup> Questão direcionada exclusivamente ao avaliador

<sup>[6]</sup> Questão condicionada à existência de denúncias recebidas pelo canal de denúncias nos últimos 24 meses

<sup>[7]</sup> Questão condicionada à implantação do programa de integridade há mais de 12 meses

<sup>[8]</sup> Área aplicável apenas para os casos de REABILITAÇÃO de licitante ou contratado

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



## **Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União**

### **TERMO DE CONCILIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o

princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;

- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- l) – Serviços de auxiliar administrativo;
- m) – Serviços de office boy (contínuo);
- n) – Serviços de digitação;
- o) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- p) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- q) – Serviços de ascensorista;
- r) – Serviços de enfermagem; e
- s) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os

serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

#### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (estrita) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

#### DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

## DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados  
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA



















PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais  
do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  
do Trabalho – ANPT

## TUTORIAL DE PREENCHIMENTO

Aba da Planilha	Busca	Informações relevantes para o preenchimento da planilha	Observações
Encargos_Rescisão_Prof Ausente		Planilha para ser preenchida levando em consideração todos os encargos sociais, trabalhistas, custos de rescisão e profissional ausente. A Fiocruz elaborou esta aba na planilha afim de uniformizar todas as alíquotas, que automaticamente serão preenchidas nas planilhas de custo de cada categoria da pretensa contratação. A licitante deverá preencher o FAP ajustado da empresa devendo comprovar através de apresentação da GFIP para a comissão de licitação. Caso a empresa apresente alíquotas diferenciadas das expostas pela Administração deverá apresentar justificativa, memorial de cálculo, e devida fundamentação legal para que a comissão de licitação possa apurar a legalidade, razoabilidade dos fatores apresentados.	As alíquotas serão importadas para todas as planilhas de custos das categorias profissionais previstas na pretensa contratação.
Custos Indiretos Tributos e Lucro		Planilha para ser preenchida levando em consideração os custos indiretos, tributos e lucro para cada prestação de serviço referentes as categorias profissionais. A empresa deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato. Tabela - Custos Indiretos Tributos e Lucro (CITL) - da categoria de Ajudante de Cargas e Supervisão de Cargas.	Os percentuais deverão ser informados na referida planilha conforme indicado.
Auxiliar de Serviços Gerais - 40 Horas Semanais		Deverá ser preenchida nesta planilha somente os campos em destaque, como, por exemplo, o cabeçalho da planilha de custos; o módulos 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO; o Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários pertinentes, conforme CCT da categoria, bem como, o MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS, haja vista a opção "outros" onde a empresa pode cotar outros insumos que entender como necessários para a prestação do serviço. <b>Observação: De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.</b> <b>Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.</b> <b>A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP</b>	Os valores deverão ser informados na referida planilha conforme indicado.
Jardineiro - 40 Horas Semanais		Deverá ser preenchida nesta planilha somente os campos em destaque, como, por exemplo, o cabeçalho da planilha de custos; o módulos 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO; o Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários pertinentes, conforme CCT da categoria, bem como, o MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS, haja vista a opção "outros" onde a empresa pode cotar outros insumos que entender como necessários para a prestação do serviço. <b>Observação: De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.</b> <b>Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.</b> <b>A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP</b>	Os valores deverão ser informados na referida planilha conforme indicado.
Porteiro - 40 Horas Semanais		Deverá ser preenchida nesta planilha somente os campos em destaque, como, por exemplo, o cabeçalho da planilha de custos; o módulos 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO; o Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários pertinentes, conforme CCT da categoria, bem como, o MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS, haja vista a opção "outros" onde a empresa pode cotar outros insumos que entender como necessários para a prestação do serviço. <b>Observação: De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.</b> <b>Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.</b> <b>A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP</b>	Os valores deverão ser informados na referida planilha conforme indicado.
Recepção - 40 Horas Semanais		Deverá ser preenchida nesta planilha somente os campos em destaque, como, por exemplo, o cabeçalho da planilha de custos; o módulos 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO; o Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários pertinentes, conforme CCT da categoria, bem como, o MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS, haja vista a opção "outros" onde a empresa pode cotar outros insumos que entender como necessários para a prestação do serviço. <b>Observação: De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.</b> <b>Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.</b> <b>A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP</b>	Os valores deverão ser informados na referida planilha conforme indicado.
Técnico de Eletrotécnica - 40 Horas Semanais		Deverá ser preenchida nesta planilha somente os campos em destaque, como, por exemplo, o cabeçalho da planilha de custos; o módulos 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO; o Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários pertinentes, conforme CCT da categoria, bem como, o MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS, haja vista a opção "outros" onde a empresa pode cotar outros insumos que entender como necessários para a prestação do serviço. <b>Observação: De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.</b> <b>Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.</b> <b>A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP</b>	Os valores deverão ser informados na referida planilha conforme indicado.
Artífice - 40 Horas Semanais		Deverá ser preenchida nesta planilha somente os campos em destaque, como, por exemplo, o cabeçalho da planilha de custos; o módulos 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO; o Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários pertinentes, conforme CCT da categoria, bem como, o MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS, haja vista a opção "outros" onde a empresa pode cotar outros insumos que entender como necessários para a prestação do serviço. <b>Observação: De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.</b> <b>Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.</b> <b>A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP</b>	Os valores deverão ser informados na referida planilha conforme indicado.
Bombeiro Civil - Escala 12x36 - Diurno		Deverá ser preenchida nesta planilha somente os campos em destaque, como, por exemplo, o cabeçalho da planilha de custos; o módulos 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO; o Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários pertinentes, conforme CCT da categoria, bem como, o MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS, haja vista a opção "outros" onde a empresa pode cotar outros insumos que entender como necessários para a prestação do serviço. <b>Observação: De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.</b> <b>Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.</b> <b>A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP</b>	Os valores deverão ser informados na referida planilha conforme indicado.
Bombeiro Civil - Escala 12x36 - Noturno		Deverá ser preenchida nesta planilha somente os campos em destaque, como, por exemplo, o cabeçalho da planilha de custos; o módulos 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO; o Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários pertinentes, conforme CCT da categoria, bem como, o MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS, haja vista a opção "outros" onde a empresa pode cotar outros insumos que entender como necessários para a prestação do serviço. <b>Observação: De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;</b> <b>A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.</b> <b>Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.</b> <b>A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP</b>	Os valores deverão ser informados na referida planilha conforme indicado.
Uniformes		A licitante deverá preencher a aba Uniformes de acordo com as categorias profissionais devendo se atentar para a periodicidade de entrega de novos uniformes aos trabalhadores, conforme item XX do Termo de Referência. O quantitativo de uniformes indicados pela Administração são os mínimos obrigatórios a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros itens de acordo com sua especificidade.	Os valores unitário dos uniformes serão importados para as abas das categorias profissionais correspondentes previstas na pretensa contratação.
Materiais		Informar somente os custos unitários dos itens listados. A licitante deverá considerar em seus custos os materiais necessários para perfeita execução dos serviços, quando necessários. Os insumos serão pagos mensalmente após recebimento da nota fiscal de prestação de serviço pelo total entregue e ou realizado no mês, conforme disposto no Item XX do Termo de Referência.	O custo total dos serviços e insumos extras serão importados para a aba do Totalizador a qual compõem o valor final Proposta da licitante.
Equipamentos e Ferramentas		Preencher somente o custo Unitário dos Equipamentos e Ferramentas, conforme tabela com os itens em destaque.	O custos totais dos equipamentos e Ferramentas serão importados para a planilha da categoria profissional prevista nesta contratação, sendo os valores lançados de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea C - Equipamentos e Ferramentas.
Insumos Extras		Preencher somente o custo Unitário dos Insumos Extras, conforme tabela com os itens em destaque.	O custos totais dos equipamentos e Ferramentas serão importados para a planilha da categoria profissional prevista nesta contratação, sendo os valores lançados de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea C - Equipamentos e Ferramentas.
Material de Higiene Pessoal		Preencher somente o custo Unitário dos Materiais de Higiene Pessoal, conforme tabela com os itens em destaque.	O custos totais dos equipamentos e Ferramentas serão importados para a planilha da categoria profissional prevista nesta contratação, sendo os valores lançados de forma automática no módulo 5 - Insumos diversos, alínea C - Equipamentos e Ferramentas.
Totalizador		Resumo global da proposta da licitante.	Os valores são importados automaticamente das abas correspondentes previstas na pretensa contratação.
Total de Profissionais		Resumo total da quantidade de profissionais e descrição dos postos para execução do serviço.	Os quantitativos de profissionais são importados automaticamente de todas abas das categorias correspondentes para a contratação.
Proposta Pro-Forma		A licitante deverá preencher nesta planilha somente os campos necessários.	O valor total da proposta será importado automaticamente da aba Totalizador.



[Voltar ao Tutorial](#)

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CITL PARA SERVIÇOS DE PORTARIA, RECEPÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL		
INFORME AS ALÍQUOTAS PREVISTAS DE ACORDO COM O ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO, CUSTOS INDIRETOS E LUCRO PREVISTOS PARA A COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DAS PLANILHAS DE <u>MÃO DE OBRA</u> .	CUSTOS INDIRETOS	0,00%
	LUCRO	0,00%
	PIS	0,00%
	COFINS	0,00%
	ISS	0,00%
	CPRB	0,00%
ALÍQUOTA CITL TOTAL:		0,00%

**Observação:** A empresa participante deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato.

Voltar ao Tutorial

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25380.006199/2025-40			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:	Vigência Máxima:	
Fiocruz/Rondônia	12		
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS SEMANAIS			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:	Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
	Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	TA 000003/2025 RO	
TA 000003/2025 RO	C.B.O Nº (M.T.E):	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
	Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:	Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
1			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional Periculosidade	0%	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	40%	R\$ 0,00
F	Adicional Noturno	0%	R\$ 0,00
G	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 0,00
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	6,57%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,02%	R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ 0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social Familiar	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 0,00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ 0,00
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 0,00
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes e EPIs		R\$ 0,00
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos/Ferramentas	-	R\$ 0,00
D	Outros (Especificar)	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00%	R\$ 0,00
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ 0,00
C.2	COFINS	0,00%	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00%	R\$ 0,00
C.4	CPRB	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = ..... 100	0,00%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = .....	0,00
c)	Po / (1 - To) = P1 = .....	0,00
	Valor dos Tributos = P1 - Po	0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 0,00
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ -</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ -</b>

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	8
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL - Auxiliar de Serviços Gerais - 40 horas Semanais - seg à sex	R\$ -
--	-------

Voltar ao Tutorial

**Observação:** De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:

A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;

A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.

Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.

A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP.

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25380.006199/2025-40			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:	Vigência Máxima:	
Fiocruz/Rondônia			
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
JARDINEIRO - 40 HORAS SEMANAIS			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:	Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
	Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	TA 000003/2025 RO	
TA 000003/2025 RO	C.B.O Nº (M.T.E):	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
	Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:	Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional Periculosidade	0%	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	40%	R\$ 0,00
F	Adicional Noturno	0%	R\$ 0,00
G	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 0,00
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	6,57%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,02%	R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ 0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social Familiar	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 0,00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ 0,00
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 0,00
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes e EPIs		R\$ 0,00
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos/Ferramentas	-	R\$ 0,00
D	Outros	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00%	R\$ 0,00
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ 0,00
C.2	COFINS	0,00%	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00%	R\$ 0,00
C.4	CPRB	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = ..... 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = .....		0,00
c)	Po / (1 - To) = P1 = .....		0,00
	Valor dos Tributos = P1 - Po		0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 0,00
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ -</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ -</b>

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	3
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL - Jardineiro - 40 horas Semanais - seg à sex	R\$ -
---	-------

Voltar ao Tutorial

**Observação:** De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:

A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;

A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.

Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.

A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP.



Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25380.006199/2025-40			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:	Vigência Máxima:	
Fiocruz/Rondônia			
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
AGENTE DE PORTARIA - 40 HORAS SEMANAIS			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:	Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
	Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	TA 000003/2025 RO	
TA 000003/2025 RO	C.B.O Nº (M.T.E):	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
	Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:	Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional Periculosidade	0%	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	40%	R\$ 0,00
F	Adicional Noturno	0%	R\$ 0,00
G	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 0,00
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	6,57%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,02%	R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ 0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social Familiar	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 0,00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ 0,00
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 0,00
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes e EPIs	-	R\$ 0,00
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos/Ferramentas	-	R\$ 0,00
D	Outros	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00%	R\$ 0,00
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ 0,00
C.2	COFINS	0,00%	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00%	R\$ 0,00
C.4	CPRB	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = ..... 100	0,00%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = .....	0,00
c)	Po / (1 - To) = P1 = .....	0,00
	Valor dos Tributos = P1 - Po	0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 0,00
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	2
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL - Agente de Portaria - 40 horas Semanais - seg à sex	R\$ -
---	-------

Voltar ao Tutorial

**Observação:** De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:

A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;

A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.

Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.

A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP.

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25380.006199/2025-40			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:	Vigência Máxima:	
Fiocruz/Rondônia			
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
RECEPCIONISTA - 40 HORAS SEMANAIS			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:	Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
	Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	TA 000003/2025 RO	
TA 000003/2025 RO	C.B.O Nº (M.T.E):	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
	Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:	Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional Periculosidade	0%	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	40%	R\$ 0,00
F	Adicional Noturno	0%	R\$ 0,00
G	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 0,00
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	6,57%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,02%	R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ 0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social Familiar	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 0,00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ 0,00
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 0,00
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes e EPIs	-	R\$ 0,00
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos/Ferramentas	-	R\$ 0,00
D	Outros	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00%	R\$ 0,00
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ 0,00
C.2	COFINS	0,00%	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00%	R\$ 0,00
C.4	CPRB	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = ..... 100	0,00%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = .....	0,00
c)	Po / (1 - To) = P1 = .....	0,00
	Valor dos Tributos = P1 - Po	0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 0,00
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ -</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ -</b>

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	1
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL - Recepcionista - 40 horas Semanais - seg à sex	R\$ -
--	-------

[Voltar ao Tutorial](#)

**Observação:** De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:

A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;

A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.

Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.

A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP.

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25380.006199/2025-40			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:	Vigência Máxima:	
Fiocruz/Rondônia			
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
TÉCNICO DE ELETROTECNICA - 40 HORAS SEMANAIS			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:	Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
	Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	TA 000003/2025 RO	
TA 000003/2025 RO	C.B.O Nº (M.T.E):	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
	Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:	Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
1			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	0%	R\$ 0,00
F	Adicional Noturno	0%	R\$ 0,00
G	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 0,00
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	6,57%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,02%	R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ 0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social Familiar	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 0,00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ 0,00
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 0,00
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes e EPIs	-	R\$ 0,00
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos/Ferramentas	-	R\$ 0,00
D	Outros	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00%	R\$ 0,00
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ 0,00
C.2	COFINS	0,00%	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00%	R\$ 0,00
C.4	CPRB	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = ..... 100	0,00%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = .....	0,00
c)	Po / (1 - To) = P1 = .....	0,00
	Valor dos Tributos = P1 - Po	0,00



QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 0,00
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ -</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ -</b>

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	1
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL - Técnico de Eletrotécnica - 40 horas Semanais - seg à sex	R\$ -
---	-------

Voltar ao Tutorial

**Observação:** De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:

A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;

A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.

Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.

A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP.

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25380.006199/2025-40			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:	Vigência Máxima:	
Fiocruz/Rondônia			
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
ARTIFICE - 40 HORAS SEMANAIS			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:	Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
	Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	TA 000003/2025 RO	
TA 000003/2025 RO	C.B.O Nº (M.T.E):	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
	Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:	Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
1			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	0%	R\$ 0,00
F	Adicional Noturno	0%	R\$ 0,00
G	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 0,00
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	6,57%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,02%	R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ 0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Benefício Social Familiar	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida	R\$ -	R\$ -
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 0,00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ 0,00
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 0,00
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes e EPIs	-	R\$ 0,00
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos/Ferramentas	-	R\$ 0,00
D	Outros	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00%	R\$ 0,00
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ 0,00
C.2	COFINS	0,00%	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00%	R\$ 0,00
C.4	CPRB	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = ..... 100	0,00%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = .....	0,00
c)	Po / (1 - To) = P1 = .....	0,00
	Valor dos Tributos = P1 - Po	0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 0,00
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	4
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL - Artífice - 40 horas Semanais - seg à sex	R\$ -
---	-------

Voltar ao Tutorial

**Observação:** De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:

A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;

A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.

Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.

A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP.

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25380.006199/2025-40			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:	Vigência Máxima:	
Fiocruz/Rondônia			
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
BOMBEIRO CIVIL - Escala 12x36 - Diurno			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:	Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
	Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	SRT00551/2025	
SRT00551/2025	C.B.O Nº (M.T.E):	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
	Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:	Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	0%	R\$ 0,00
F	Adicional Noturno	0%	R\$ 0,00
G	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
H	Outros (Hora Extra) "Cláusula Sexagésima Primeira da CCT"	50%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 0,00
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	6,57%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,02%	R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ 0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação "Cláusula Vigésima Terceira da CCT"	R\$ -	R\$ -
C	Cesta Básica "Cláusula Vigésima Quarta da CCT"	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida "Cláusula Vigésima Oitava da CCT"	R\$ -	R\$ -
E	Assistência Odontológica "Cláusula Trigesima da CCT"	R\$ -	R\$ -
F			
G			
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 0,00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ 0,00
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 0,00
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes e EPIs	-	R\$ 0,00
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos/Ferramentas	-	R\$ 0,00
D	Outros	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00%	R\$ 0,00
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ 0,00
C.2	COFINS	0,00%	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00%	R\$ 0,00
C.4	CPRB	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = ..... 100	0,00%	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = .....		0,00
c)	Po / (1 - To) = P1 = .....		0,00
	Valor dos Tributos = P1 - Po		0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 0,00
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	2
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL - Bombeiro Civil - Escala 12X36 Diurno	R\$ -
---	-------

Voltar ao Tutorial

**Observação:** De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:

A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;

A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.

Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.

A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP.

Somente deverão ser preenchidas as células em amarelo. O restante da planilha se encontra bloqueada para que não haja alteração das fórmulas, em respeito ao princípio da isonomia entre os participantes.

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo:	Licitação nº:	Data:	Horário:
25380.006199/2025-40			
Local da Prestação dos Serviços:	Execução contratual:	Vigência Máxima:	
Fiocruz/Rondônia			
Tipo de Serviço:	Unidade de Medida	Data da Proposta:	
BOMBEIRO CIVIL - Escala 12x36 - Noturno			

Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Tipo de Jornada de Trabalho:	Jornada Mensal de Trabalho:	Turno:
	Sindicato Patronal (digite apenas a sigla):	
Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	SRT00551/2025	
SRT00551/2025	C.B.O Nº (M.T.E):	
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
	Vigência da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo:	
Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
Salário Mínimo Vigente:	Piso Salarial Definido no Edital da Licitação:	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
1			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional Periculosidade	30%	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	0%	R\$ 0,00
F	Adicional Noturno	20%	R\$ 0,00
G	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0%	R\$ 0,00
H	Outros (Hora Extra) "Cláusula Sexagésima Primeira da CCT"	50%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ -

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 0,00
C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	6,57%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,02%	R\$ -

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	R\$ 0,00
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
H	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor Unitário	VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação "Cláusula Vigésima Terceira da CCT"	R\$ -	R\$ -
C	Cesta Básica "Cláusula Vigésima Quarta da CCT"	R\$ -	R\$ -
D	Seguro de Vida "Cláusula Vigésima Oitava da CCT"	R\$ -	R\$ -
E	Assistência Odontológica "Cláusula Trigésima da CCT"	R\$ -	R\$ -
F			
G			
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ -



QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 0,00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ -

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%	R\$ -

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	R\$ 0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	R\$ 0,00
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 0,00
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ -

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes e EPIs	-	R\$ 0,00
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos/Ferramentas	-	R\$ 0,00
D	Outros	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ -

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00%	R\$ 0,00
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	0,00%	R\$ 0,00
C.2	COFINS	0,00%	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00%	R\$ 0,00
C.4	CPRB	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 6			R\$ -

a)	Tributos % = To = ..... 100	0,00%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po = .....	0,00
c)	Po / (1 - To) = P1 = .....	0,00
	Valor dos Tributos = P1 - Po	0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 0,00
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ -</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ -</b>

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	2
-----------------------------	---

CUSTO TOTAL MENSAL - Bombeiro Civil - Escala 12X36 Noturno	R\$ -
--	-------

Voltar ao Tutorial

**Observação:** De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), constante do Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a Administração deverá provisionar, na minuta contratual, que:

A parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado corresponderá ao percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de vigência e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,194% por ano adicional;

A parcela mensal referente ao aviso prévio indenizado corresponderá ao percentual máximo de 0,42% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação contratual, ao percentual máximo de 0,042% por ano adicional.

Essas parcelas deverão ser incluídas por ocasião da formalização dos termos aditivos de prorrogação contratual, conforme dispõe a Lei nº 12.506/2011 e o Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017.

A título informativo, recomenda-se observar também as orientações constantes da Nota Técnica nº 652/2017 – MP.

A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

<b>Artífice</b>					
<b>Uniformes</b>		<b>Total</b>	<b>Valores</b>		
Descrição			<b>Unitário</b>	<b>Mensal</b>	<b>Anual</b>
Camiseta em birm pesada na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
Calça em birm pesada na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
Camiseta com proteção solar manga longa masculina	4	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
		<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
		<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
		<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
		<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
		<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
		<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
		<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
<b>Valor mensal do custo de uniformes do Artífice</b>			<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
<b>EPIs</b>					
Botina (calçado antiderrapante e isolante à quebra de aço	2	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
Capacete de obras	1	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
Oculos de Proteção	1	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
Linha de segurança	1	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
Linha pigmentada de pano	15	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
Luvas multitalo	9	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
		<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
		<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
<b>Valor mensal do custo de EPI do Oficial do Artífice</b>			<b>R\$ -,-</b>	<b>R\$ -,-</b>	-
<b>Valor Mensal Total</b>			<b>R\$ -,-</b>	-	-

Recepcionista						
Uniformes		Valores				
Descrição	Total	Unitário	Mensal	Anual		
Blazer em microfibra com elastano na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	1	R\$ -	RS -	RS -		
Calça em microfibra com elastano na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4	R\$ -	RS -	RS -		
Bleia 1/2 manga, com gola e bolso, tecido em algodão com lycra na cor padrão da empresa em tamanho compatível ao profissional.	4	R\$ -	RS -	RS -		
Par de sapatos, social (confortável) na cor preta	2	R\$ -	RS -	RS -		
rede com laço para o cabelo, na cor preta	2	R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
Valor mensal do custo de uniformes da Recepcionista			RS -	RS -		
EPIs						
	1	R\$ -	RS -	RS -		
	1	R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
Valor mensal do custo de EPI da Recepcionista			RS -	RS -		
Valor Mensal Total			RS -	-		

Bombeiro Civil						
Uniformes		Valores				
Descrição	Total	Unitário	Mensal	Anual		
CAMISETA em tecido de malha de algodão, de mangas, c'estampa na altura do peito p/NOME e TPAJEM SANGÜINIA.	4	R\$ -	RS -	RS -		
GANÇOLA em tecido de brim 100% algodão retardante de chamas, de mangas compridas, c/2 bolcos c/abas e 2 botões na parte frontal, c/sutace fixado a base de velcro, na altura do peito p/NOME e TPAJEM SANGÜINIA.	2	R\$ -	RS -	RS -		
CALÇA em tecido de brim 100% algodão retardante de chamas c/2 bolcos nas laterais das pernas logo acima do joelho, c/abas e 2 botões na parte frontal.	4	R\$ -	RS -	RS -		
CINTO em nylon c/fivela cromada.	1	R\$ -	RS -	RS -		
Meia.	3	R\$ -	RS -	RS -		
COTURNO em lona/couro c/isolado de borracha nitrílica p/alta temperatura (mínimo 300°C) c/solter lateral e cadastro na frente.	1	R\$ -	RS -	RS -		
LUVAS DE VAQUETA com suporte para o cinto de segurança.	1	R\$ -	RS -	RS -		
ABRIGO DE FIBRA (chapéu).	1	R\$ -	RS -	RS -		
CINTO DE SEGURANÇA p/bombeiro, tipo ginástico, em fita de lona c/espessura de cerca de 3,5cm/largura em torno de 70mm, forrado com lona tipo "10", c/ponteiros de regulagem em couro e brace-quil frontal de salto.	1	R\$ -	RS -	RS -		
bolso c/suporte p/cinto, balsa de proteção p/respiração boca-a-boca, atadura, gaze, luva de procedimento cirúrgico.	1	R\$ -	RS -	RS -		
Valor mensal do custo de uniformes do Bombeiro Civil			RS -	RS -		
EPIs						
CAPUZ p/bombeiro tipo "balaclava" em malha 100% meta-aramida, c/abas p/abreper os ombros, c/abertura frontal p/acoplamento de máscara respiratória) c/elástico embutido no cadastro de meta-aramida.	1	R\$ -	RS -	RS -		
CAPACETE p/bombeiro c/casco em termoplástico, careira em ABS c/interior em espuma de uretano, c/visera em policarbonato, c/protetor de orelhas/pescos/pugular c/ajuste rápido/visera em 100% algodão retardante de chamas, c/engate de aço p/guardá-lo em suporte fixo.	1	R\$ -	RS -	RS -		
BOTA DE PROTEÇÃO c/Certificação(Laudo de Aproveção) p/bombeiro c/posterior vulcanização em autoclave, c/ferro interno 100% acrílico c/tratamento de retardador antichama, c/pontinha e biqueiro de aço, c/solado/patro de borracha prensada c/antiderrapante, c/sola em tecido de nylon anticorte p/proteção do péto/lateral dos pés, c/reforço de proteção p/canela, c/faixas reflexivas antichama de alta luminescência nas laterais externas do cano.	1	R\$ -	RS -	RS -		
LUIVA DE PROTEÇÃO c/Certificação(Laudo de Aproveção) p/bombeiro em tecido de fibra 100% para-aramida (face palmar, tira de reforço entre os dedos polegar/indicador, punho de no mínimo 10cm, protetor de artéria), em tecido plano de fibra 100% meta-aramida (face dorsal c/emendas) e em tecido de feltro de manta agulhada em fibra 100% meta-aramida, estanqueidade de fora p/dentro, respiração de dentro p/fora, c/permitir passagem de vapores (forração interna)	1	R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
		R\$ -	RS -	RS -		
Valor mensal do custo de EPI do Bombeiro Civil			RS -	RS -		
Valor Mensal Total			RS -	-		

[Voltar ao Tutorial](#)

Preencher apenas as células em amarelo (Custo Unitário)

A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, RECEPÇÃO, JARDINAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO CIVIL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA						
MATERIAL DE LIMPEZA						
			Nº de Profissionais			
			8			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS						
Descrição dos Insumos Diversos: Item XXXXX Termo de Referência	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida	Custo Unitário	Custo Mensal	Custo Anual	
Alcool etílico hidratado 70% INPM	96	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Aromatizador aerossol 360 ml	24	unid.	R\$ -	-	-	R\$ -
Balde de plástico tamanho médio material alça arame galvanizado capacidade 10 litros cor vermelho sangue. Características adicionais reforço fundo e borda.	12	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Balde de plástico tamanho médio material alça arame galvanizado capacidade 10 litros cor azul canela. Características adicionais reforço fundo e borda	12	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Balde espremedor 2 águas	2	unid.	R\$ -	-	-	R\$ -
Desentupidor de pia com bocal de borracha flexível na cor: preta e cabo de polietileno. Altura 10 cm, diâmetro 12 cm, comprimento do cabo 14 cm.	6	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Desincrustante ácido para aparelhos sanitários bowl Cleanse	3	unid.	R\$ -	-	-	R\$ -
Desincrustante ácido para aparelhos sanitários bowl Cleanse	60	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Desinfetante concentrado com ação germicida e bactericida, perfumado para limpeza geral, composição tensoativo não iônico, tensoativo catiônico, preservante, corante, perfume e água para pronto uso.	120	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Delergente líquido lava-louça com 5l	12	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Delergente líquido tensoativos anionicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sodio, aplicação limpeza em geral, aroma neutro, características adicionais tensoativo biodegradável, sem diluição, pronto uso.	960	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Disco limpador para enceradeira amarelo	6	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Disco limpador para enceradeira verde	6	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Engate rápido em plástico para mangueira 1/2"	1	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Escova de azulejos e cantinhos	18	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Escova para enceradeira	4	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Escova para limpeza geral, material corpo plástico medindo 14,5 x 6 x 8,2 mm, material cerdas nylon características adicionais com suporte	3	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Escova, material aço, material cabo madeira, diâmetro fio 40, quantidade fios aço 15 x 3 (fibras), aplicação soda	6	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Espuma de limpeza dupla-face composta de poliuretano com bactericida e manita não tecido de fibras sintéticas, unidas com resina a prova d'água e impregnada com mineral, tamanho: largura 75mm, espessura 22 mm e comprimento 110 mm, cor: amarela (esuma) e verde (fibras).	192	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Flaneta	10	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Hipoclorito de sódio a 1º ativo.	960	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Kit composto pelos seguintes itens: Balde Dobt30 30 litros 2 Águas Novo Cabo Telescopto 1,40 m. Haste Americana Refil Loco com cinta 320u	5	Kit	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Lã de aço	10	Pacote	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Limpa vidros	50	Frasco	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Limpador de superfície de porcelanatos e pisos	80	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Limpador multiuso composição: sulfonato de sódio, tensoativo anionico biodegradável, álcool etiloxado, neutro e água com tampa em spray, frasco com 500ml.	48	Frasco	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Lustra móveis	50	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Mop limpa vidros 2 em 1 com cabo	6	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
MOP pó ouro completo 60cm, armação cabo retrátil com refil	16	Kit	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Mop spray slim com reservatório	3	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
MOP unido ponta dobrada fio pavio	6	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Pa coleira articulada com cabo. Base: em plástico com faixa de borracha na frente e apoio para pé na parte de trás. Medida: 25 cm (L) x 8,5 cm (P). Cabo: rosqueável à base, forrado com plástico resistente e com gancho superior para pendurar a cá. Medida do cabo: 85cm.	6	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Pano de chão, tipo saco, 100% algodão, alvejado, bordas com acabamento em overlock, medida: 80 x 60 cm, com variação de +/- 5%.	192	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Pano de limpeza microfibras alta absorção 30x30cm	180	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Pedras sanitárias	364	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Placa sinalizadora de "BANHEIRO FORA DE USO"	3	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Placa sinalizadora de "PISO MOLHADO"	4	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Pulverizador manual em plástico, completo (com galhio com controlador de jato), com capacidade para 500 ml, na cor azul tinta (fabricação nacional) para aplicação de produto limpeza (álcool).	12	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rodo em plástico de 40 cm. Base: corpo em plástico resistente com rosqueamento para o cabo - lâmina de borracha - medida: 40 cm. Cabo em chapa de aço revestido com plástico resistente, com rosca e gancho superior para pendurar - medida do cabo: 1,5 m.	16	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Sabão de coco - composição : óleo de coco, hidróxido de sódio, cloreto de sódio, água, coadjuvante, antiodorante e glócorina. Característica adicional 1ª qualidade, igual ou similar a Ruth Bbarras de 200 gramas.	96	Barra	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Sabão em barra	5	Kg	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Sabão em pó	40	Kg	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Saco de lixo lático (pct 100 um)	24	Pacote	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Saco plástico pi coleta de lixo sólido, em polietileno de alta densidade, classe I, em resina termoplástica virgem. Espessura 0,5 (parede dupla) largura 63cm (podendo variar +/- 1,0cm) altura mínima 80cm. Capacidade nominal p/60 litros, cor preta uniforme. (matéria prima não reciclada), com solda fundo estreta. Embalados em pacotes com 100 unidades. Os sacos de lixo devem ser confeccionados de acordo com as normas ABNT NBR 9191, de junho de 2008.	72	Pacote	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Saco plástico para coleta de lixo sólido, em polietileno de alta densidade, classe I, em resina termoplástica virgem, espessura 0,5 (parede dupla) largura 75 cm, (podendo variar +/- 1,0 cm), altura mínima de 100 cm, capacidade nominal para 100 litros, na cor preta, uniforme.(matéria prima não reciclada), com solda fundo estreta. Embalados em pacotes com 100 unidades. Os sacos de lixo devem ser confeccionados de acordo com as normas ABNT NBR 9191, de junho de 2008.	48	Pacote	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Saponáceo líquido cremoso para limpeza de sanitárias, piaas, cubas, mármorees, granitos, balções de inox, azulejos, lajotas e etc. Composição: tensoativos anidricos, cargas, alcalinizantes, coadjuvantes, conservantes, fragrância e veículo. Princípio ativo: dióxido de benzeno sulfonato de sódio,hipoclorito de sódio (dono). Frasco com 300 gramas.	48	Frasco	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Suporte plástico para MOP unido	12	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Vassoura de pelo natural, de cerdas macias, com 40 cm, cabo de madeira pintado e forrado com plástico com 120 cm.	16	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Vassoura de piaçava para uso geral com cerdas naturais, fixada com base PP e madeira nº 5 com resca medindo aproximadamente 13 cm de comprimento, 03 cm de largura, 5,5 cm de altura, cerdas prensadas formando um duplo tamanho de 13 cm, com leque de 30cm, cabo de madeira tratada de 1,30m de altura com 22mm de largura.	9	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Vassoura para garli 36 fuos modelo faca, com cabo de 1,80m.	5	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Vassoura sanitária com cerdas plásticas lisas, cabo em plástico resistente, com furo na porta para pendurar. Medidas: 33 cm altura x 4,3 cm diâmetro.	6	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Valor Total Anual dos Insumos Diversos Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência			R\$	-	R\$ -	
Valor Mensal total dos Insumos Diversos. Custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.			R\$	-	R\$ -	

MATERIAL DE JARDINAGEM						
JARDINEIRO				Nº de Profissionais 3		
Descrição dos Insumos Diversos: Item XXXXX Termo de Referência	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida	Custo Unitário	Custo Mensal	Custo Anual	
Cabo redondo de madeira 145 cm para enxada (Jardinagem)	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Gasolina comum para roçadeira	200	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Herbicida para controle de ervas daninhas	3	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Inseticida hidrossolúvel eficaz contra aranhas, baratas, besouros, escorpiões, moscas, formigas, mosquito e pulgas	3	Sachê	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Manqueira trançada cristal 1/2 rolo 50 metros, parede com 2mm	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Óleo para motores 2 tempos	23	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Pedra para Alisar Duxia Face 6 Pol. Retângulo	1	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rapador plástico azul 10ls	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Substrato para roça do deserto	2	Litros	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Vassoura pant. faca c/ 36 luros e cabo d 1,80mts	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Vassoura p/ grama e jardim de apo c/ 22 dentes, cabo e pãhela regulável	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Valor Total Anual dos Insumos Diversos Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência				R\$	-	R\$ -
Valor Mensal total dos Insumos Diversos. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.				R\$ -		

MATERIAL DE PORTEIRO						
PORTEIRO				Nº de Profissionais 2		
Descrição dos Insumos Diversos: Item XXXXX Termo de Referência	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida	Custo Unitário	Custo Mensal	Custo Anual	
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Valor Total Anual dos Insumos Diversos Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência				R\$	-	R\$ -
Valor Mensal total dos Insumos Diversos. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.				R\$ -		

MATERIAL DE TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA						
TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA				Nº de Profissionais 1		
Descrição dos Insumos Diversos: Item XXXXX Termo de Referência	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida	Custo Unitário	Custo Mensal	Custo Anual	
Estante em fio com fluxo rolo 250s.	1	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Linha contatos. Tubo com 300 ml	12	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Veda rosca. 18mm x 25m – NBR 16.368	12	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Valor Total Anual dos Insumos Diversos Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência				R\$	-	R\$ -
Valor Mensal total dos Insumos Diversos. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.				R\$ -		

MATERIAL DE ARTIFICE						
ARTIFICE				Nº de Profissionais 4		
Descrição dos Insumos Diversos: Item XXXXX Termo de Referência	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida	Custo Unitário	Custo Mensal	Custo Anual	
Barramento tripolar 12 ligações DIN	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Broca para ferro de 3mm, 5mm, 6mm e 8mm	12	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Bucha para fixação com anel de nylon no 6mm, comprimento 30mm	200	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Bucha para fixação com anel de nylon no 8mm, comprimento 50mm	100	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Caneleira, material pvc, tamanho 10 x 20mm, cor branca, tipo fixação externa, com adesivo colante externo, comprimento de 2 metros.	20	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Desengripante, composição aditivos inibidores corrosão e oxidação, tensoativo, apresentação spray, finalidade eliminar ferrugem / repelir umidade / lubrificar, aplicação lubrificante e anticorrosivo. Tubo com 300 ml.	3	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Disco de corte diamantado, 22,2 x 180mm x 7" para corte cerâmica, granito, mármore e concreto, compatível com serra circular portátil de 1800W e 5,800 rpm.	6	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Esquadro, tipo preciso com base, material régua aço inoxidável, comprimento régua 300mm, comprimento base 200mm, normas técnicas DIN 875 classe 1	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Espátula rígida, material lâmina aço carbono inoxidável, material cabo madeira, largura mínima 120m, características adicionais pintura	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Fiancos para encanadeira	1	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Fita sinalização, material plástico, zebra, largura 10cm, comprimento 100m, cor preta e amarela, características adicionais formato cores em diagonal	5	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Jogo de Brocas de vídeo, 5 peças, material aço, componentes 5 brocas com tamanhos de 4mm, 5mm, 6mm, 8mm e 10mm, características adicionais perfuração de concreto.	12	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Kit formão com 4 unidades, material aço, material cabo madeira, bitolas: 10mm, 12mm, 18mm e 24m, para entalhar madeira	1	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Lâpis preto, material corpo madeira, diâmetro carga 2, dureza carga 2, características adicionais tipo carpinteiro, material carga grafite	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Linha de nylon 0,50mm, cor natural, canelêl com 500s.	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Parafuso auto atarraxante no 10mm cabeça panela, comprimento mínimo de 55mm, material aço, fenda simples	50	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Parafuso auto atarraxante no 8mm cabeça panela, comprimento mínimo de 52mm, material aço, fenda simples	200	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Parafuso auto atarraxante no 8mm cabeça panela, comprimento mínimo de 55mm, material aço, fenda simples	200	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Ponteira, material aço, comprimento 12", redonda, aplicação pedreiro	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Prumo, material latão, características adicionais corda de algodão, aplicação verificação prumo de parede, peso 400g	1	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rebaca de filo linha 5 metros	3	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rebatedeira manual, material aço carbono, diâmetro rebites 2,40mm; 3,20mm; 4mm; 4,80mm e 6,4mm, aplicação rebite de repuxo de alumínio, cobre, aço, aço inox, adicionais 04 bocas e chave de troca, características adicionais cabo com emunhadura antidesslizantes tamanho 10"	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rebite de repuxo, material alumínio, diâmetro corpo 2,40mm, comprimento 8mm, material pino aço carbono, caixa com 1.000 unidades.	1	Caixa	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rebite de repuxo, material alumínio, diâmetro corpo 3,20mm, comprimento 10mm, material sino aço carbono, caixa com 1.000 unidades.	1	Caixa	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rebite de repuxo, material alumínio, diâmetro corpo 4,8mm, comprimento 21mm, material pino aço carbono, caixa com 1.000 unidades	1	Caixa	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rebite de repuxo, material alumínio, diâmetro corpo 4mm, comprimento 12mm, material sino aço carbono, caixa com 1.000 unidades	1	Caixa	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rebite de repuxo, material alumínio, diâmetro corpo 6,4mm, comprimento 25mm, material pino aço carbono, caixa com 1.000 unidades	1	Caixa	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rolo completo (cabo e camisa) para pintura em lâ de camero tamanhos de 9cm, 15cm e 23cm	5	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Rolo completo (cabo e camisa) para pintura em poliester nos tamanhos de 9cm, 15cm e 23cm	5	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Serra Coto aço deido	1	Jogo	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Serra coto de vídeo 50mm	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Serra coto Diamantada 19mm- 1/2"	2	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Serra coto Diamantada 39mm- 1 1/2"	1	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Serra mármore com disco de corte 110V	1	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Terminal elétrico, material cobre, tipo fechado, revestimento pvc, aplicação fio 2,5 mm	30	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Terminal elétrico, material cobre, tipo fechado, revestimento pvc, aplicação fio 4 mm	30	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Veda rosca. 18mm x 25m – NBR 16.368	10	unid.	R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
			R\$ -	R\$ -	-	R\$ -
Valor Total Anual dos Insumos Diversos Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência				R\$	-	R\$ -
Valor Mensal total dos Insumos Diversos. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.				R\$ -		

## MATERIAL PARA RECEPCIONISTA

N° de Professionnels

1

**RECEPCIONISTA**[illegible]

**Valor Total Anual dos Insumos Diversos Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência**

RS

•

Valor Mensal total dos Insumos Diversos. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.

R5

•

## MATERIAL PARA BOMBEIRO CIVIL

N° de Professionnels

4

**BOMBEIRO CIVIL**

[illegible]

Valor Total Anual dos Insumos Diversos Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência

R9

•

**Valor Mensal** total dos Insumos Diversos. Tal custo será diluído entre todos os postos de trabalho desta contratação.

R5

•

[Voltar ao Tutorial](#)

## PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, RECEPÇÃO, JARDINAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO CIVIL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA							
Auxiliar de Serviços Gerais			Quantidade de Profissionais				8
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL	Tempo de vida útil do Equipamento / Ferramenta (Informe o Número de Anos de vida útil do Item)	Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta	Valores		
					Custo Total do Equipamento / Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento MENSAL em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento ANUAL em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta
Aspirador de pólvua	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Enceradeira industrial SCHUELER modelo S300, voltagem 110/220v monofásica	unid.	2	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Escala de Alumínio 05 degraus	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Escala de Alumínio de 10 degraus	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Lavadora de alta pressão powerwash eco 1600 PSI 1450W - 110V	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-

Valor MENSAL Total dos Equipamentos / Ferramentas

R\$ 0,00

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DO CONTRATO

Jardinagem			Quantidade de Profissionais				3
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL	Tempo de vida útil do Equipamento / Ferramenta (Informe o Número de Anos de vida útil do Item)	Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta	Valores		
					Custo Total do Equipamento / Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento MENSAL em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento ANUAL em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta
Ancorito Curvo Leve 14 Dentes com Cabo 150 cm	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Carrinho de Mão 55 Litros Capamba Plástica Funda	unid.	4	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Carrinho de mão com estrutura tubular bipartida com pneu	unid.	2	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Carvedeira Articulada com Cabo de Madeira de 140cm	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Cilindro de pedreiro médio 16 polegadas com cabo de madeira	unid.	2	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Enxada Larga 2,5 Litros com Cabo	unid.	4	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Enxada Estreita 2,0 com Cabo de Madeira 130 cm	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Enxada Larga 2,5 com Cabo de Madeira 130 cm	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Escala Extensiva 3 em 1 em Alumínio 12 x 2 Degraus	unid.	2	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Facão para Mão em Aço Carbono 18 Pol. com Cabo de Madeira	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Ferrado para Terra e Cimento com Cabo de Madeira 74 cm	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Kit para jardinagem composto por: 1 pá de mão pequena, 1 pá de mão média, 1 tesoura pequena para poda, 1 rastelo de mão, 1 espeto para poda de pequenos galhos, 1 rolo de fio, 1 tesoura média para poda e 1 macho com lanquinho.	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Lima chata para enxada X com cabo	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Mangueira para jardim antitorção 10M 1/2"	unid.	2	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Pa de Bico com Cabo de Madeira 9 Poles	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Podadora Escrita com Cabo de Madeira	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Picadeira Ponta Pá com Cabo de Madeira de 94cm	unid.	2	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Podador de Galhos com Serrado Cabo de Madeira de 150cm	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Podadeira Lateral 2T 52CC 2,6HP à Gasolina Semiprofissional	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Saco Tipo Coração com Cabo de Madeira 43cm	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Serrado de poder curar cabo 10	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Serrado Profissional Fuso 12 Pol. com Cabo Plástico	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Soprador de folhas elétrico	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Tesoura de Poda com Lâmina Metálica e Cabo Plástico	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Tesoura de Poda para Cereja Viva e Grama de 12 Pol.	unid.	3	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-

Valor MENSAL Total dos Equipamentos / Ferramentas

R\$ 0,00

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DO CONTRATO

Porteiro			Quantidade de Profissionais				2
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL	Tempo de vida útil do Equipamento / Ferramenta (Informe o Número de Anos de vida útil do Item)	Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta	Valores		
					Custo Total do Equipamento / Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento MENSAL em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento ANUAL em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta
	unid.	0	0,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
	unid.	0	0,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
	unid.	0	0,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-

Valor MENSAL Total dos Equipamentos / Ferramentas

R\$ 0,00

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DO CONTRATO

Técnico Eletrotécnica			Quantidade de Profissionais				1
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL	Tempo de vida útil do Equipamento / Ferramenta (Informe o Número de Anos de vida útil do Item)	Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta	Valores		
					Custo Total do Equipamento / Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento MENSAL em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento ANUAL em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Ferramenta
Alcete amperímetro digital, tensão 600Vcc, 600Vca, teste de diodo Ref: MINIPA-ET-3100 ou similar.	unid.	2	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Alcete de mão mesa capa	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Alcete de corte, material aço cromo vanádio, tipo corte diagonal, material cabo aço cromo vanádio plastificado, tipo cabo isolado, uso elétrico, tipo profissional, comprimento 8	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Alcete de Pressão de 10" Unidade	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Alcete desencascador de fio	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Alcete Desencascador Ref: TRAMONTINA PRQ4455 11108 ou similar.	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Alcete universal, material forjado em aço cromo vanádio, tipo profissional, material cabo plástico, tipo cabo isolado, tipo corte temporário por indução, comprimento 215mm, peso 390g	unid.	2	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Chave control de 18" e 918W Jogo	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Chave Estileta 6 e 22mm Jogo	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Chave grifo 8"	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Chave inglesa 6"	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Detector de tensão	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Escala de alumínio com 8 degraus	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Ferro de solda 60w ponta fina	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Jogo chave, material aço inoxidado, tipo fixo, quantidade peças 7, aplicação manuseio equipamento mecânico, componentes chaves nas medidas de 8, 10, 11, 13, 15, 17 e 19mm, características adicionais modelo 1", tamanho longo, acabamento superficial cromado	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Jogo chave, material aço, tipo allen, quantidade peças 26, tamanho 0,7" - 0,9 - 1,3 - 1,5 - 2 - 2,5 - 3 - 4 - 5 - 6 - 8 - 10 mm e 3/64" - 1/16" - 5/64" - 3/32" - 7/64" - 1/8" - 9/64" - 5/32" - 3/16" - 7/32" - 1/2" - 5/16" - 3/8"	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Jogo chaves fenda, material haste metal, tipo ponta chata, bitola 1/8x3, 1/8x4, 3/16x8, 1/4x5 e 5/16x8, material cabo plástico resistente, tipo cabo isolado, tratamento superficial porta forjado.	unid.	5	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Jogo chaves fenda, material haste metal, tipo ponta philips, bitola 1/8x4, 3/16x4, 1/4x4 e 1/4x6, material cabo polipropileno, tipo cabo isolado, tratamento superficial porta forjado.	unid.	5	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Medida para ferramentas profissional 430x330x152mm com divisórias e trava. Ref: VONDER MPV315 ou similar.	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Paquímetro Universal Capacidade 150mm e Resolução 0,05mm	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-
Rafalascadeira a bateria 12v com regulador de torque	unid.	1	5,0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-	-

Valor MENSAL Total dos Equipamentos / Ferramentas

R\$ 0,00

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DO CONTRATO



Artífice		Quantidade de Profissionais				4		
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL	Tempo de vida útil do Equipamento / Ferramenta (Informe o Número de Anos de vida útil do Item)	Valores				
				Custo Unitário do Equipamento/ Ferramenta	Custo Total do Equipamento/ Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento Mensal em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Tempo de Vida útil	Fórmula de Fator para Pagamento Anual em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Tempo de Vida útil	
CAIXA DE FERRAMENTA: Trena 3m/16mm; Martelo de Segurança; Fio de Solda; Fita Isolante Ø 13mm/10m; Ferro de Solda; Pegador de Lixo; Saco Reutilizável; Saco Reutilizável; Adaptador de Soquete; 9 Soquetes Ø-13mm; Estilete 16mm; 2 Chave de Fenda; 6x100mm; PH2x100mm; Marreta de Bit; Alcates Cortador de Fio; Tesoura; Cinto de Mola; Prisma; Alcates Saco com 11 Funções; Nível; Cadeira Testadora; Serra; 10 Bits; 2 Chave de Precisão; 8 Chaves Hexagonais; 1,5-6mm; 3 Broca de Alvenaria; 5,6-8mm; 3 Broca Helicoidal; 5,6-8mm; Broca de Madeira; 16mm; Alcate Bomba D'água; Multímetro; 2 Chaves Universais; Martelo 8oz; Alcates de Saco Longo EPOL; Alcatas Combinado EPOL; Pistola de Cola Quente 80W - 220V; Furadeira sem fio; 12V /1300mAh; Furadeira de Impacto 300W - 220V; Esmerilhadeira 650W - 220V; 4 Serra Copco; 32 Chaves de Precisão; 1 Carregador Bivolt.	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Chave de teste elétrico, material haste aço cromo vanádio, tipo haste isolada, comprimento 135, tipo ponta cheta, material cabo plástico, cor cabo azul, características adicionais com lâmpada neon e clipe, aplicação identificação de fase em condutores	unid.	2	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Chave Estria	Jogo	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Cortador manual de Placo e Azulejos 750mm	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Enxada para pedreira com cabo	unid.	2	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Escada de mão (tipo tesoura), de fibra, com sete degraus, com sapatas de borracha	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Lanterna Recarregável com 9 leds bivolt	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Máquina de solda portátil	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Martelo compacto (8kg) 220V	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Serra circular portátil, dupla soldagem; Diâmetro da lâmina: 185mm; Rotações por min. 5.800; Dimensões (C x L x A): 317 x 240 x 265mm; Peso: 5kg; Potência: 1.800W; voltagem 127V	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Serrão profissional, material lâmina aço alto carbono, tratamento superficial temperado e lizado, tipo travado, quantidade dentes 7 por polegada, material cabo madeira, tamanho 26" - 650mm	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Soprador térmico 127 volts	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Talhadeira, material aço, tipo plano, comprimento total 300mm, comprimento porta 30mm, altura 20mm, espessura 13mm, peso 300g, características adicionais com apuradora	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		
Tonquí, material corpo aço forjado e temperado, tipo armador, tipo acabamento oxidado, tamanho 1", peso 575g, características adicionais meio corte, manípulos fixados	unid.	2	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-		

Valor Mensal Total dos Equipamentos / Ferramentas	R\$ 0,00
---	----------

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DO CONTRATO

Recepcionista								Quantidade de Profissionais		1
Descrição	Unidade de Medida	Quant de Equipamentos / Ferramenta ANUAL	Tempo de vida útil do Equipamento / Ferramenta (Informe o Número de Anos de vida útil do Item)	Valores						
				Custo Unitário do Equipamento/ Ferramenta	Custo Total do Equipamento/ Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento Mensal em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Tempo de Vida útil		Fórmula de Fator para Pagamento Anual em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Tempo de Vida útil		
	unid.	1	2.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-				
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-				
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	R\$ -	-				

Valor Mensal Total dos Equipamentos / Ferramentas	R\$ 0,00
---	----------

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DO CONTRATO

Bombeiro Civil		Quantidade de Profissionais						4
Descrição	Unidade de Medida	Qtd. de Equipamentos / Ferramenta ANUAL	Tempo de vida útil do Equipamento / Ferramenta (Informe o Número de Anos de vida útil do Item)	Valores				
				Custo Unitário do Equipamento/ Ferramenta	Custo Total do Equipamento/ Ferramenta	Fórmula de Fator para Pagamento Mensal em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Tempo de Vida útil	Fórmula de Fator para Pagamento Anual em Relação ao Custo Unitário do Equipamento / Tempo de Vida útil	
BRA-Equipamento de Respiração Autônoma (completo, sendo o cilindro em libra de carbono).	unid.	2	10.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
ROUPA DE APROXIMAÇÃO, COMPOSTA POR GANDOLÃO E CALÇA DE APROXIMAÇÃO (o Gandolão/Longo de Aproximação) plásticos e flama reflexiva amarela de alta luminosidade nas extremidades, no mínimo 03 camadas (1"Externa: em tecido de meta-arâmida, 2"intermediária: barreira de unidade plástica permite passagem de líquido por gota em montante de polímero retardante de chama, 3"Interna: barreira térmica em tecido duplo sendo prosutura trapezoidal, forro de contato (corpo em tecido de para-arâmida outra face em feltro que não seja de para-arâmida).	unid.	1	5.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	
	unid.	0	0.0 Anos de Vida Útil	R\$ -	-	R\$ -	-	

Valor Mensal Total dos Equipamentos / Ferramentas	R\$ 0,00
---	----------

Voltar ao Tutorial

VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE PROFISSIONAIS DO CONTRATO

Preencher apenas as células em amarelo (Custo Unitário)

A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, RECEPÇÃO, JARDINAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO CIVIL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA

INSUMOS EXTRAS							
Descrição dos Insumos Extras: Item XXXXX Termo de Referência	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida	Custo Unitário	Alíquota CITL	Custo Unitário Após CITL	Custo Total	
Adubo para flores	10	unid.	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	
Adubo para folhagem	10	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Adubo para rosa do deserto	10	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Adubo para roseira	10	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Bobina de papel kraft	1	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Cadeado 35mm, material latão maciço, haste inoxidável, com 2 chaves	5	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Cadeado 20mm, material latão maciço, haste inoxidável, com 2 chaves	5	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Cesto de lixo 100 litros, com tampa a pedal	8	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Cesto de lixo 20 litros, com tampa a pedal	26	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Cesto de lixo 30 litros, com tampa a pedal	6	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Cesto de lixo 50 litros, com tampa a pedal	4	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Cesto fechado de 30l	2	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Cimento Portland CP II-E- 32 (NBR-11.578), saco de 50 Kg.	10	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Contentor de lixo em plástico de 100l com pedal	4	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Contentor de lixo em plástico de 15l com pedal	4	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Contentor de lixo em plástico de 20l com pedal	4	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Contentor De Lixo Em Plástico de 240 L Com Rodas 300 mm	1	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Contentor de lixo em plástico de 50l com pedal	4	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Fertilizante para plantas	10	Pacote	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Fita adesiva transparente	10	Rolo	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Lâmpada led, tensão nominal: bivolt, potência nominal: 9,5 w, tipo base: e-27, cor: branca, aplicação: iluminação, tipo bulbo: a60	20	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Lâmpada luz mista, tensão nominal 220, potência nominal 250, tipo base edson – 40 mm, tipo bulbo elíptico, diâmetro máximo 91	20	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Lâmpada luz mista, tensão nominal 220, potência nominal 500, tipo base edson – 40 mm, tipo bulbo elíptico, diâmetro máximo 130	20	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Terra Preta para jardim saco 30 kg	10	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Vasos para plantas externas na cor preto, material polietileno	30	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Vasos para plantas internas na cor branco	12	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Valor Total Anual dos Insumos Extras Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência					R\$	-	
Valor Total Anual para os itens não listados acima					R\$	-	
Valor Total Anual dos insumos extras e itens não listados acima					R\$	-	

Voltar ao Tutorial

Preencher apenas as células em amarelo (Custo Unitário)  
A Administração se reserva ao direito de solicitar comprovação (pesquisa de mercado) dos preços apresentados no orçamento da proposta.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, RECEPÇÃO, JARDINAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO CIVIL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA							
MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL							
Descrição dos Insumos Extras: Item XXXXX Termo de Referência	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida	Custo Unitário	Aliquota CITL	Custo Unitário Após CITL	Custo Total	
Papel higiênico branco, folha dupla, hidrossolúvel, não reciclado, 100% celulose virgem, absorvente, resistente à umidade (ROLINHO). (dispenser fornecido pela contratada). <b>Pacote com 4 unidades</b>	1344	Pacote	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	
Papel higiênico branco, folha dupla, hidrossolúvel, não reciclado, 100% celulose virgem, liso, absorvente, resistente à umidade (ROLÃO com 300 metros) a ser usado em dispenser de papel higiênico. (dispenser fornecido pela contratada).	410	unid.	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Papel toalha branco, hidrossolúvel, não reciclado, 100% celulose virgem, absorvente à umidade a ser usado em dispenser de papel toalha. (dispenser fornecido pela contratada). <b>Caixa com 2.000 folhas</b>	410	Caixa	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Álcool etílico hidratado 70% v/v (62,44° INPM) em gel, antisséptico. composição: álcool etílico, polietilenoglicol éster de glicerina 26, propilenoglicol, amino metil propanol, polímero carboxivinílico, benzoato de denatonium e água purificada. sachê com bico dosador sachê contendo 800 ml cada, hermeticamente fechado e adaptável ao dispenser a ser fornecido e instalado pela contratada. <b>Sachê com 800 ml.</b>	144	Sachê	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Sabonete líquido viscoso erva doce para lavagem das mãos, com uréia e alantoina para acalmar a pele e surfactante de proteínas e betaina. Desenvolvido para peles secas e/ou sensíveis. Não possuir corantes em sua formulação. (para utilização no dispenser fornecido pela contratada). <b>Sachê com 800 ml.</b>	174	Sachê	R\$ -		R\$ -	R\$ -	
Valor Total Anual do Material de Higiene Pessoal Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência					R\$	-	

Voltar ao Tutorial

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, JARDINAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO CIVIL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA**

Nº DO PROCESSO: 25380.006199/2025-40	QTD. DE PROFISSIONAIS
DESCRIÇÃO	TOTALIZADOR
POSTO DE TRABALHO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 Horas Semanais	8 Profissionais
POSTO DE TRABALHO DE JARDINEIRO - 40 Horas Semanais	3 Profissionais
POSTO DE TRABALHO DE PORTEIRO - 40 Horas Semanais	2 Profissionais
POSTO DE TRABALHO DE RECEPCIONISTA - 40 Horas Semanais	1 Profissionais
POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA - 40 Horas Semanais	1 Profissionais
POSTO DE TRABALHO DE ARTIFICE - 40 Horas Semanais	4 Profissionais
POSTO DE TRABALHO DE BOMBEIRO CIVIL - Escala 12x36 - Diurno	2 Profissionais
POSTO DE TRABALHO DE BOMBEIRO CIVIL - Escala 12x36 - Noturno	2 Profissionais
<b>TOTAL</b>	<b>23 Profissionais</b>

[Voltar ao Tutorial](#)

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, RECEPÇÃO, JARDINAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO CIVIL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA**

**Nº DO PROCESSO: 25380.006199/2025-40**

DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
POSTO DE TRABALHO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 Horas Semanais	R\$ -	R\$ -
POSTO DE TRABALHO DE JARDINEIRO - 40 Horas Semanais	R\$ -	R\$ -
POSTO DE TRABALHO DE PORTEIRO - 40 Horas Semanais	R\$ -	R\$ -
POSTO DE TRABALHO DE RECEPCIONISTA - 40 Horas Semanais	R\$ -	R\$ -
POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA - 40 Horas Semanais	R\$ -	R\$ -
POSTO DE TRABALHO DE ARTIFICE - 40 Horas Semanais	R\$ -	R\$ -
POSTO DE TRABALHO DE BOMBEIRO CIVIL - Escala 12x36 - Diurno	R\$ -	R\$ -
POSTO DE TRABALHO DE BOMBEIRO CIVIL - Escala 12x36 - Noturno	R\$ -	R\$ -
<b>TOTAL DO SERVIÇO DE PORTARIA, JARDINAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO CIVIL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
CUSTO DOS INSUMOS EXTRAS E ITENS NÃO LISTADOS	R\$ -	R\$ -
CUSTO DO MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL	R\$ -	R\$ -
<b>TOTAL DO SERVIÇO, INSUMOS EXTRAS E MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL DE PORTARIA, JARDINAGEM, LIMPEZA E MANUTENÇÃO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>

[Voltar ao Tutorial](#)

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA, RECEPÇÃO, JARDINAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO CIVIL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA**

**PROPOSTA PRO-FORMA**

<b>PROCESSO Nº:</b>		<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº</b>	
<b>DATA DA LICITAÇÃO:</b>			
PROPONENTE:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:		UF:	CEP:
CNPJ:		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA BANCÁRIA:	
TELEFONE:		E-MAIL:	
Item	Descrição	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	SERVIÇO DE PORTARIA, RECEPÇÃO, JARDINAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO CIVIL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - FIOCRUZ / RONDÔNIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b>			<b>R\$ 0,00</b>
<b>PRAZO DE EXECUÇÃO:</b> PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021, conforme estabelecido no Termo de Referência.			
<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>			
<b>CONVENÇÃO E/OU ACORDO COLETIVO :</b>			
<b>GARANTIA: CONFORME EDITAL</b>			

[Voltar ao Tutorial](#)

# MINUTA

Processo nº 25380.006199/2025-40

\* MINUTA DE DOCUMENTO

Unidade Gestora: 254462 - COGIC

**COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA  
DOS CAMPI - COGIC**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI  
A FIOCRUZ, POR INTERMÉDIO DA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA  
DOS CAMPI-COGIC E A EMPRESA  
XXXXXXXXXX. OBJETO DO  
CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE  
SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ATIVIDADES  
GERAIS CONTEMPLANDO AS TAREFAS  
DE: PORTARIA RECEPÇÃO,  
JARDINAGEM, LIMPEZA,  
MANUTENÇÃO PREDIAL E BOMBEIRO  
CIVIL, A SEREM EXECUTADOS EM  
REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA  
DE MÃO DE OBRA CONFORME  
CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS  
ESTABELECIDAS NO TERMO DE  
REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.**

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)**, por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi COGIC, com sede na Avenida Brasil, nº 4365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro /RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0003-05, neste ato representada pela Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr.<sup>a</sup> Ana Beatriz Alves Cuzzatti, portadora da matrícula funcional nº 1567804, com poderes conferidos pela Portaria nº 14/2024 da Diretoria Executiva da FIOCRUZ e pela Portaria de designação nº 3.785 de 26/12/2019 do Ministério da Saúde, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada em XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a) , conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25380.006199/2025-40 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXXXXXX/2025-COGIC, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços contínuos de atividades gerais, contemplando as tarefas de portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro

civil, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

## 1.2. Objeto da contratação:

Atividades gerais, contemplando as tarefas de: (portaria, recepção, jardinagem, limpeza, manutenção predial e bombeiro civil) - Fiocruz/RO								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QT. DE POSTOS	QT. DE PROFISSIONAIS	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
1	Auxiliar de Serviços Gerais	24325	Serviço	08	08	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	Jardineiro			03	03	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	Porteiro			02	02	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	Recepcionista			01	01	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	Técnico em Eletrotécnica			01	01	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	Artífice			04	04	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	Bombeiro Civil Diurno			01	02	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	Bombeiro Civil Noturno			01	02	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	Total:			21	23	-	R\$ ...	R\$ ...
	CUSTO DOS INSUMOS EXTRAS E ITENS NÃO LISTADOS							R\$ ...
CUSTO DO MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL							R\$ ...	
VALOR TOTAL GLOBAL:							R\$ ...	

## 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).



2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-

transporte;

9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;

9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no

prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. Realizar os serviços de manutenção nas dependências da Fiocruz Rondônia, em Porto Velho/RO, conforme estabelecido no Termo de Referência;

9.57. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.

9.58. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.59. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.59.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.60. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.61. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12.2. Não serão aceitas garantias prestadas por instituições financeiras não autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como garantias efetuadas por seguradoras não credenciadas junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de

antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.



14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ~~ou na contratação direta~~, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Exclusão realizada para adequação à modalidade de contratação.

14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA REGULARIDADE DA CONTRATADA**

15.1 A regularidade da CONTRATADA foi aferida conforme consulta ao SICAF, CNDT, CEIS, CNJ, TCU e CADIN em xx/xx/2025, conforme certidões inseridas nos autos (SEI nº XXXXXX).

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: [...];

II. Fonte de Recursos: [...];

III. Programa de Trabalho: [...];

IV. Elemento de Despesa: [...];

V. Plano Interno: [...]; e

VI. Nota de Empenho: [...];

17.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

19.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações

Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal e Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio de Janeiro, datado e assinado eletronicamente.

### PELA FIOCRUZ:

**Ana Beatriz Alves Cuzzatti**

Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi

Fundação Oswaldo Cruz

### PELA CONTRATADA:

**Nome**

Representante Legal

Empresa

### TESTEMUNHAS:

1)

2)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE GOMES MARQUES, Gestor(a) de Contratos - GECONT/CAD/COGIC**, em 11/11/2025, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5612956** e o código CRC **F05D806F**.